

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LAERTE MOREIRA DOS SANTOS

A virtù do povo na filosofia de Maquiavel

*(Observação: Trata-se de versão corrigida. O exemplar original se encontra disponível no
CAPH da FFLCH - Centro de Apoio à Pesquisa Histórica)*

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

A virtù do povo na filosofia de Maquiavel

Laerte Moreira dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Rolf Nelson Kuntz

(Observação: Trata-se de versão corrigida. O exemplar original se encontra disponível no CAPH da FFLCH - Centro de Apoio à Pesquisa Histórica)

São Paulo
2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237v Santos, Laerte Moreira dos
A virtù do povo na filosofia de Maquiavel /
Laerte Moreira dos Santos ; orientador Rolf Nelson
Kuntz. - São Paulo, 2011.
104 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Filosofia.

1. Republicanismo. 2. Príncipe. 3. Civitas. 4.
Grupo social. 5. Virtù. I. Kuntz, Rolf Nelson,
orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação:

Aos meus filhos Dimitri e Inaê e à minha companheira Eliane que me apoiou e me auxiliou em todos os momentos da redação.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Rolf Nelson Kuntz por ter me acolhido como orientando e ter acreditado que pudesse desenvolver esta dissertação. Suas explicações, sua dedicação e incentivo foram fundamentais.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros e Profª Dra. Sara Albieri, pela contribuição com suas críticas e sugestões.

Ao meu amigo e professor Elomar Vaz de Lima pelas conversas instigantes que abriram caminhos no início da redação deste trabalho.

A todos os meus amigos professores da Área de Ciências, Sociedade e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Campus São Paulo) pelo incentivo que sempre me deram. Faço um agradecimento especial aos amigos e professores Fausto, Márcio Fernando, Andréa, Luiz Fernando, Patrícia Hetti e Lourdes Carril.

RESUMO

O tema deste trabalho é a *virtù* do povo tal como apresentada nas obras políticas e históricas de Maquiavel. O termo *virtù* é habitualmente associado à figura do Príncipe, mas as qualidades que possibilitam a realização de ações virtuosas podem também ser encontradas em vários outros agentes, como o *popolo*, a nação, o exército etc. A palavra *popolo* tem dois sentidos nos escritos de Maquiavel. O mais extenso é o de *civitas*, ou sociedade como um todo, mas podemos também entender *popolo* como um grupo social específico, oposto aos *grandi*. O *popolo* e os *grandi* não são definidos estritamente em termos econômicos ou sociais. Ambos são concebidos como atores políticos *conflitantes* e seus membros podem variar de acordo com diferentes circunstâncias históricas. Este estudo, esperamos, poderá ser lido como uma contribuição ao entendimento do republicanismo maquiaveliano.

PALAVRAS-CHAVE

Popolo, Povo, Grandi, Republicanismo, Príncipe, Civitas, Grupo social, *Virtù*, Maquiavel

ABSTRACT

The subject of this study is the *virtù* of the people as described in the political and historical works of Machiavelli. The term *virtù* is usually associated to the figure of the Prince, but the qualities that make possible the accomplishment of virtuous actions can also be found in several other agents, v.g., the *popolo*, the nation, the army etc. There are two meanings to the word *popolo* in the writings of Machiavelli. The most extensive is that of *civitas*, or the society as a whole, but we can also understand people as a specific social group, as opposed to the *grandi*. The *popolo* and the *grandi* are not strictly defined in economic or in social terms. Both groups are conceived as conflicting *political* actors and their members may vary according to different historical circumstances. This study, we hope, can be read as a contribution to the understanding of Machiavellian republicanism.

KEYWORDS

Popolo, People, Grandi, Republicanism, Prince, Civitas, Social Group, *Virtù*, Machiavelli

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O POVO NA FILOSOFIA DE MAQUIAVEL	10
2. A <i>VIRTÙ</i> DO POVO NA REPÚBLICA POPULAR	22
2.1 A <i>virtù</i> do povo e os conflitos no regime republicano	25
2.2 Liberdade, bem comum e interesses individuais	37
2.3 Liberdade, expansionismo da república romana e <i>virtù</i> do povo	43
2.4 A <i>virtù</i> do povo e a conservação da liberdade no regime republicano	46
2.5 <i>Virtù</i> do povo, ordenamento e a Fortuna	50
2.6 <i>Virtù</i> do povo e corrupção no regime republicano	55
2.7 A <i>virtù</i> do povo no regime republicano e o exemplo dos antigos	61
3. A <i>VIRTÙ</i> DO POVO E A <i>VIRTÙ</i> DO GOVERNANTE	63
4. <i>VIRTÙ</i> POPULAR, SERVIÇO MILITAR E RELIGIÃO	76
4.1 Religião e <i>virtù</i> do povo	76
4.1.1 A vivência religiosa na religião dos antigos e na cristã	76
4.1.2 A função da religião para o governante	79
4.2 A <i>virtù</i> do povo e o serviço militar	84
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXO	102

INTRODUÇÃO

Para o leitor de Maquiavel a palavra *virtù* evoca prontamente a figura do príncipe. O motivo para a predominância desta associação é, ao nosso ver, a importância central atribuída ao livro *O Príncipe*. Pode-se afirmar que um príncipe ou governante tem *virtù* quando sabe atenuar os efeitos das adversidades ou da *Fortuna*, quando sabe agir de acordo com as circunstâncias. Por isso o seu comportamento deve mudar. Não há um comportamento que possa ser considerado bom independentemente das circunstâncias. Um contexto pode exigir, por exemplo, que o príncipe seja liberal. Outro, que seja avaro. Outro, que seja impiedoso.

Segundo Lefort¹:

O príncipe aparece, então, como um ator cuja conduta é determinada pelas exigências da situação e, conseqüentemente, cuja potência é indissociável da inteligência que adquire quanto à relação de potência: é ou não capaz de reconhecer essa ordem e, se o conseguir, será sob a condição de dominar a confusão dos acontecimentos, de resistir à tentação de utilizar meios que, por serem eficazes a curto prazo, estão destinados a se voltar contra ele.

Skinner escreve²:

Virtù é o nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a 'fortuna' e conseguir honra, glória e fama. Mas afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas. Argumenta, ao contrário, que a característica que define um príncipe verdadeiramente virtuoso consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade - independente do fato de ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa - para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, 'virtù' passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe: 'ele deve ter a mente pronta a se voltar em qualquer direção, conforme os ventos da 'fortuna' e a variabilidade dos negócios assim o exigam

No entanto, *virtù*, segundo Maquiavel, não é atributo só do príncipe ou do governante. Essa qualidade é atribuída também por ele a instituições políticas, cidades, nações, povos. Maquiavel se refere nos *Discursos* – apenas para lembrar alguns exemplos – à *virtù* de

¹ Lefort, Claude. *A Lógica da Força*, in: *O Pensamento Político Clássico*. Citado por Flavia Roberta Benevenuto de Souza em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ARBZ-7FXMK8/1/disserta__o_flavia_roberta_benevenuto_de_souza.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

² SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 65

Esparta, à dos exércitos de Roma e à da Toscana³. Na História de Florença⁴, a palavra é usada para descrever as armas e a indústria dos florentinos. No mesmo livro, Roma e seu povo são apresentados como virtuosos.

Resumindo, podemos ter regimes, instituições e leis, um povo, um cidadão qualquer, cidades, nações etc... possuidores de *virtù*.

O objetivo deste trabalho é estudar o significado de *virtù* como atributo do povo, mas povo entendido como segmento social, pois, como veremos no capítulo 1, o termo *povo* (*popolo* em italiano) carrega dois significados. Pode-se entendê-lo como *civitas*, ou seja, a comunidade dos cidadãos, não importando a que classe pertençam, qual o poder aquisitivo e qual o seu *status* do ponto de vista político. Ou podemos entendê-lo como um determinado segmento social.

A problemática que se coloca é sobre as diferenças e semelhanças entre a *virtù* do povo enquanto segmento social e a do governante seja de um principado, seja de uma república. Se a *virtù* atribuída ao governante tem determinadas características como entender a *virtù* do povo? As características são as mesmas? Há diferenças? Ou tem o mesmo significado, mas aplicado a contextos e regimes políticos diferenciados? Qual a relação entre a *virtù* do governante e a do povo?

Dividiremos este trabalho em 4 capítulos.

No primeiro capítulo buscar-se-á o significado de *popolo* enquanto segmento social em Maquiavel.

No segundo capítulo se discorrerá sobre a relação entre a República Popular e a *virtù* do povo para examinar a relação entre regime político e esse tipo de *virtù*.

O terceiro capítulo proporá uma comparação entre a *virtù* do governante e a do povo seja na república seja no principado, com o objetivo de entender melhor a relação entre elas, suas diferenças e suas semelhanças.

Por fim, o quarto capítulo deverá destacar o serviço militar e a religião como fatores educativos estimulantes da *virtù* do povo.

³ “Portanto, como acima dissemos, a Toscana já era poderosa, cheia de religião e virtù, tinha seus costumes e sua língua pátria, e tudo foi extinto pelo poderio romano. Assim, conforme se disse, dela só ficou a memória do nome.” (MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, Livro II, cap. 5, pág. 203)

⁴ “E, sem dúvida, se Florença, depois de libertar-se do Império, tivesse tido a felicidade de assumir uma forma de governo que a mantivesse unida, não sei que república, moderna ou antiga, lhe seria superior, tamanha seria a *virtù* das armas e da indústria com que se encheria.” (*História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 9). “Por isso, com as vitórias do povo, a cidade de Roma se tornava mais virtuosa, porque o povo, podendo ocupar a administração das magistraturas, dos exércitos e dos impérios com os nobres, enchia-se da mesma *virtù* que havia nesses, e a cidade, ganhando *virtù*, ganhava poder.....” (*Discursos*, Livro III, cap. 1, p.158)

Como referencial de análise daremos prioridade às seguintes obras maquiavelianas: os *Discursos*, *O Príncipe* e a *História de Florença*.

1. O POVO NA FILOSOFIA DE MAQUIAVEL

Para entender o significado de *virtù* do povo é necessário antes decifrar o significado de povo nas obras de Maquiavel. Como já se afirmou na introdução, o termo povo pode ser entendido sob dois significados, um geral e outro específico: *civitas* ou segmento social.

A pesquisa sobre três obras de Maquiavel - *Discursos*, *O Príncipe* e *História de Florença* - revelou que os dois significados estão presentes no pensamento deste filósofo, mas há mais ocorrências do segundo significado que do primeiro.

Nos *Discursos*⁵ encontramos o seguinte resultado pesquisando nos três livros que compõem essa obra: 72 vezes com o significado de *civitas* e 130 vezes com o significado de segmento social.⁶

Na obra *O príncipe*⁷ predomina o significado de *popolo* como segmento social. Não se encontrou nenhuma ocorrência com o sentido de *civitas*. O termo com o significado de segmento social encontra-se nos seguintes capítulos e páginas: cap. 8, p. 38; cap. 19, p. 90; cap. 24, p. 118.

Finalmente na obra maquiaveliana *História de Florença* encontramos mais de 200 ocorrências do termo *popolo*, predominando o significado de segmento social.

Tendo em vista que neste trabalho a *virtù* que pretendemos estudar é aquela atribuída ao povo enquanto segmento social, é necessário determinar de forma mais precisa nos escritos de Maquiavel o que caracteriza o povo como um segmento social específico. É somente a condição econômica, é o status político (entendido como grau de participação no poder político) ou ambos? Ainda com relação ao econômico pode-se perguntar: são os mais pobres que formam de forma predominante o *popolo* ou não?

Um bom início é pesquisar como o termo *popolo* era entendido no contexto histórico do qual Maquiavel fazia parte. Como o termo *popolo* era entendido, então, na Florença do tempo de Maquiavel?

Buscar-se-á resposta a esta pergunta a partir das interpretações de três historiadores - James Hankins, John M. Najemy e Paul Larivaille.

Posteriormente, para decifrar o significado de *popolo* na filosofia de Maquiavel, usaremos como referências escritos dos filósofos Agnes Heller e John McCormick.

⁵ A tradução usada é a da Editora Martins Fontes, ano 2001.

⁶ Veja anexo no final deste trabalho.

⁷ A tradução usada é a da Editora Martins Fontes, ano 2001.

O historiador James Hankins é o tradutor da obra de Leonardo Bruni denominada “*História do povo florentino*” do latim para o inglês. É considerado um especialista no pensamento de Leonardo Bruni. Observa⁸ que o termo *popolo* tem para esse autor, no contexto renascentista de Florença, um significado estrito. Identifica-se com os extratos médios da sociedade florentina, excluindo os magnatas e a turba. Hankins lembra que no décimo terceiro século esta classe organizou-se politicamente e formou corporações com o objetivo de autoproteção, com estatutos próprios, ofícios, organização militar, brasões e estandartes. Alinhou-se em Florença com o partido dos Guelfos contra os Gibelinos.⁹ Segundo Hankins, tinha uma identidade corporativa e ideológica bem definida e distinguia-se dos magnatas não necessariamente pelo poder aquisitivo mediano, mas por sua atuação política.

Najemy¹⁰, busca o sentido de “povo” (ou *popolo* em italiano) no contexto histórico de Florença que vai do ano 1200 a 1575. Chama a atenção para uma dificuldade particular de interpretação do sentido de *popolo* nessa época tendo em vista que nem todas as famílias de elite eram declaradas magnatas.¹¹ As que não eram consideradas assim, como as famílias Peruzzi, Alberti, Rucellai, Médici e Strozzi, eram chamadas de *popolani*.¹² Segundo ele, nunca houve em Florença uma definição legal do que era elite e do que era *popolo*. Quanto a esta questão, escreve Najemy¹³:

Florença não tinha nenhuma nobreza legalmente indicada: nenhum limite institucional entre a elite e o *popolo*, nenhum título nobre para distinguir o antigo do mais recente. O *popolo* incluiu membros de corporações principais que estiveram próximos da elite em muitos aspectos e muitas vezes formavam a sociedade de negócios com membros de famílias da

⁸ HANKINS, James. *A mirror for statesmen – Leonardo Bruni’s History of the florentine people*. Harvard University, 2007. Disponível em: <<http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/2958221/BruniHistoryHJ.pdf?sequence=4>>. Acesso em 20 de abril de 2011.

⁹ Sobre guelfos e gibelinos Aranha escreve o seguinte: “Ainda na Idade Média, os territórios italianos pertenciam ao Sacro Império romano Germânico, mas se livraram da tutela dos imperadores alemães por volta de 1250, o que não impediu as tentativas de recuperação do antigo controle imperial. Como os territórios da Igreja sempre significaram um freio às ambições dos imperadores, persistiu a luta de facções entre *guelfos* (partidários do papa) e *gibelinos* (partidários do imperador). Os gibelinos representavam, em última instância, o ideal da secularização do poder em oposição à interferência da Igreja nos negócios políticos.” (ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel: a lógica da força*. São Paulo: Editora Moderna, 1993, p. 24)

¹⁰ A referência para nossa reflexão é a obra de John M. Najemy de título “*A History of Florence 1200-1575*”. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

¹¹ Segundo Gaetano Salvemini, citado por Najemy, os magnatas faziam parte de uma classe feudal cuja prosperidade foi predominantemente na terra e os “*popolani*” da classe média comercial. (Op. cit., p. 38)

¹² Op. cit. P. 38.

¹³ Op. cit. p. 38.

elite. A demarcação entre elite e não-elite era uma matéria de percepção que às vezes tornava difícil... dizer se determinados indivíduos ou as famílias pertenceram à elite ou o *popolo*.

Naquela época, observa Najemy, os Bardi e os Alberti eram reconhecidos como pertencentes à elite, mas o mesmo reconhecimento não valia para Dino Compagni, embora fosse um comerciante rico.

Esta aparente indeterminação do significado de *popolo* e de elite deu embasamento, segundo Najemy, para que alguns estudiosos¹⁴ concluíssem que não houve propriamente conflitos de classe em Florença durante este período histórico. A política florentina, segundo esses autores, se reduzia a meras disputas dentro da classe superior.

Najemy diverge desta posição. Mesmo com todas as dificuldades para determinar quem fazia parte da elite e quem fazia parte do *popolo*, os seus estudos confirmam que havia neste período dois segmentos sociais, o *popolo* e a elite, que disputaram o poder político em vários momentos. Segundo Najemy, a cultura alternativa própria do *popolo* era uma das expressões da sua existência enquanto segmento social distinto da elite.

Sob esta perspectiva, Najemy verifica que, nessa época, quando se fala em *popolo* em contextos especificamente políticos, o termo é entendido como sinônimo de corporações que não pertenciam às famílias de elite. O que não implica, como ele observa, que houvesse uma clara distinção entre corporações “principais” (com a elite) e “menores” (com o *popolo*).

Sua pesquisa o fez concluir que, se, por um lado, era verdade que as corporações de ofício menores abrigavam o *popolo*, por outro lado constatou que nas corporações principais e maiores, com predominância de banqueiros e comerciantes ricos, havia também membros que não pertenciam à elite e que se incluíam no *popolo*.¹⁵ Verificou também que em algumas corporações principais nem sempre a elite era a maioria, como era o caso das corporações de “*giudici*” (juízes) e “*notai*” (notários). Nestas os juízes provenientes da elite, não eram a maioria. Os notários, sim.

Segundo Najemy, a influência do *popolo* nos rumos da sociedade florentina se deveu muito à sua participação nas corporações de ofício, já que estas colaboraram para dar

¹⁴ Najemy entre estes estudiosos destaca Ottokar e sobre ele afirma “... Ottokar foi correto na discussão que os magnatas não foram uma classe e que as suas atividades econômicas e os interesses foram em muitos casos idênticos àqueles de conduzir “popolani”. Ele e muitos historiadores que seguiram a sua interpretação continuaram daí negando algum e todos os conflitos de classe, uma visão que reduz a política dos florentinos a meras disputas dentro da classe superior..... O que tais interpretações omitem é precisamente o *popolo* e a cultura política alternativa inteira que representou e promoveu.” (Op. cit. p. 39)

¹⁵ Op. cit. P. 36.

qualidade à cidadania de uma forma universal¹⁶ e possibilitaram a formação de quadros do *popolo* com capacidade cultural e política para influenciar os destinos da sociedade florentina da época.

No que se refere à cultura e educação, por exemplo, Najemy afirma que a capacidade de ler e escrever foi universal nas corporações de ofício e se estendeu a grandes números de artesãos não participantes de corporações, a mulheres e funcionários. Os membros do *popolo* (lojistas, artesãos, notários, etc...) encontraram nas corporações uma identidade cultural.

Digno de nota é o fato de as corporações favorecerem a experiência republicana em pequena escala. Escreve Najemy¹⁷:

Cada corporação tinha realmente uma estrutura republicana em escala modesta na qual a autoridade exercida por cônsules e conselhos era autorizada pelos próprios membros da corporação. Uma estrutura tão autônoma foi, na língua de juristas medievais, uma *universitas*, uma associação legalmente reconhecida levada a cabo pelas promessas mútuas e os juramentos dos seus membros.

O conselho de corporação, composto de uma dúzia a não menos que várias dúzias de membros dependendo do tamanho da corporação, funcionou como um corpo legislativo que escreveu as regras que governam jurisdição, as normas que regulam o exercício da profissão, e os procedimentos da eleição de cônsules e outros oficiais.

Não surgiu do nada, portanto, a luta do *popolo* por uma influência maior no poder político. As corporações de ofício se constituíram em escola de aprendizagem dos princípios e valores republicanos.

Entre as diversas categorias que pertenciam ao *popolo*, Najemy destaca os notários¹⁸ em decorrência da importância que tiveram na consolidação de uma identidade cultural e política para o *popolo*. Colaboraram para isso as suas traduções tanto de textos antigos latinos como também de escritores contemporâneos franceses e

¹⁶ Najemy destaca que os elementos de formação das corporações para a cidadania não foram criados nem estimulados pela Comuna. Tiveram origem no seio dessas próprias organizações em decorrência de sua forma de organização.

¹⁷ Ibidem, p. 42.

¹⁸ “Os notários foram escritores profissionais de contratos, testamentos, e uma larga variedade de documentos legais.” (Ibidem, p. 47)

seus estudos sobre Roma antiga no que se refere à sua história, política, cultura, retórica e legislação.¹⁹

De acordo com Najemy, durante os séculos XIII e XIV quase todos os escritores vieram do *popolo* e, apesar de alguns terem laços com a elite através de matrimônio ou negócios, era universal entre os escritores a condenação a determinadas ações de membros da elite que atentavam contra o caráter republicano das instituições políticas. Pode-se citar como exemplo os conflitos violentos entre famílias da elite²⁰ que se manifestavam tanto no âmbito privado como no campo político-institucional.

Entre estes escritores Najemy dá um destaque especial aos cronistas originários do *popolo*, porta-vozes desta classe social no contexto dos conflitos que permearam a história da sociedade florentina nesta época. Cita por exemplo o cronista Marco Parenti, que participa da luta para desalojar Piero de Médici do poder em 1465-1466, apoiando o fim da manipulação eleitoral restritiva e a maior participação do *popolo* nas funções políticas.²¹

Najemy não deixa de observar que os florentinos também entendiam *popolo* em um sentido amplo (*civitas*), constituído por todos os florentinos, o que incluía a elite e a não-elite. Porém, com mais freqüência, como confirma através de seus estudos, significava o conjunto dos florentinos que não faziam parte da elite, “algumas vezes incluindo as classes trabalhadoras de artesãos e trabalhadores assalariados (comumente chamados de "*popolo minuto*"), mas mais frequentemente significando as classes médias não-elite, ...”²² (*grifo nosso*)

Ou seja, segundo Najemy, o significado que prevalece na Florença desta época é o do *popolo* enquanto um segmento social específico que geralmente era entendido na época como sinônimo de classes médias não-elite.

As referências anteriores às lutas empreendidas por este segmento, de acordo com as pesquisas de Najemy, possibilitam também a conclusão de que a questão do *status* político é um elemento determinante para o significado de *popolo* neste contexto florentino. Afinal, como se pode inferir das referências de Najemy às lutas empreendidas pelo *popolo* (enquanto classe média não elite) para conquistar o poder, este segmento social ocupava uma posição

¹⁹ Nas décadas próximas de 1300, muitos notários traduziram para o Toscano tanto textos antigos latinos como contemporâneos franceses. "Andrea Lancia (c.1280-1356), mais conhecido como o autor de um comentário importante *sobre a Comédia* de Dante, traduziu *Ars amandi* e *Remedia amoris* de Ovidio, cartas de Sêneca, e *Eneida* de Virgílio. Domenico di Bandino, nascido em Arezzo mas residente em Florença por muitos anos, escreveu uma enciclopédia baseada na larga leitura de historiadores romanos e moralistas. Alberto della Piagentina traduziu a Consolação da Filosofia de Boethius para o toscano." (op. Cit. p. 47)

²⁰ Op. cit. . Veja cap. 1.

²¹ Op. cit. Veja cap. 13.

²² Op. cit., p. 34.

subalterna no que tange à participação política e buscou em vários momentos uma participação maior.²³

Focando agora a nossa atenção nos estudos de outro autor – Larivaille –, constata-se que este chega à mesma conclusão de Najemy e James Hankins no que diz respeito ao significado de *popolo*.

Larivaille observa como Najemy que há um sentido amplo deste termo, mas constata que era atribuído mais propriamente a uma “pequena burguesia” (termo usado por Larivaille) participante das corporações e que não tinha origem na elite. Esta “pequena burguesia”, ao nosso ver, se identifica com o que Najemy chama de classe média não-elite. Escreve Larivaille:²⁴

A terminologia da época sublinha, aliás claramente, a insignificância dessas massas trabalhadoras indistintamente reunidas sob o nome de ‘plebe’, por oposição ao termo “povo”, reservado apenas aos cidadãos que possuem todos os direitos; um termo que, em sua acepção mais ampla, parece englobar todos os habitantes da cidade, inscritos nas corporações – inclusive, portanto, os ricos mercadores, banqueiros ou empresários, teoricamente obrigados a figurar nos registros das corporações ditas maiores -, mas que, na prática, só diz respeito a essa categoria relativamente modesta de contribuintes que, entre as 220 ou 230 famílias dos grandes e a plebe²⁵, formam a pequena

²³ É claro que a classe média não-elite se a compararmos com o povo mais pobre (*popolo minuto*) tinha maior facilidade de participação no poder político. Tal fato com certeza se devia à sua participação nas corporações de ofício e à situação mais privilegiada do ponto de vista econômico. Porém, devido justamente à dificuldade de participação nas corporações e à sua pobreza, o *popolo minuto* não tinha a mesma facilidade. Poder-se-ia esperar uma aliança entre o *popolo grasso* e o *popolo minuto*. Porém, como observa Najemy, esta classe média por vezes teve uma posição ambivalente no que toca aos interesses do *popolo minuto*. Najemy observou que até 1400 sua posição foi flutuante. Quando se vivia momentos de prosperidade econômica, ela aceitava a direção política da elite não se importando com a exclusão do resto da comunidade, com a efetivação de direitos das corporações menores e dos segmentos sociais mais pobres. Após 1380, por exemplo, o *popolo* enquanto classe média não-elite, temendo o radicalismo da classe trabalhadora através da chamada revolta dos *Ciampi* concordou com a hegemonia da visão da elite em troca de uma alternância no poder. Em outros momentos caracterizados por crises econômicas e/ou militares e fiscais, esta classe média não-elite rompeu com a elite buscando alianças com corporações menores com o objetivo de diminuir o poder deste segmento social. (Op. cit, p. 36)

²⁴ LARIVAILLE, Paul, *A Itália no tempo de Maquiavel*. São Paulo: Cia de Letras, 2001, p. 195-196.

²⁵ Larivaille constata o uso entre os florentinos de outro termo - *plebe* - que era reservado nesta época para os mais pobres e que constituíam 82% da população se se considerar aqueles que não pagavam ou pagavam menos de 1 florim (moeda florentina) de imposto. Escreve ele: “Se considerarmos pobres os que não pagam ou pagam menos de 1 florim de imposto, essa categoria engloba 82 por cento da população. [O que se convencionou chamar] de classe média, que pagava de 1 a 10 florins, representava igualmente uma minoria restrita, menos de 16 por cento da população. Os ricos, que pagavam mais de 10 florins, só constituíam 2,13 por cento da população.” Referindo-se à plebe, Larivaille afirma que “o confronto desses dados com os números fornecidos por De Roover deixa clara a extrema insignificância da camada da população que detinha, mesmo num regime que se diz democrático, uma parcela do poder político e econômico e, em oposição, o número elevado dos miseráveis, que não possuem nada e não têm nenhum direito: um terço da população, sem dúvida, se, às 3.000

burguesia de negociantes e a parte atuante das corporações artesanais. (grifo nosso)

Por isto, para Larivaille, como para Najemy e Hankins, *popolo* no renascimento tinha um significado bem específico e mais entendido como classe média. Najemy e Hankins chamam a atenção para um fator que o distinguia claramente dos magnatas (termo usado por Hankins) ou da elite (termo usado por Najemy): não tanto o poder aquisitivo e mais a cultura política.

Voltando nossa atenção agora para o significado de *popolo* nas obras de Maquiavel, examinaremos os estudos dos filósofos McCormick e Agnes Heller.

Como Najemy e Larivaille, McCormick encontra dois significados de *popolo* tanto nas repúblicas antigas como nas medievais e renascentistas. Como ele mesmo afirma, nestes três contextos era entendido como o corpo dos cidadãos em sua totalidade, mas também como um segmento social distinto.²⁶

Contudo, na sua interpretação, o significado de *popolo* que predomina nas obras de Maquiavel é o de um segmento social constituído pelos mais pobres. Segundo McCormick²⁷

Maquiavel também usa o termo "povo" de modo intercambiável com "popolani", plebe, "ignobili", a multidão e a universalidade; ele geralmente o entende como o conjunto dos cidadãos mais pobres de uma república que não são membros do patriciado ou classe rica.

McCormick aponta nos escritos de Maquiavel o embate entre duas classes principais: a constituída pelos ricos e o *popolo*, constituído pelos mais pobres. A questão da propriedade está presente e se torna o divisor de águas nos embates entre os "grandi" (ricos) e o *popolo*

famílias oficialmente assim designadas acrescentarmos uma massa dificilmente calculável de serviçais, aprendizes de ateliês e mesmo de desocupados em busca de algum trabalho, sem família e sem domicílio." (Op. cit. p. 195)

²⁶ Escreve McCormick: "In ancient, medieval and Renaissance republics, "the people" referred to both: (a) the citizen body in its entirety, and also (b) the poorest, nonwealthy or non-elite majority of the citizenry. This ambiguity is perhaps best captured by the Roman example. On the one hand, "the people" signifies the collective *res publica* of the *populus*, a unitary conception of citizenship that includes patricians and plebeians. On the other hand, the idea of SPQR (the Senate and People of Rome) reflects a binary conception of the citizenry, one in which the plebeians, set apart from the patrician elite, the nobles or the senatorial class, separately constitute "the people." (McCORMICK, John P. *Machiavellian Democracy*. University of Chicago, 15/09/2009. Disponível em: <<http://ptw.uchicago.edu/McCormick09.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2011.)

²⁷ Machiavelli also uses the term "the people" interchangeably with *popolani*, plebe, ignobles, the multitude and the universality; he generally understands them to be a republic's poorer citizens who are not members of the patrician or wealthy class. (*ibidem*)

(pobres). A riqueza dos *grandi* e a vontade de oprimir o *popolo* estão interligadas. Por isto, McCormick critica as análises de muitos intérpretes que não destacam a questão econômica. Escreve ele:²⁸

Outro esclarecimento quanto à natureza de elites de Maquiavel vale a pena mencionar: muitos intérpretes, quando se referem a esta questão, minimizam ou rejeitam os aspectos materiais e econômicos das descrições feitas por Maquiavel das motivações e comportamentos dos grandes. O desejo de oprimir que Maquiavel atribui aos *grandi*, segundo interpretação destes intérpretes, corresponde mais precisamente a uma perseguição de honra, glória e fama. Eles afirmam que a aquisição da prosperidade ou o uso do privilégio tem pouco a ver, se é que tem, com a finalidade de maximizar a vantagem política. Contudo, Maquiavel acentua de forma consistente a prosperidade do *grandi* e indica os fins opressivos para os quais eles normalmente a dirigem. Por exemplo, os romanos mais ricos, observa ele, constituem “a maior parte da nobreza” (D I.37); Maquiavel identifica a classe dirigente da república de Siracusa constituída pelos senadores e ricos (P 8); no início dos Discursos, Maquiavel caracteriza os *grandi* como aqueles que “possuem muito” e que usam a sua liberalidade “incorreta e ambiciosamente,” especificamente, de forma a causar danos para as repúblicas (D I.5). Em outro momento naquela obra ele fala constantemente “da grande ambição da nobreza” e da sua “grande avareza” (D I.40). O mais decisivo, acredito, é o juízo de Maquiavel, revelado no seu capítulo sobre Leis Agrárias de Roma: Maquiavel observa que, durante a história da

²⁸ “Another clarification on the nature of Machiavelli’s elites is worth mentioning: Many interpreters, when addressing this issue, downplay or dismiss the material and economic aspects of Machiavelli’s descriptions of the *grandi*’s motivations and behavior. The desire to oppress that Machiavelli ascribes to the *grandi*, they suggest, corresponds most closely with a pursuit of honor, glory and fame. It has much less to do, if anything, they claim, with the acquisition of wealth or the use of material privilege to maximize political advantage. However, Machiavelli consistently emphasizes the *grandi*’s wealth and points out the oppressive ends to which they usually put it. For instance, the wealthiest Romans, he notes, constituted “the greater part of the nobility” (D I.37); Machiavelli identifies the ruling class of the Syracusan republic as the senators and the rich (P 8); early in the Discourses, Machiavelli characterizes the *grandi* as those who “possess much” and who use their largesse “incorrectly and ambitiously,” specifically, in ways that make mischief for republics (D I.5). Later in that work, he speaks in tandem of the nobility’s “great ambition” and their “great avarice” (D I.40). Most decisive, I believe, is Machiavelli’s judgment, leveled in his chapter on Rome’s Agrarian Laws: Machiavelli notes that, over the course of the republic’s history, the nobles “always conceded honors or offices to the plebs without extraordinary scandals, but that they defended property with the utmost obstinace” (D I.37). This is an earsplitting understatement: here Machiavelli elliptically references the fateful instance when Roman senators, seeking to protect their ever expanding economic privilege, murdered the economic reformer, Tiberius Gracchus, in the middle of the Forum. Clearly, Machiavelli understands the nobles, the aristocrats, “the great” to value material goods much more highly than they do their reputation and prestige, their honor and dignity.” (McCORMICK, John P. *Machiavellian Democracy*, University of Chicago, pág. 12. Disponível em: <<http://ptw.uchicago.edu/McCormick09.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2011.)

república, os nobres “sempre admitiam honras ou funções para a plebe sem escândalos extraordinários, mas defendiam a propriedade com a máxima obstinação” (D I.37). Isto é uma observação reveladora: aqui Maquiavel elipticamente refere-se ao exemplo fatídico envolvendo os senadores romanos, que procurando proteger os seus privilégios econômicos sempre crescentes, assassinaram o reformador econômico Tibério Graco, no meio do Fórum. Claramente Maquiavel entende a nobreza, os aristocratas, “os *grandi*”, como aqueles que valorizam as mercadorias materiais muito mais do que a sua reputação e prestígio, a sua honra e dignidade. (*grifo nosso*)

Este trecho revela claramente a interpretação de McCormick sobre o significado de *popolo* que predomina nos escritos de Maquiavel. Os dois segmentos que se embatem na sociedade, *grandi* e *popolo*, estão claramente definidos enquanto classes. A condição econômica é que as determina. Os ricos, os que têm muito, são os *grandi*. Os pobres, os que têm pouco, formam o *popolo*.

Agnes Heller tem posição semelhante à de McCormick. Observa que havia um sentido global e um específico para *popolo* na Florença do tempo de Maquiavel. Para esta autora, Maquiavel ressignifica o conceito de povo enquanto segmento específico, agora, entendido como formado pelos mais pobres e desfavorecidos. Nas suas palavras: ²⁹

Com efeito, ao falar da luta entre ‘o povo’ e ‘os ilustres’, e ao incitar o príncipe a que confie no povo contra os últimos, [Maquiavel] estava a substituir a noção tradicional de povo, característica do início do Renascimento, por uma concepção nova e moderna deste. O *popolo* florentino tradicional englobava, em princípio, todos os habitantes da cidade; mas, na prática, referia-se aos mais ilustres e capazes, aqueles que participavam na direção dos assuntos públicos. Em Maquiavel esta noção do povo foi invertida. O verdadeiro estrato dirigente (aquilo que até então tinha sido designado por ‘povo’) era agora incluído na categoria dos ‘ilustres’, em vez de ser na do povo, e dentro dela os nobres e os burgueses constituíam ainda dois grupos separados; o povo era agora o estrato social inferior, os pobres e desfavorecidos. (*grifo nosso*)

Bem, é o momento de cotejarmos as considerações destes autores com os quais dialogamos com o uso de *popolo* por Maquiavel. Começamos pelos autores Najemy e

²⁹ HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 270.

Hankins, que buscam o significado de povo no contexto florentino que é também o de Maquiavel. Julgamos pertinente ter introduzido nesta reflexão as considerações destes escritores, pois Maquiavel, como ocorre com frequência, poderia simplesmente usar o termo em seus significados correntes. Mas, perguntamos, o fato de ambos detectarem um significado dominante nesta época implica concluir que o mesmo sentido é adotado por Maquiavel?

Quanto aos escritores McCormick e Agnes Heller, que estudaram o conceito de povo nas obras de Maquiavel, podemos aceitar suas conclusões, ou seja, de que para ele o *popolo* é entendido geralmente formado pelos mais pobres?

Para encontrar uma resposta a estas questões leiamos as citações a seguir colhidas na obra maquiaveliana *História de Florença*.

E, estando as coisas dessa maneira, o **povo** achou melhor não adiar mais o combate, e os primeiros que se movimentaram foram os Médici e os Rondinelli, que atacaram os Cavicciuli pelo lado da casa deles que dá para a praça de San Giovanni. (p. 8)(grifo nosso)

Com essas leis, chamadas ordenamentos da justiça, o povo granjeou muita reputação, e Giano della Bella, muito ódio; porque era péssimo o seu conceito perante os poderosos, que o achavam destruidor de seu poder, e nos populares ricos despertava inveja, por lhes parece que sua autoridade era excessiva... (p. 96) (grifo nosso)

À autoridade e à influência deste somaram-se também as de algumas famílias populares, entre as quais os Peruzzi, os Acciaiuoli, os Antellesi e os Buonaccorsi. Estes, sobrecarregados de dívidas, como não as podiam pagar com o que era seu, desejavam fazê-lo com os bens alheios, livrando-se, com a servidão da pátria, da servidão aos seus credores....” (p. 134) (grifo nosso)

Vencidos os Grandes, o povo reordenou o estado; e, como havia três espécies de povo, o poderoso, o mediano e o baixo (potente, medíocre, basso), estabeleceu-se que os poderosos teriam dois senhores os medianos três, e o baixo, três, o gonfaloneiro deveria ser ora de uma, ora de outra espécie.” (p. 154) (grifo nosso)

Este trecho se soma àqueles dos *Discursos*, indicados na pesquisa em anexo no final deste trabalho, que confirmam que, nos escritos de Maquiavel, o significado de *popolo* que predomina é o de segmento social. Nesta passagem o atribui a setores da classe média e até a

ricos. Os Médici³⁰, os Peruzzi, os Acciaiuoli (estes três provenientes de família de banqueiros) e outros, com certeza não podem ser considerados pobres. Por outro lado, a última passagem indica que *popolo* para Maquiavel não era entendido sob um único sentido, mas com um significado múltiplo e esta constatação, como se verá logo a seguir, é relevante.

Nas obras de Maquiavel, mesmo predominando o significado específico de povo, este não é atribuído exclusivamente a alguma classe e não nos parece que seja entendido por Maquiavel como geralmente formado pelos mais pobres, como quer McCormick. Questionamos também a interpretação de Agnes Heller quando afirma que *popolo* para Maquiavel era o estrato social inferior, os pobres e desfavorecidos. A passagem citada indica que *popolo* para o filósofo florentino tem um significado múltiplo. Além de ter um significado geral e específico, no caso desse último, pode se referir tanto aos pobres como aos setores médios e a uma parcela dos ricos. É o contexto dos escritos maquiavelianos que indicará se o significado é geral ou específico e, sendo específico, qual grupo ou grupos sociais o constituem. Como exemplo pode-se citar o termo plebe usado por Maquiavel como sinônimo de povo quando se refere ao contexto político e social do império romano. Sendo um estudioso da Roma antiga, ele deveria saber que a plebe, nesse contexto, não se identificava univocamente com os mais pobres. Havia também os plebeus ricos como bem observa Araújo:³¹

Em contexto antigo, a distinção aristocrática era certamente um sinal de riqueza. Em Roma, um membro da ordem plebéia dificilmente poderia aspirar à ordem senatorial se não possuísse largos recursos econômicos, ou se não os amealhasse ao longo de sua carreira política (o *cursus honorum*), entre outros fatores porque o exercício dos cargos públicos não era pago, e muitas de suas operações tinham de ser bancadas pelo próprio ocupante do cargo Além disso, a própria sustentação da distinção aristocrática implicava um estilo de vida bastante caro. (*grifo nosso*)

³⁰ A família Médici é o exemplo típico de família burguesa. Destacava-se entre outras famílias não somente pelo seu poder econômico mas também, ressalvadas as interrupções, pelo fato de ter mantido o poder político em Florença por muito tempo. Sobe ao poder no século XV e se mantém nele até o século XVIII. “Entre os Alberti, os Strozzi, os Pazzi, os Salviatti, os Ricardi, os Sasseti, os Pitti, os Tuornabuoni, os Marteli, e outros, nenhum alcançou os Médici na habilidade com que defenderam seus interesses e na capacidade de ampliá-los de modo crescente. Esta família se envolveria em inúmeros litígios com seus adversários e sempre manteve seu prestígio com muita ostentação, sangue e dinheiro. A Casa Médici se confunde com a história de Florença a tal ponto que chegam a ser sinônimas.” (HEBECHE, Luiz, H. *A guerra de Maquiavel*. Editora Unijuí, 1988, p. 29) Como família ligada aos negócios comprava terras da nobreza e exercia várias atividades comerciais inclusive bancárias. João Médici, por exemplo, cria o maior banco do século XV. Tinha filiais nas principais cidades da Itália e da Europa como Veneza, Roma, Gênova, Bruges, Avinhão, Milão.

³¹ ARAÚJO, Cícero. *Constituição mista e plebeísmo*. Do extrato de tese de livre-docência de Cícero Araújo, intitulada “*Quod omnes tangit: fundações da República e do Estado*”, apresentada na FFLCH-USP, em 2004.

Na verdade, o filósofo florentino não se preocupava em buscar um sentido unívoco para *popolo*. Como afirma Aranovich³², a idéia de *popolo* para Maquiavel não definia um grupo unitário. A grande questão em jogo para o filósofo florentino, quando usa o termo *popolo* (ou plebe como sinônimo de *popolo*), era o de considerá-lo como um dos pólos irreduzíveis da vida política. Se de um lado há os *grandi*, há de outro lado o povo. E a relação entre eles é sempre perpassada pelo conflito.

Em outras palavras, *popolo*, para Maquiavel, não era um conceito sociológico que designava de forma unívoca grupos ou classes sociais.

Como escreve Bignotto³³,

O “povo” e os “grandes” não são conceitos sociológicos, que designam univocamente grupos ou classes sociais. Esses dois conceitos se referem a dois elementos irreduzíveis da vida política, que não podem ser subsumidos por nenhum acordo, ou contrato, que restauraria a unidade do todo. Não há unidade a ser restaurada. Os dois pólos só existem em seu confronto, eles se determinam mutuamente, mesmo se os elementos que os constituem se mostrem inconciliáveis.

O que Maquiavel pretendia acentuar era a divisão do corpo político. Pois, como escreve Lefort³⁴, “a sorte da divisão social se decide em função do modo de divisão do poder e da sociedade civil...” Ou seja, a questão política se colocava para Maquiavel como fundamental na relação entre os dois pólos. O que Najemy afirma sobre o *popolo* na época de Maquiavel nos auxilia para um melhor entendimento deste termo na filosofia maquiaveliana: tanto lá como em qualquer contexto histórico, o *status* político é elemento determinante para entender o significado de *popolo*.

³² ARANOVICH, Patrícia Fontoura. Projeto de pós-doutorado: “*As relações de poder na construção da república: as cidades renascentistas italianas e as repúblicas utópicas do século XVII*”. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/df/site/posdoc/posdoc_aranovitch.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2010.

³³ BIGNOTTO, Newton. *A antropologia negativa de Maquiavel*. Disponível em <<http://www.analytica.inf.br/analytica/diagramados/148.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

³⁴ LEFORT, Claude. *As formas da História*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 144

2. A *VIRTÙ* DO POVO NA REPÚBLICA POPULAR

Em *O Príncipe* Maquiavel escreve que “todos os Estados que existem e já existiram são e sempre foram repúblicas ou principados”³⁵. Nos *Discursos* complementa esta afirmação com esta passagem: “há três espécies de governo: o monárquico, o aristocrático e o popular”³⁶. Ou seja, fazendo a vinculação entre as duas passagens pode-se afirmar que a república pode ser tanto aristocrática como popular.

Veremos que é justamente a república de caráter popular que garante ao povo maior participação. Mas esta constatação não leva à conclusão de que no principado o povo não teria propriamente *virtù* entendida como iniciativa, participação. Mesmo neste regime o povo exercita sua *virtù*, como se verá no capítulo 3. Também porque, como observa Martins³⁷, não é de todo correto associar o principado só ao regime monárquico, já que ele conserva vários aspectos do regime republicano.

Em todo o caso, a participação na república de caráter popular dá mais qualidade à *virtù* popular que se revela mais apta que a do governante para a conservação deste tipo de regime.³⁸ Pode-se afirmar que há uma acepção republicana do termo *virtù* presente principalmente nos *Discursos*. Por isso afirma Andrade³⁹ que “*virtù* é a capacidade, tanto dos governantes como dos cidadãos, de referir sua ação a valores republicanos, que são universais no campo da política. Mas esses valores só se realizam no enfrentamento dos desafios específicos de cada situação”.

Portanto, é importante saber como se travou o debate sobre esses dois tipos de república na época de Maquiavel.

³⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, cap. 1, p. 3.

³⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, Livro I, cap. 1, p. 14.

³⁷ MARTINS, José Antonio. *Além do Maquiavelismo*. Revista *Discutindo Filosofia*, ano 1, nº 4, ano 2008, p. 22: “O principado ao qual se refere Maquiavel não é um Estado nem um reino, mas um regime político, que tem sua origem na Roma antiga. A forma de governo principado se instalava na República romana quando o poder político ficava concentrado nas mãos de um só, como foi o caso de Pompeu (59 a.C.), Júlio César (46-44 a.C.) e Otávio Augusto (12 a.C.) O principado, apesar de concentrar muito poder nas mãos de um único governante, não anulava por completo várias instituições republicanas. Então, associar o principado ao regime monárquico não é de todo correto, tendo em vista que ele conserva vários aspectos da dinâmica política republicana. O Príncipe, embora tenha sido escrito numa época marcada por monarquias absolutistas, não deve ser identificado a elas, mas ao modelo de governo que se instalou em Roma, no final da República e antes do surgimento dos governos imperiais.”

³⁸ Esta constatação não leva a conclusão de que no principado o povo não teria propriamente *virtù* enquanto ação, iniciativa, participação. Mesmo neste regime o povo exercita sua *virtù* como se verá no capítulo 3.

³⁹ ANDRADE, Regis de Castro. *O indivíduo e o cidadão na história das idéias. (Com um ensaio sobre Maquiavel)*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000200003#tx93>. Acessado em 20 de maio de 2010.

O grande debate era sobre qual dos dois tipos de república seria melhor e como poderia ser implementado na cidade de Florença. Os aristocratas florentinos valorizaram principalmente o modelo republicano de Veneza. Para estes o modelo republicano popular que foi implementado em Florença com Soderini e Savonarola era excessivamente democrático. Questionavam o fortalecimento do Conselho Superior efetivado na gestão de Savonarola e que enfraquecia o poder da aristocracia. Por isso os aristocratas buscaram inspiração no exemplo de Veneza, onde a aristocracia, considerada mais sábia, exercia grande influência.⁴⁰

Consideravam que em Veneza se efetivava a república ideal, pois era um governo misto apresentado desde a época clássica por Aristóteles, Políbio e Cícero como o modelo ideal para a estabilidade política. Afirmava-se que o fato de Veneza aliar governo misto⁴¹ com liberdade era a causa de ter evitado conflitos políticos que a pudessem levar para a ruína. Por isso era conhecida como a república *sereníssima*.

Na verdade, segundo Martins⁴², criou-se um mito que não se conformava com a realidade. O tal governo misto era um governo oligárquico no qual dominava um Conselho controlado por um número restrito de famílias. Poucas pessoas em Florença, como afirma

⁴⁰ Sobre esta questão do poder político escreve Gilbert na sua obra *Machiavelli e il suo tempo*, 1977, p. 103, que “os aristocratas em particular, ansiosos por limitar o poder do Conselho Maior, colocavam em evidência que em Veneza os cidadãos discretos e sábios tinham as possibilidades apropriadas”

⁴¹ A teoria do governo misto é inspirada em obra de Políbio de Megalópolis, um historiador grego do século II a. c. durante o Império Romano. Sua obra famosa “Histórias” é composta por mais de 40 livros. No livro VI analisa a forma de organização da Roma antiga e reflete sobre a melhor forma de governo (se a monarquia, aristocracia ou democracia), sobre a decadência de cada uma e também sobre a questão do regime misto, regime que se forma com o que há de positivo nos tipos de governo e por isso é considerado por Políbio como a melhor forma de governo. Iniciando pelo regime monárquico, Políbio diz que se caracteriza pela solidariedade entre as pessoas e pela noção do justo e bom. Com o tempo o governante numa monarquia acaba se preocupando mais em defender o seu poder político que lhe confere honra do que com a justiça. Transforma-se então em um tirano o que faz a monarquia se transformar em uma tirania. Segundo Políbio, em decorrência desta situação os homens resolveram colocar no poder político aqueles que julgavam mais bem preparados. Surge, então, a aristocracia. Mas novamente esta forma de governo se corrompe e entra também em decadência em decorrência da corrupção, pois a aristocracia passa a se interessar não pelo bem da comunidade, mas pelo seu próprio bem. Degenera em oligarquia que é o governo de poucos. Então, ainda segundo Políbio, os homens constroem a democracia que é o governo de todos contra a oligarquia. Mas a democracia também se corrompe e surge a anarquia. Mas não é o fim, segundo Políbio. Há a possibilidade de corrigir a anarquia provocada pela democracia, com um regime centrado na figura de uma pessoa só. Ou seja, restaura-se a monarquia. E os mesmos regimes vão se sucedendo novamente com as suas decadências e com o retorno ao ponto de partida. Instaura-se a circularidade histórica. Mas, segundo Políbio, há uma forma de evitar estas crises instituindo o governo misto que se efetiva através da reunião das qualidades boas de cada um dos regimes políticos. Neste tipo de governo nenhum dos agentes políticos individuais – aristocratas, reis e povo – poderiam ter a exclusividade do poder, pois cada um se constituiria em contrapeso para os outros. Desta forma se rompe com a circularidade temporal instaurando-se uma linearidade temporal não qual não há mais ciclos, mas mutações. Esparta se apresenta como o modelo por excelência do regime misto, pois durou mais de 800 anos.

⁴² MARTINS, José Antonio. *Os fundamentos da República e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. Tese de doutorado defendida na USP em 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07042008-104136/publico/TESE_JOSE_ANTONIO_MARTINS.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2011.

Gilbert,⁴³ conheciam esta realidade. Em decorrência também deste desconhecimento, o mito estava firmemente consolidado nas discussões sobre política e a imagem positiva da república veneziana exercia grande influência.

A análise da experiência romana também estava presente nestes debates que aconteciam nos jardins da família Rucellai, um ambiente conhecido como *Orti Oricellari*. Uma idéia que se destacava era a que atribuía aos valores aristocráticos a grandeza de Roma. Esta ruiu quando a plebe extrapolou nas suas ações gerando vários conflitos políticos com a aristocracia.

Maquiavel se depara com estas idéias quando começa a freqüentar em 1516 os *Orti*. Neste ambiente vai ter oportunidade de manifestar as próprias concepções, que se diferenciariam paulatinamente das idéias dominantes. Segundo Bignotto,⁴⁴

nele leu e discutiu seus *Discursos* e mais tarde seu *Arte da guerra*, encontrando uma platéia de jovens cultos e sedentos por uma nova compreensão do mundo.

Maquiavel dedica a sua obra *Discursos* aos jovens, mas tal fato, segundo Bignotto⁴⁵, não tornou a sua tarefa de convencimento mais fácil. Os jovens com os quais debate e para os quais dedica o seu livro não são republicanos como os jovens do *quattrocento*.

Escreve Bignotto⁴⁶ :

A derrota de Soderini e o prestígio crescente da idéia de força como conceito da política haviam tornado os jovens sensíveis à idéia dos principados como solução para os eternos conflitos da sociedade florentina. Maquiavel demonstra conhecer seus leitores e querer evitar os perigos de uma confrontação direta. Dirigindo-se a eles, não fala mais aos “bons cidadãos”, como faziam os humanistas, mas sim àqueles que por suas qualidades poderiam vir a ser príncipes.

Uma cautela⁴⁷ no discurso originada pela consciência da dificuldade de se romper com as idéias dominantes, aliada à audácia e uma intenção sedutora, será elemento chave para

⁴³ GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. Il Mulino: 1988, p. 129-130.

⁴⁴ BIGNOTTO, Newton. Introdução aos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. XXII.

⁴⁵ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 76-77.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 76-77.

⁴⁷ Quanto a este cuidado Lefort afirma : « Nous avons déjà observé que Machiavel ne dévoile que peu à peu sa pensée et qu'en dépit de l'audace avec laquelle il énonce parfois des propositions auxquelles ne saurait souscrire un lecteur accoutumé aux ordines antiquati, le sens de son discours se laisse le plus souvent induire d'une relation établie entre des termes disjoints, voire contradictoires. » (*Le Travail de l'oeuvre Machiavel*, p. 400)

Maquiavel evidenciar as suas diferenças e conseguir a adesão para suas teses. Com um cuidado extremo no uso das palavras, Maquiavel tem a audácia de no capítulo 6 do Livro 1 dos *Discursos*⁴⁸ demonstrar a sua preferência por Roma a partir dos dois modelos de república debatidos pelos pensadores políticos de sua época: Veneza e Roma. Fala das vantagens e vícios em cada um deles, mas acaba optando por Roma. E por quê?

Não é pelo fato de ser a mais harmoniosa e sim porque era a que melhor se adequava à mutabilidade das relações humanas, um dos traços distintivos da realidade política. Segundo Bignotto, prefaciando os *Discursos*⁴⁹,

A seus olhos, Roma não é modelar por ser perfeita ou ideal, mas por ter buscado encontrar com suas instituições uma forma de acolher a imperfeição e a contingência do mundo, no lugar de simplesmente negá-la.

Uma das expressões desta imperfeição e contingência do mundo era o conflito entre os segmentos sociais, mais especificamente entre o povo e os *grandi*. E Roma teve a sabedoria de acolhê-lo, institucionalizando-o sob regulamentação, evitando assim que o tumulto proveniente dessa inimizade entre o povo e os *grandi* a levasse para a ruína. O povo e os *grandi* tinham assim instituições que possibilitavam a sua participação com o objetivo da realização dos seus interesses. Interesses estes nunca realizados plenamente porque sujeitos ao momento histórico e à necessidade de equilíbrio entre eles para manter o regime. Roma teve, pois, a *virtù*, entendida também por Maquiavel como a capacidade de se adequar às contingências das relações políticas nos vários momentos históricos.

É importante observar que o entendimento da forma como Maquiavel vê o conflito é imprescindível para avaliar o grau de participação que ele propõe para o povo no regime republicano e a vinculação entre a *virtù* do povo e os conflitos. Esta constatação exige um maior aprofundamento reflexivo sobre a questão do conflito. É o objetivo do próximo item.

2.1 A virtù do povo e os conflitos no regime republicano

Lemos no capítulo IX de *O Príncipe*⁵⁰:

⁴⁸ p. 27-32.

⁴⁹ *Discursos*, Introdução por Newton Bignotto, p. XXXVII.

⁵⁰ p. 43.

Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferentes nascem nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença. (grifo nosso)

Este trecho já deixa explícito através da teoria dos humores⁵¹ o conflito entre o povo e os *grandi*. A conclusão insinua a forma como poderiam ser resolvidos estes conflitos. No principado teríamos um poder que se elevaria acima da sociedade e a subordinaria totalmente à sua autoridade. O termo licença indica que não seria possível nenhuma ordem e teríamos o caos social.

Já o termo liberdade insinua o regime republicano no qual seria possível a liberdade como resultado dos conflitos. Afinal, nos seus escritos Maquiavel entende liberdade praticamente como sinônimo de república. E era desta forma que a liberdade era vista durante o renascimento: vinculada ao regime republicano. Como afirma Bignotto em duas passagens do seu livro *Maquiavel Republicano*:

Num primeiro sentido, o conceito de liberdade remete-nos à oposição entre as repúblicas e as outras formas de governo.” (p. 45).

Para se compreender o sentido da liberdade, é preciso entender o sentido de república...” (p. 75).

Ou seja, era no regime republicano que se tinha, propriamente falando, a experiência da liberdade.

E como era entendida a liberdade durante o renascimento? Liberdade para os pensadores renascentistas significava o fato de os cidadãos estarem livres de dependência tanto pessoal como coletiva, não sofrer opressão, ter livre arbítrio. Mais: faziam uma vinculação entre a liberdade e a *virtù* dos cidadãos. *Virtù* entendida como vida ativa que só

⁵¹ A teoria dos humores, que tem origem na medicina antiga grega e romana, era bastante conhecida durante o Renascimento. Segundo ela, o corpo humano é composto de quatro humores identificados como bilis preta, bilis amarela, fleuma e sangue. A saúde do corpo humano depende do equilíbrio destes quatro humores. O seu desequilíbrio torna o homem doente e incapacitado. Esta teoria é transformada por Maquiavel. Não é mais considerada a partir de quatro humores, mas numa perspectiva binária: há o humor do povo e o dos *grandi*. Mas ele mantém desta teoria a idéia do equilíbrio que na política se traduz em um equilíbrio institucional entre os humores, de tal forma que nenhum humor chegue a dominar o outro.

teria sentido se os cidadãos tivessem o direito de participar dos negócios do Estado. Liberdade, república, participação política e *virtù* estavam interligadas.

Maquiavel parece seguir a tradição humanista quando apresenta nos dois primeiros capítulos do Livro 1 dos *Discursos* a definição de liberdade. No capítulo 1 escreve que são livres os homens que não dependem de outros.⁵² No capítulo 2 completa a definição de liberdade afirmando que agir livremente é governar-se “por seu próprio arbítrio”⁵³

No entanto, segundo Bignotto⁵⁴,

A definição da liberdade serve muito mais para responder a certas exigências de uma história tradicional das idéias do que para compreender o sentido da obra. Parece-nos que devemos tomar as primeiras afirmações do texto muito mais como um convite à exploração de seus mistérios, do que como uma exposição sistemática de seus principais conceitos.

O trecho do Príncipe apresentado no início deste capítulo já indica a diferença entre a concepção de Maquiavel e dos humanistas de sua época, quando vincula liberdade e conflito no regime republicano. Para o filósofo florentino, como interpreta Bignotto, a “liberdade.... é o produto das forças em luta, o resultado de um processo que não pode ser extinto com o tempo.... Os conflitos são os produtores da melhor das instituições, e não o elemento incongruente de um período infeliz na história de um povo.”⁵⁵

Maquiavel, no capítulo 4 do livro 1 dos *Discursos*, contesta a tese dos que vêem os conflitos entre o povo e o senado romano como causa da decadência da Roma republicana, afirmando:

Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaproveitar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. (...) Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas da desordem que quase todos condenam irrefletidamente.

⁵² *Discursos*, p. 7 a 12.

⁵³ *Discursos*, p. 12 a 19.

⁵⁴ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*, p. 80.

⁵⁵ Op. cit., p. 85.

Fica evidenciado por esta citação que, para Maquiavel, o conflito no regime republicano assume uma face positiva protegendo a liberdade, fortalecendo e tornando mais democrática a sociedade. Esta posição o diferencia claramente da de outros humanistas.

Quanto à originalidade de Maquiavel na sua visão do conflito, Aranha⁵⁶ lembra uma afirmação esclarecedora de Norberto Bobbio:

Maquiavel faz uma afirmativa destinada a ser considerada como uma antecipação da noção moderna de sociedade civil, segundo a qual a condição de saúde dos Estados não reside na harmonia forçada, mas sim na luta, no conflito, no antagonismo (mais tarde, dir-se-á: no processo histórico) - que correspondem à primeira proteção da liberdade.

Martins faz análise semelhante quando escreve⁵⁷

Pode-se inferir, portanto, que, ao demarcar o quadro teórico no qual pretende instalar o debate sobre os conflitos políticos, Maquiavel pretende deslocar a concepção de virtù política para fora dos limites da *virtus* do humanismo. O que implica em dizer que estamos diante de uma inflexão da noção de virtude política, não entendida mais nos moldes do humanismo nem numa concepção moralista, mas numa nova chave..... Ao apoiar as mudanças benéficas para a vida civil nos conflitos, ele não somente troca as qualidades políticas que sustentavam as reflexões sobre os ordenamentos, como também muda o registro da noção de virtude política. A virtù maquiaveliana não poderá ser pensada nos mesmos moldes da *virtus civitas* dos humanistas, pois a justificação da excelência romana está em algo que não pode ser considerado, pela ótica humanista, como uma virtude.

Sabe-se que esta concepção foi duramente criticada por outros humanistas contemporâneos seus, como Guicciardini,⁵⁸ que, analisando criticamente os *Discursos*, afirma que “*elogiar a desunião é como louvar a doença de um enfermo pelas virtudes do remédio a ele aplicado*”. De forma geral, como afirma Bignotto,⁵⁹ “de Dante aos humanistas, todos se

⁵⁶ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel, a lógica da força*. São Paulo: Editora Moderna, 1993, p. 73

⁵⁷ MARTINS, José Antonio. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. P. 83. Tese de doutorado defendida em 2007.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07042008-104136/publico/TESE_JOSE_ANTONIO_MARTINS.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

⁵⁸ Citado por SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento político moderno*. Cia das Letras, 2006, p. 202

⁵⁹ Op. cit., p. 85.

apressavam em demonstrar seu papel negativo na vida política da cidade”. Os conflitos ou tumultos levam à perda da *virtù*.

No entanto, Maquiavel rompe com as interpretações do humanismo cívico e apresenta como *virtù* o que para os humanistas era sinal claro de decadência e corrupção políticas. Retira da esfera moral a explicação para os embates políticos que passam a ser vistos como fundamento da esfera política.

Alguns estudiosos de nossa época não ignoraram a relação que Maquiavel promove entre conflito civil e liberdade no regime republicano. Mas foram poucos os que realmente deram a devida importância ao papel do conflito na obra maquiaveliana. Segundo Marie Gaille-Nikodimov o desinteresse vigora não somente entre liberais, mas também entre republicanos. Nas suas palavras:⁶⁰

A corrente interpretativa que reivindica atualmente o republicanismo – essencialmente J. G. A. Pocock e, com nuances, Q. Skinner – lhe atribui apenas uma atenção limitada. Não é a questão enquanto tal em *O Momento Maquiaveliano*. Isto é tanto mais surpreendente porque um dos elementos da fragilidade das repúblicas próprio ao “momento maquiaveliano” concebido por Pocock é a discórdia civil que degenera em conflito violento e armado; no comentário que consagrou a Maquiavel, Q. Skinner atribui apenas um espaço mínimo ao tema do conflito civil, essencialmente para acentuar o papel das leis face às manifestações dos desacordos entre grandes e povo e o caráter escandaloso, aos olhos dos contemporâneos de Maquiavel, de sua apreciação positiva do conflito civil. Do lado dos autores liberais, o desinteresse é ainda mais gritante, com a notável exceção do jurista italiano N. Matteucci que inscreve este aspecto na sua reflexão sobre a necessária transformação teórica do liberalismo no mundo contemporâneo. (*grifo nosso*)

⁶⁰ GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Conflit civil et liberté: la politique machiavélique entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion, 2004. (Tradução para uso pessoal, feita por José Luiz Ames e disponível na Internet em <http://filosofianreloanda.pbworks.com/f/Conflito+Civil+e+Liberdade.pdf>). Porém uma observação deve ser feita a esta afirmação de Gaille-Nikodimov. Não foi somente o pensador liberal N. Matteucci que deu a relevância devida à questão do conflito na obra de Maquiavel. Audier relaciona também o pensador liberal francês Raymond Aron ao lado de autores também franceses não liberais como Lefort e Merleau-Ponty. A questão do conflito em Maquiavel foi tão destacada nas obras desse trio de autores franceses que, segundo Audier, gerou na França o que ele denomina de “momento maquiaveliano francês” como contrapartida a um “momento maquiaveliano inglês”. Segundo ele, Aron teve uma contribuição decisiva, mas esta passou sistematicamente despercebida. Assim escreve Audier: “A contribuição decisiva de Aron ao renascimento maquiaveliano passou sistematicamente sob silêncio – tudo se desenvolvendo como se o liberalismo aroniano fosse apenas o prolongamento contemporâneo de uma tradição liberal especificamente francesa, feita de equilíbrio e moderação, de acordo com uma visão estereotipada das obras de Montesquieu e de Tocqueville. E no entanto, ao centro da reflexão aroniana sobre a democracia encontra-se a temática do conflito, “dos tumultos” - expressão frequentemente empregada em referência evidente aos *tumulti* dos quais fala já Maquiavel.” (AUDIER, Serge. *Machiavel, conflit et liberté*. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 2005, p. 31-32)

Mas houve outros que perceberam a importância do conflito na obra maquiaveliana. Claude Lefort é um destes. Audier, interpretando uma afirmação de Lefort em “*Pour une sociologie de la démocratie*”, observa que a inclusão do antagonismo na concepção moderna da democracia está profundamente ligada à redescoberta de Maquiavel.⁶¹

Esta nova concepção da democracia é profundamente ligada à redescoberta de Maquiavel. Com efeito, a interpretação do Florentino levará à ordem do dia uma interrogação sobre o lugar do antagonismo na vida da cidade. E, da mesma maneira, tratar-se-á de descrever o conflito não apenas como um conflito enraizado “no apetite de poder e de riqueza” - em outros termos, como um conflito de ordem essencialmente econômica -, mas também e sobretudo como um conflito que dá expressão ao desejo de liberdade e colocando em jogo a própria significação da instituição, sinteticamente, como um conflito de ordem política.⁶²

Numa passagem de *Le Travail de l'oeuvre Machiavel*, Lefort deixa claro, pela sua interpretação da filosofia maquiaveliana, que o povo e os *grandi*, enquanto pólos em conflito, são elementos permanentes da vida política e não podem ser subsumidos por nenhum acordo ou contrato que restauraria a unidade do todo. Não há unidade a ser restaurada. Os dois pólos só existem em confronto determinando-se mutuamente.⁶³

Nesta questão do conflito entre dois segmentos sociais, Maquiavel parece reduzir o papel dos *grandi* ao conferir ao povo o papel de guardião da liberdade. Certas passagens parecem

⁶¹ Nas palavras de Lefort: “Tout système totalitaire prétend ignorer le conflit e, plus généralement, imposer à toutes les activités sociales un dénominateur commun. Ne peut-on dire que la démocratie se caractérise à l'inverse para son intention d'affronter l'hétérogénéité des valeurs, des comportements et des désirs, e de faire des conflits un moteur de croissance ? La question a pour nous d'autant plus d'acuité qu'elle va jusqu'à porter sur la possibilité d'éviter que le conflit ne s'enracine dans les appétits de puissance et de richesse, et que l'inégaliste ne demeure de forme socio-économique.” (LEFORT, Claude. *Pour une sociologie de la démocratie*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 21e année, N. 4, 1966. pp. 750-768)

⁶² AUDIER, Serge. *Machiavel, conflit et liberté*. p. 211.

⁶³ “Ainsi, à l'origine du pouvoir princier, et sous-jacent à celui-ci une fois qu'il s'est établi se trouve le conflit de classe. Or, le découvrir c'est se préparer à entendre d'une nouvelle oreille que le prince doit chercher un fondement dans ses sujets, car le sol où s'enracine son autorité, il apparaît désormais qu'il tient au terrain mouvant que lui compose le flux de ces deux désirs qui ne peuvent jamais s'éteindre tout à fait l'un l'autre. Telle est la raison pour laquelle Machiavel, alors qu'il invoquait l'exemple des fondateurs, avait d'abord affirmé que le prince ne peut compter sur personne : non seulement il ne saurait trouver dans les hommes pris dans leur ensemble un soutien stable, puisque leur communauté couvre un déchiement, mais il ne peut même se reposer sur une partie d'entre eux, puisqu'une classe n'existe que par le manque qui la constitue en face de l'autre. La recherche nécessaire d'une attache passe par l'expérience du vide qu'aucune politique ne comblera jamais, par la reconnaissance de l'impossibilité où est l'État de réduire à l'unité la Société.” (LEFORT, Claude. *Le Travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972, pp. 381-382)

indicar que ele é favorável a uma democracia radical na qual o povo teria a supremacia. Leiamos por exemplo a passagem abaixo dos *Discursos*

E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem. (Livro I, 5, p. 24) (*grifo nosso*)

Mas a interpretação não se sustenta, porque outros trechos de suas obras indicam claramente que o confronto não deve resultar na supremacia de um humor sobre o outro. Como observa Abreu, a convivência dos dois segmentos numa relação conflituosa sem supremacias é para o filósofo florentino essencial para a preservação da liberdade e do regime republicano. Segundo esta autora,⁶⁴

No capítulo Trigésimo Sétimo do Livro Primeiro, quando Maquiavel apresenta os problemas enfrentados com a Lei Agrária em Roma, nosso autor observa que não se pode passar por cima de cada um dos interesses conflitantes de forma abrupta. Isto faria com que os conflitos sejam acirrados de um tal modo que as duas partes passariam a utilizar mecanismos que ameaçam a liberdade da república, e podem inclusive ocasionar a tirania. Portanto, na dinâmica do conflito, não há que se falar em uma das partes, ainda que esta seja o povo, passar por cima da outra. A existência e convivência das duas partes conflitivas é essencial para a manutenção da liberdade e para a própria conservação da república.

Sobre esta questão Maquiavel, no final do segundo capítulo, do livro I dos *Discursos*, traz exemplo da Roma republicana, na qual não houve a supremacia de nenhum segmento social sobre outro e por isto pôde concluir que esta cidade se tornou uma “república perfeita.”

E foi-lhe tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos optimates ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-la aos optimates; e não se diminuiu de todo a autoridade dos optimates, para dá-la

⁶⁴ ABREU, Maria Aparecida Azevedo. *Conflito e Interesse no pensamento político republicano*. (2008) Tese de Doutorado defendida em 2008 na USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-05012009-145030/publico/MARIA_APARECIDA_AEVEDO_ABREU.pdf>. Acesso em 13 de março de 2011.

ao povo; mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido á desunião entre plebe e senado...

Os conflitos, os tumultos, só podem ter um efeito positivo quando os desejos do povo e dos *grandi* se mantêm nas suas diferenças, quando um desejo não supera o outro. Quando o povo “mantém-se fiel a seus desejos, age continuamente contra os príncipes e, portanto, faz de sua ação, de natureza diversa da dos ‘*grandi*’, um dos pilares sobre os quais se erige a vida política.”⁶⁵

No livro III de sua *História de Florença*, Maquiavel, ao comparar Roma com Florença, aponta as conseqüências negativas do fato destes desejos não se manterem nas suas diferenças. Há o perigo de o povo querer governar sozinho retirando da cena política os *grandi*. A conseqüência é o fim da vida política, pois, se o desejo do povo é, como afirma Lefort, um dos pilares da vida política, outro pilar é o desejo dos *grandi*.

Escreve Maquiavel:⁶⁶

As inimizades havidas em Roma, no princípio, entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram pó combates: as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e com a morte de muitos cidadãos; as de Roma sempre aumentaram a virtù militar, enquanto as de Florença a extinguiram totalmente; em Roma, a igualdade entre os cidadãos levou a grandíssima desigualdade, enquanto em Florença, da desigualdade, chegou-se a uma admirável igualdade. Tal diversidade de efeitos só pode ser causada pelos diferentes fins que os dois povos tinham em mira: porque o povo de Roma desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres. (*grifo nosso*)

O grande problema é como manter os conflitos, as inimizades, sem destruir a sociedade, sem a supremacia de um segmento social sobre outro. Maquiavel dá uma resposta ao afirmar que os conflitos, as disputas em Roma, diferentemente do que acontecia em Florença, evitavam a participação exclusiva de um segmento social através de leis que possibilitavam o compartilhamento do poder político. Desta forma foram criadas na Roma republicana instituições que possibilitaram a participação do povo como é o caso dos tribunos da plebe. A respeito da implementação desta instituição assim escreve Maquiavel⁶⁷

⁶⁵ BIGNOTO, *Maquiavel Republicano*, p. 109.

⁶⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, p. 157 a 219.

⁶⁷ *Discursos*, Livro I, cap. 3, p. 21.

Depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunais, para segurança da plebe; e os romanos ordenaram tanta preeminência e reputação que a partir de então puderam ser sempre intermediários entre a plebe e o senado, obviando à insolência dos nobres.

Os nobres tinham o senado como instituição representativa dos seus interesses.

Aranovich, discorrendo sobre a necessidade de institucionalização dos conflitos de uma forma que criem mecanismos de representação dos atores políticos envolvidos no embate político, escreve:⁶⁸

O conflito não será destrutivo se tiver a capacidade de assumir uma forma institucional, transfigurando-se em leis e ordenações que contemplem a acomodação de suas causas. Embora esta acomodação não seja definitiva, uma vez que o conflito entre os humores não poderá nunca ser eliminado, estas camadas de instituições resultantes das acomodações sucessivas permitem a estabilidade da república. (*grifo nosso*)

Um termo desta citação, “acomodações sucessivas”, sugere que o compartilhamento do poder significa que os dois segmentos sociais não conseguem satisfazer os seus interesses de forma plena. A tensão permanente indica que nunca será possível um consenso, uma solução que satisfaça a ambos os grupos políticos. A satisfação é sempre provisória e está sempre se acomodando às contingências históricas e depende do equilíbrio de forças em cada momento. Se a institucionalização dos conflitos expressa a possibilidade da liberdade, Bignotto nos alerta afirmando que a liberdade tem caráter dinâmico e repõe o equilíbrio de classes em cada momento histórico. Nas suas palavras, a liberdade:⁶⁹

não é um meio estático que satisfaz os desejos dos dois oponentes. Tal fim é absolutamente impossível de ser alcançado por dois adversários que não têm o mesmo objetivo. A liberdade, mais do que uma solução permanente para as lutas internas de uma cidade, é o signo de sua capacidade de acolher forças que, não podendo ser satisfeitas, não deixam de buscar meios de se exprimir. (*grifo nosso*)

⁶⁸ ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, p. 185

⁶⁹ *Maquiavel Republicano*, p. 86.

Estas considerações tornam pertinente a introdução na nossa reflexão de um termo do campo jurídico e filosófico que é o conceito de “justo”, de “justiça”. O que seria o justo para o povo? O que seria o justo para os *grandi*? Ambos poderiam achar que os seus interesses não estão suficientemente contemplados pelas instituições e pelo ordenamento. Ou seja, pode acontecer que se julguem injustiçados. No entanto, na esteira da reflexão que estamos desenvolvendo, concluímos que a idéia de justiça, na perspectiva maquiaveliana, não pode se orientar por princípios éticos imutáveis e universais. Ela sempre será resultado do estágio atual do conflito de classes em determinada sociedade. Esta citação de Lefort⁷⁰ a seguir ilustra o que é o justo em uma sociedade republicana na qual os conflitos são institucionalizados. A inovação é constante.

Não há nenhum fetichismo da virtude, da educação, da lei. Estas ganham sentido somente numa sociedade efervescente em que a definição do bem, da justiça, da legitimidade sempre estão em questão e na qual os imperativos de conservação se combinam com os imperativos da inovação. (*grifo nosso*)

É importante destacar que para Maquiavel a inovação deve encontrar uma solução para o conflito, de tal forma que a sociedade não descambe para a violência. Nesta perspectiva esclarece Bignotto⁷¹:

A sociedade “justa” é, portanto, a dos conflitos, mas é, sobretudo, a que em seus excessos é capaz de encontrar uma solução pública para o conflito de seus cidadãos.

A necessidade da institucionalização do conflito na perspectiva de compartilhamento do poder se confirma também nos capítulos 7 e 8 dos *Discursos*. Nestes capítulos, Maquiavel diferencia claramente calúnia da acusação. A calúnia permanece no campo privado e é extremamente perigosa para o viver civil. Já a acusação é útil para o regime republicano, pois é institucionalizada e se manifesta publicamente. Escreve Maquiavel no capítulo 8 do primeiro livro dos *Discursos*⁷²:

As acusações são feitas a magistrados, a povos, a conselhos; as calúnias são feitas nas praças e nos pontos de encontro.... E, onde essa questão não é bem-ordenada, sempre

⁷⁰ LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, p. 196.

⁷¹ Op. Cit. p. 95.

⁷² *Discursos*, p. 38 e 39.

ocorrem grandes desordens: porque as calúnias irritam, e não castigam os cidadãos; e os irritados pensam em defender-se, odiando mais que temendo as coisas que deles se dizem.

Deve-se atentar para a forma como estas denúncias devem ser feitas ao serem institucionalizadas: sempre de forma pública. Assim podemos entender como de forma geral os conflitos em uma república podem ser resolvidos. Têm que se manifestar de forma pública, pois, como afirma Abreu⁷³, a publicidade identifica o interesse dos dois grupos em conflito e desta forma é possível uma solução institucional.

Ilustrando com o contexto romano, Maquiavel afirma que Roma, ao contrário de Florença, dispunha de canais institucionais para que as dissensões se expressassem de forma pública. Estas eram conformadas a certas regras que impediam a animosidade destrutiva do viver civil. Escreve ele no capítulo 8 do livro I dos *Discursos*⁷⁴ :

Essa questão, como se disse, era bem-ordenada em Roma; e foi sempre mal ordenada na nossa cidade de Florença. E, assim como em Roma essa ordenação fez muito bem, em Florença essa desordem fez muito mal.... Porque, se em Florença tivesse havido uma ordenação que possibilitasse a acusação dos cidadãos e punisse os caluniadores, não teriam ocorrido os infinitos tumultos que ocorreram; porque tais cidadãos, condenados ou absolvidos, não teriam conseguido prejudicar a cidade e teriam sido acusados com menos frequência do que eram caluniados, visto que, como disse, não se pode acusar como se calunia.

E como se traduz na prática nos escritos de Maquiavel a transformação do conflito em ordenação jurídica?

Tudo começa com o desejo dos grandes de oprimir e comandar. O povo resiste. O conflito pode dar origem a um ordenamento que estabelece o equilíbrio entre os segmentos sociais, o compartilhamento do poder, ou seja, a não exclusividade no poder. Instituem-se

⁷³ “Publicidade é uma idéia chave no pensamento republicano de Maquiavel e parece ser esse o fio que indica o alcance que pode ter o conflito para que ele seja considerado positivo. Isto porque, para Maquiavel, não é qualquer conflito, ou qualquer disputa entre o povo e os nobres que possa ser considerada positiva na vida de uma república. Os conflitos que não forem devidamente tornados públicos por meio das instituições são conflitos facciosos que, ao contrário da grandeza, levam à ruína da república” (Tese de doutorado de Maria Aparecida Azevedo Abreu de título “*Política e interesse no regime republicano*”. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-05012009-145030/en.php>>. Acesso em 24 de junho de 2011.

⁷⁴ *Discursos*, p. 39.

desta forma garantias que, em última análise, surgem do desejo do povo de não ser dominado. Este contexto alimenta a *virtù* necessária para a preservação do estado republicano.

Pode-se afirmar que a *virtù* do povo enquanto potência, está vinculada intrinsecamente à continuidade deste conflito de humores. É na permanência e intensidade do seu desejo de não ser oprimido nem comandar⁷⁵, da sua resistência a toda tentativa de opressão, que sua *virtù* é reforçada e colabora para a manutenção do regime republicano e da liberdade⁷⁶. E é responsável pelos bons ordenamentos em uma República.

Como afirma Lefort,⁷⁷

A fecundidade da lei depende da intensidade da sua oposição e, dado que não há não dúvida de que o desejo dos *grandi*, se não encontrar obstáculo, não cessa de aumentar, a intensidade da oposição depende do vigor da resistência do povo.

Resistência popular significa *virtù* enquanto ação de resistência à opressão e ação criativa para erigir instituições que assegurem direitos do povo contra a dominação dos *grandi*. No capítulo 2 do primeiro livro dos *Discursos*⁷⁸, Maquiavel afirma que, quando Roma se tornou uma República, as leis criadas pelos fundadores da cidade foram insuficientes para manter a liberdade. A *virtù* do povo, manifestada como ação ao mesmo tempo de resistência e de criação neste contexto político republicano, foi fundamental para conquistar o que faltava.

Porque Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre: mas, como sua finalidade foi fundar um reino,

⁷⁵ “Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo, desses dois apetites diferentes, nascem nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença” (*O Príncipe*, cap. IX, p. 43)

⁷⁶ Sobre a relação entre a resistência do povo à opressão e a liberdade assim escreve Martins: “Tem-se, pois, uma equiparação entre a vontade negativa do povo e a liberdade numa relação causal, ou, invertendo os termos, a liberdade resultante do conflito só é possível em função da resistência ou oposição característica da ação popular. Há, então, uma nova contradição. Se a liberdade é um poder fazer, é uma possibilidade de agir, aqui ela nasce fundamentalmente de um fator negativo: o desejo popular de não ser oprimido. Retomando a imagem da dinâmica política, verifica-se que, na contraposição dos interesses, como o vetor mais forte está com o povo, o corpo político tende para essa direção, que, pelas palavras de Maquiavel, raramente contraria a liberdade. O dado intrigante é que um não-desejo ocasiona a possibilidade de ação e não o seu impedimento. Em outros termos, da contraposição, a parte negativa predominante gera uma positividade benéfica a todos e não a ausência ou a impossibilidade de ação política.” (“Os fundamentos da República e sua corrupção nos discursos de Maquiavel”. De José Antonio Martins / Tese de doutorado em Filosofia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07042008-104136>>. Acesso em 14 de março de 2011.

⁷⁷ LEFORT, Claude. *Machiavel et la verità effettuale*, p. 174 (Citado por Serge Audier em *Machiavel, conflit et Liberté*, p. 222)

⁷⁸ *Discursos*, p. 18 e 19.

e não uma república, quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis. E, se bem que aqueles seus reis perdessem o poder pelas razões e nos modos narrados, aqueles que os depuseram, ao constituírem imediatamente dois cônsules para ficarem no lugar dos reis, na verdade depuseram em Roma o nome, mas não o poder régio: de tal forma que, como só tivesse cônsules e senado, aquela república vinha a ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e optimates. Faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular: motivo por que, tornando-se a nobreza romana insolente pelas razões que abaixo se descreverão, o povo sublevou-se contra ela; e assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a conceder ao povo a sua parte, e, por outro lado, o senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições naquela república. E assim se criaram os tribunos da plebe, tornando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo tinham sua parte.

2.2 Liberdade, bem comum e interesses individuais

Vimos que liberdade para Maquiavel estava vinculada ao conflito que se traduzia em leis e instituições políticas que garantiam o compartilhamento do poder político entre os *grandi* e o povo. Mas pode-se perguntar: porque o povo nas Repúblicas é tão cioso de sua liberdade? Não será, como parecem insinuar algumas passagens de seus escritos, a possibilidade de em um regime de liberdade o povo ter maior possibilidade de adquirir riquezas e maior segurança em preservar os privilégios materiais e tudo o que concerne a sua vida privada?

Leiamos esta passagem dos *Discursos*⁷⁹:

Porque são grandes os proveitos colhidos pelas cidades e províncias que vivem livres em todos os lugares, como acima dissemos, por serem mais numerosos os povos, já que são mais livres e mais desejáveis os matrimônios, visto que cada um, de bom grado, tem a prole que acredita poder sustentar, sem temer ser despojado de seu patrimônio; ademais, todos sabem muito bem que não só nasceram livres, e não escravos, como também que, se tiverem virtú para tanto, poderão tornar-se príncipes. As riquezas multiplicam-se mais, tanto as produzidas pela agricultura quanto as produzidas pelos ofícios. Porque todos procuram multiplicar as coisas e adquirir os bens de que

⁷⁹ *Discursos*, livro 2, cap. 2, p. 191.

acreditam poder gozar. Por esse motivo, os homens competem pelas vantagens públicas e privadas e ambas crescem maravilhosamente.

Mas segurança para o patrimônio, desejo de posse e vantagens públicas e privadas, autonomia para dirigir a sua própria vida, não são elementos do liberalismo? Se assim é, não se poderia concluir que um liberalismo *avant la lettre* estaria presente nas concepções de Maquiavel? Não seria o filósofo florentino um precursor, mais de um século antes de Locke, da concepção liberal de liberdade?

Para responder a estas perguntas recorreremos a texto de Benjamin Constant⁸⁰, transcrito de sua célebre palestra proferida em 1819. Reconhece-se que o texto de Constant é um divisor de águas na história das idéias políticas.⁸¹ Suas idéias influenciaram decisivamente os debates ocorridos entre pensadores contemporâneos, principalmente entre liberais e republicanos. Segundo Constant, a concepção moderna de liberdade, caracterizada pela representação e não pela participação direta no poder político, é a mais adequada a um regime livre, pois dá a segurança necessária aos direitos privados. Nas suas palavras:⁸²

O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios.

⁸⁰ Henri-Benjamin Constant de Rebeque (1767 - 1830) foi um político, escritor e pensador francês. Nasceu em Lausanne, na Suíça. O seu texto mais famoso é o intitulado "*Sobre a Liberdade dos Antigos Comparada com a dos Modernos*", proveniente de uma palestra pronunciada em 1819 no *Athénée royal de Paris*.

⁸¹ Segundo Florenzano "A contribuição de Constant à política em geral, e ao liberalismo em particular, deveria ser considerada tão importante quanto a dos outros dois gigantes do pensamento francês, Montesquieu e Tocqueville. Apesar de Constant não ter produzido uma obra prima como *Do Espírito das Leis*, no caso do primeiro, e como *A Democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*, no caso do segundo, produziu sobre a política (teórica e prática) uma quantidade e qualidade de reflexão de grandeza igual à dos outros dois. De acordo com Marcel Gauchet, Constant deve ser reconhecido como "o teórico dos anos obscuros, como um dos autores que mais profundamente tirou a lição do fracasso da Revolução em se estabilizar em uma forma política sólida, como um dos pensadores mais agudos da transição democrática... o homem que se esforçou como nenhum outro em definir a especificidade da 'liberté chez les Modernes' e que, procurando no papel a resposta à questão decisiva sobre a qual tropeçou a vontade revolucionária – o que supõe em matéria de organização do poder a aplicação do princípio representativo – soube, felicidade excepcional, antecipar o movimento histórico real" (Gauchet 1997:19-20). Constant, foi um analista privilegiado e original das linhas de força da história de seu tempo, vale dizer da Revolução francesa e seus desdobramentos (a era napoleônica e a Restauração) porque, entre outras coisas, sua grande inteligência e capacidade intelectual, a exemplo do que ocorrerá com Marx um pouco mais tarde, foi formada e alimentada pelas três mais importantes vertentes da cultura iluminista europeia: a (política) francesa, a (economia) escocesa e a (filosofia) alemã. Da força sempre atual do pensamento de Benjamin Constant e da necessidade de reconhecê-lo." (FLORENZANO, Modesto. *Da força sempre atual do pensamento de Benjamin Constant e da necessidade de reconhecê-lo*. Rev. hist. n.145 São Paulo dez. 2000. Disponível em:

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092001000200006&script=sci_arttext>. Acesso em 02 de abril de 2011.

⁸² CONSTANT, Benjamim. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Disponível em:

<http://www.4shared.com/document/scL4ZPSx/Constant_Benjamim_-_Da_Liberda.html>, p. 3. Acesso em 30 de março de 2011.

A concepção moderna de liberdade garante aos indivíduos o “direito de dizer sua opinião, de escolher seu trabalho e de exercê-lo; de dispor de sua propriedade, até de abusar dela; de ir e vir, sem necessitar de permissão e sem ter que prestar conta de seus motivos ou de seus passos.”⁸³

No caso da concepção de liberdade dos antigos, esta se expressava através de uma soberania direta com poucos traços de um regime representativo. Segundo Constant,⁸⁴

O povo exercia diretamente uma grande parte dos direitos políticos. Ele se reunia para votar as leis, para julgar os patrícios acusados de delito: só havia, portanto, em Roma, fracos traços do sistema representativo.

Em outras palavras os antigos, segundo Constant, “admitiam como compatível com a liberdade a submissão completa do indivíduo à autoridade do todo”.⁸⁵ Comparando os dois tipos de liberdade este autor vê a primeira como uma concepção prejudicial à autonomia do indivíduo, pois, segundo ele,⁸⁶

Todas as ações privadas estão sujeitas a severa vigilância. Nada é concedido à independência individual, nem mesmo no que se refere à religião. A faculdade de escolher seu culto, faculdade que consideramos como um de nossos mais preciosos direitos, teria parecido um crime e um sacrilégio para os antigos. Nas coisas que nos parecem mais insignificantes, a autoridade do corpo social interpunha-se e restringia a vontade dos indivíduos.

A diferença central entre as duas concepções é que a dos antigos se traduz na participação do cidadão dos negócios públicos e a dos modernos se traduz na dedicação do indivíduo à sua vida privada, não aceitando de forma nenhuma ingerências de um poder arbitrário sobre ela. As críticas de Constant visam de forma particular *O Contrato Social* de Rousseau, que, baseado na concepção antiga de liberdade inspirou, segundo ele, todo tipo de regime tirânico. Essa palestra e outros escritos de Constant⁸⁷ visam questionar a concepção

⁸³ Ibidem, p. 1.

⁸⁴ Ibidem, p. 1.

⁸⁵ Ibidem, p. 1.

⁸⁶ Ibidem, p. 1.

⁸⁷ Bignotto no seu texto “*República dos antigos, República dos modernos*” cita esta obra de Benjamin: “*l’Esprit de Conquête et de l’Usurpation*”

republicana. Segundo Bignotto⁸⁸, ele sempre considerou o republicanismo como associado ao jacobinismo.

Estas teses são retomadas por Isaiah Berlin em artigo não menos célebre intitulado “*Dois concepções de liberdade*”⁸⁹. Ele inova ao introduzir os termos *liberdade positiva* para a concepção de liberdade dos antigos e *liberdade negativa* para aquela dos modernos. O adjetivo “negativa” significa que um indivíduo é livre quando não sofre interferência de um poder arbitrário na sua faculdade de agir. Já a *liberdade positiva* é a liberdade *para* e não a liberdade *de*, própria da liberdade negativa. Está ligada, segundo Berlin, ao desejo de coagir os homens em prol de algum objetivo considerado superior, como o bem comum ou a justiça.

Bem, é o momento de cotejarmos estas duas concepções de liberdade com o pensamento maquiaveliano. A concepção de liberdade de Maquiavel seria inspirada na dos antigos tal como foi entendida por Constant e Berlin? Há a submissão do indivíduo a um todo e, portanto, com possibilidades de vingar uma tirania? Como se coloca a questão dos direitos do indivíduo garantidos pelas leis e instituições?

Inicialmente afirmamos que as boas leis para Maquiavel não se confundem com aquelas que garantem os direitos individuais. As leis são o resultado de uma luta na qual estão envolvidos coletivos representados pelos *grandi* ou pelo povo. As leis representam um ponto de equilíbrio entre estas duas forças, garantindo a realização de parte de seus desejos. Portanto, a questão dos direitos do indivíduo, próprio da modernidade e da concepção liberal, não estaria presente na filosofia maquiaveliana. Sob esta perspectiva, sua concepção se inspira na experiência dos gregos e romanos, ou seja, dos antigos, já que valoriza o coletivo.

Mas a valorização do coletivo não desemboca em nenhum tipo de tirania. A convivência dos dois coletivos sociais numa relação perpassada pelos conflitos sem supremacias é, para Maquiavel, essencial para a preservação da liberdade republicana. Conflitos que, para não destruir a república, devem ser institucionalizados, gerando de acordo com as exigências dos tempos novas leis e também, se for o caso, novas instituições. A exigência de institucionalização, de um Estado constitucional, aproxima Maquiavel da modernidade política e da concepção liberal. Por outro lado afasta-o do liberalismo de Constant, caracterizado por uma representação garantidora de direitos individuais, por ações

⁸⁸ BIGNOTTO, Newton. *República dos antigos, República dos modernos*. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/59/04-newton.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

⁸⁹ BERLIN, Isaiah. In “*Quatro ensaios sobre liberdade*”. Disponível em: <<http://www.institutoliberal.org.br/conteudo/download.asp?cdc=905>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

voltadas para a manutenção dos interesses privados e pelo desinteresse em relação à participação política.⁹⁰

O republicanismo de Maquiavel se revela a todo momento, principalmente nos *Discursos*. Diferentemente de um tipo de liberalismo que enaltece o bem privado, Maquiavel exalta o bem comum. Afirma que é observado somente no regime republicano e somente ele tem condições de engrandecer as cidades. Sob este ponto de vista Maquiavel é herdeiro da tradição greco-romana, ou em outras palavras, da tradição dos antigos. Nas suas palavras⁹¹:

Pois o que engrandece as cidades não é o bem individual, e sim o bem comum. E, sem dúvida, esse bem comum só é observado nas repúblicas, porque tudo o que é feito, é feito para o seu bem, e mesmo que aquilo que se faça cause dano a um ou outro homem privado, são tantos os que se beneficiam que é possível executar as coisas contra a vontade dos poucos que por elas sejam prejudicados.

Realmente, a preeminência do bem comum é a tônica dominante nas concepções republicanas. Mas entender-se-á de forma superficial a filosofia de Maquiavel se esta for interpretada apenas a partir das oposições entre o coletivo e o particular, entre o bem comum e o bem privado. Ou, com outras palavras, a partir de oposição entre a liberdade positiva e a negativa.

O pensamento de Maquiavel é mais complexo. A exaltação que faz do coletivo, do bem comum, não o impede de dar importância aos interesses de cada um, à liberdade individual dos cidadãos. A passagem citada já confirma o que afirmamos. Nela lemos “... e mesmo que aquilo que se faça cause dano a um ou outro homem privado, são tantos os que se beneficiam que é possível executar as coisas contra a vontade dos poucos que por elas sejam prejudicados” (*grifo nosso*). Uma outra citação também é reveladora. No próêmio⁹² do livro 1 dos *Discursos*, Maquiavel escreve que sempre trabalhou, sem nenhuma hesitação, pelas coisas que lhe pareciam trazer “*comune beneficio a ciascuno*”(comum benefício a cada um).

⁹⁰ Segundo Constant “O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios....Quase todos seus prazeres estão na esfera privada: a imensa maioria, sempre excluída do poder, atribui um valor muito pequeno à sua existência pública.” (CONSTANT, Benjamin. In “Quatro ensaios sobre liberdade”. Disponível em: <<http://www.institutoliberal.org.br/conteudo/download.asp?cdc=905>>. Acesso em 30 de maio de 2011.)

⁹¹ *Discursos*, Livro I, cap. 2.

⁹² p. 5.

Segundo De Grazia⁹³ a expressão “*a cada um*” poderia parecer tautológica, mas é uma forma de Maquiavel dizer que o bem comum estaria incompleto se beneficiasse apenas à cidade ou ao Estado e não também ao cidadão individual.

Mas como garantir os interesses individuais e os coletivos? Isso não seria possível sem a manifestação na esfera pública, ou em outras palavras, sem a participação política. Aqui se evidencia novamente o republicanismo de Maquiavel, aquele de caráter popular, que possibilita condições objetivas para a participação. Há, portanto, um vínculo necessário entre forma de governo e liberdade que, segundo Bignotto, “teria se perdido nas versões liberais sobre a condição do homem livre”⁹⁴

Retomando a citação que deu início a este subitem, é somente no regime republicano, segundo Maquiavel, que os homens “podem competir pelas vantagens públicas e privadas” e desta forma “multiplicar as coisas e adquirir os bens de que acreditam poder gozar”, ter a garantia de que não serão despojados de seu patrimônio.

Pode-se concluir afirmando que a concepção de liberdade em Maquiavel é extremamente rica e não se pode entendê-la a partir de uma simples contraposição entre liberdade negativa, que seria própria do liberalismo, e liberdade positiva, própria do republicanismo. Também porque estes conceitos não conseguem dar conta de toda a riqueza teórica e da complexidade das concepções liberais e republicanas ao longo da história.

Resta, no entanto, alguma interrogação importante. Para estabelecer com razoável segurança uma aproximação maior entre Maquiavel e o liberalismo, seria preciso identificar, em sua obra, uma teoria dos direitos subjetivos ou, no mínimo, uma representação do indivíduo semelhante àquela que se encontra em Locke e que foi herdada do pensamento cristão medieval. Na tradição vinculada a essa concepção do indivíduo, os atributos do ser humano “típico” são dados fundamentais para a análise política. O próprio poder do Estado – como o direito de uso da violência – é concebido como resultante de uma reorganização desses atributos (o direito elementar de autodefesa, nesse caso). Nenhum desses componentes é identificável claramente nos textos de Maquiavel. Mesmo a figura do Príncipe só é plenamente inteligível quando referida a um contexto político, isto é, coletivo. Só nesse contexto suas qualidades e defeitos ganham significado relevante para a política. Mais que um indivíduo, o Príncipe é o executor, bom ou mau, eficiente ou ineficiente, de um papel social. Daí a facilidade com que Gramsci construiu a imagem do Partido como Príncipe moderno. A

⁹³ DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 186.

⁹⁴ BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 57.

hipótese de um Maquiavel liberal *avant la lettre* só se sustenta plenamente com a identificação de noções que talvez o tenham influenciado (e que deveriam ter algum peso numa economia dinâmica como era Florença), mas que não são reveladas com clareza em seus escritos.

Em decorrência destas considerações entende-se por que a *virtù* tanto do príncipe como do povo somente se esclarecem no bojo de uma experiência política coletiva que se expressa tanto pelas relações entre os grupos sociais – povo e *grandi* – como pela relação entre o príncipe/governante e o povo.

2.3 Liberdade, expansionismo da república romana e virtù do povo

Esparta e Veneza, na época de Maquiavel, eram consideradas exemplos de repúblicas. No entanto nelas havia mecanismos que impediam uma verdadeira participação popular e este fato é um dos motivos pelos quais Maquiavel as critica. Comparando-as com Roma ele deixa explícita a sua preferência pela experiência romana.

Em Roma o povo participava da política através de instituições como a do tribunato da plebe e podia servir à pátria e defendê-la participando do exército romano. Veneza,⁹⁵ pelo contrário, era governada por uma pequena nobreza que excluía o povo, não lhe permitindo participar do poder de decisão política, o qual era reservado exclusivamente aos chamados “gentis-homens” ou às famílias mais antigas e nobres. Não recrutava no povo os membros do seu exército, preferindo contratar mercenários. Em Esparta, a aristocracia mantinha o domínio, rejeitando estrangeiros e impedindo o aumento da população.⁹⁶

⁹⁵ “Veneza não dividiu o governo com nomes, mas, sob uma mesma denominação, todos os que podem administrar chamam-se gentis-homens. Esse modo lhes foi ditado mais pelo acaso que pela prudência de quem lhes deu as leis: porque uma vez reunidos sobre os escolhos onde agora fica aquela cidade, pelas razões ditas acima, seus habitantes cresceram tanto em número, que, para viverem juntos, precisavam de leis, e assim ordenaram uma forma de governo; e, reunindo-se eles amiúde em conselhos, para deliberar sobre a cidade, quando lhes pareceu ser seu número suficiente para constituírem uma vida política, vedaram a todos os que ali passassem a morar o acesso á participação em seu governo; e, com o tempo, por se encontrarem naquela lugar muitos habitantes fora do governo, para se dar reputação aos que governavam, estes foram chamados gentis-homens, e os outros, populares. Veneza pôde assim nascer e manter-se sem tumulto, porque, quando nasceu, todos os que ali moravam então participaram do governo, de tal modo que ninguém podia queixar-se; e os que lá foram morar depois, encontrando o estado fixado e delimitado, não tinham razão nem facilidade para criar tumulto.” (*Discursos*, Livro I, 6, p. 27-28)

⁹⁶ “Esparta... era governada por um rei e por um pequeno senado. Pôde manter-se assim por longo tempo porque, havendo em Esparta poucos habitantes, vedando-se o acesso a quem ali fosse morar e acatando-se as leis de Licurgo com reverência (cuja observância eliminava todas as razões para tumultos), puderam todos viver unidos por muito tempo. Porque Licurgo, com suas leis, criou em Esparta mais igualdade de bens e menos igualdade de cargos; pois ali havia igual pobreza, e os plebeus não eram ambiciosos, pois os cargos da cidade se distribuíam por poucos cidadãos e eram mantidos fora do alcance da plebe, enquanto os nobres nunca lhe deram, com maus-tratos, desejo de possuí-los. Isso porque os reis espartanos, sendo instituídos naquele principado em meio àquela nobreza, para conservar-lhe a dignidade, não tinham melhor remédio que manter a plebe protegida de injúrias: o

Ambas almejavam a paz e ordem e por isto temiam os tumultos que com certeza se manifestariam com a maior participação popular.

Segundo Maquiavel, repúblicas desse tipo se mostrariam fracas quando se tornasse indispensável a expansão territorial.⁹⁷ Como realizar e manter a expansão, se a aristocracia veneziana, para evitar a participação popular e inevitavelmente o conflito, mantinha o povo excluído do exército? O mesmo se pode afirmar em relação a Esparta que impedia o aumento da população evitando o ingresso de estrangeiros. Sem um exército numeroso, com participação de estrangeiros e do povo, o resultado seria a derrota, como atestam fatos narrados por Maquiavel:⁹⁸

Foi o que ocorreu a Esparta e a Veneza: destas, a primeira, depois de submeter quase toda a Grécia, mostrou num mínimo acontecimento como era fraco o seu fundamento; porque, em seguida à rebelião de Tebas, provocada por Pelópidas, veio a rebelião das outras cidades, que arruinou de todo aquela república. Veneza, de modo semelhante, depois de ter ocupado grande parte da Itália – e a maior parte não com guerra, mas com dinheiro e astúcia -, quando precisou dar prova de suas forças, perdeu tudo numa batalha.

Roma, porém, seguiu outro caminho. Para Maquiavel a expansão romana se tornou possível porque havia em Roma um grande número de pessoas compondo o exército, o que incluía estrangeiros e o próprio povo. Para garantir a fidelidade e a coragem do povo na guerra foi necessário que Roma garantisse para o povo o compartilhamento das vantagens materiais e do poder político com os *grandi*, o que fez surgir inevitavelmente os conflitos. O difícil era garantir, na medida em que foi necessário conceder uma certa autonomia para o povo, um equilíbrio de forças de tal forma que o conflito entre os dois segmentos sociais não resultasse em uma guerra civil. Mas este foi o preço que Roma teve de pagar em troca de sua expansão. Para se expandir

que fazia a plebe não temer e não desejar o poder; e, como a plebe não temesse nem desejasse o poder, estava eliminada a disputa que ela pudesse ter com a nobreza, logo, a razão para tumultos; e assim puderam viver todos unidos por muito tempo.” (*Discursos*, Livro I, 6, p. 28-29)

⁹⁷ O trecho a seguir dos *Discursos* revela porque tanto Veneza como Esparta em decorrência do “movimento das coisas humanas” não poderia manter esta ordem e paz perpetuamente. Em algum momento seriam obrigadas a se expandir. Escreve Maquiavel: “ E se ela (república) ficar dentro de seus confins, e todos virem, por experiência, que nela não há ambição, nunca ocorrerá que alguém por medo lhe faça guerra: e, com mais razão isso se diria, se nela houvesse constituição ou lei que lhe vedasse ampliar-se. E sem dúvida acredito que, se for possível manter as coisas equilibradas desse modo, ter-se-á verdadeira vida política e verdadeira paz numa cidade. Mas, como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo; e a muitas coisas a que a razão não nos induz somos induzidos pela necessidade: de tal maneira que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se sem ampliar-se, se a necessidade a levasse a ampliar-se, seríamos levados a destruir os seus fundamentos e a levá-la mais cedo a ruína.” (Livro I, cap. 1, p. 31-32)

⁹⁸ *Discursos*, Livro I, Cap. 6, p. 31.

tinha de fazer concessões ao povo, garantir a sua liberdade, e desta forma não poderia manejá-lo como quisesse. É o que sugere esta passagem dos *Discursos*⁹⁹:

Se queres criar um povo numeroso e armado para poderes criar um grande império, acabarás por fazê-lo de tal maneira que não poderás depois manejá-lo a teu modo; e, se o manténs pequeno ou desarmado para poderes manejá-lo, se conquistares domínios, não os poderás conservar, ou eles se tornarão tão fracos que serás presa fácil de quem te atacar. (*grifo nosso*)

Esta é a chave explicativa do expansionismo romano, pois uma cidade livre com população numerosa, com participação popular, se torna uma ameaça para as outras repúblicas. Não há forma de se assegurar enquanto Estado a não ser expandindo-se ao se defender e expandindo-se ao conquistar. E nos combates inevitáveis em busca da expansão está mais inclinada a dominar as demais porque a riqueza conquistada torna-se bem comum.

O filósofo florentino estabelece, assim, uma relação essencial entre a liberdade e a política de expansão dos Estados, entre liberdade e potência.

Em Roma o poder político era compartilhado pelo *popolo* e pelos *grandi*¹⁰⁰, via ordenações, e este fato explica a preeminência política dos romanos na história da humanidade. Por isso Maquiavel pode afirmar que em decorrência desta participação o povo romano se tornava mais virtuoso. Nas suas palavras:¹⁰¹

⁹⁹ *Discursos*, Livro I, Cap. 6, p. 38-39.

¹⁰⁰ É este compartilhamento garantido pelas ordenações que diferencia Florença de Roma. No cap. 1 do Livro III de sua *História de Florença*, Maquiavel faz a comparação entre Florença e Roma elogiando a organização política desta última e lamentando a da primeira. Escreve ele: “porque as inimizades havidas em Roma, no princípio, entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram por combates; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e com a morte de muitos cidadãos; as de Roma sempre aumentaram a virtú militar, enquanto as de Florença a extinguiram totalmente; em Roma, a igualdade entre os cidadãos levou a grandíssima desigualdade; enquanto em Florença, da desigualdade, chegou-se a uma admirável igualdade. Tal diversidade de efeitos só pode ser causada pelos diferentes fins que os dois povos tinham em mira: porque o povo de Roma desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres. E, como o desejo do povo romano era mais razoável, as ofensas aos nobres acabavam por ser mais suportáveis, de tal modo que aquela nobreza cedia facilmente e sem recorrer às armas; assim, depois de algumas desavenças, concordavam em criar uma lei que satisfizesse ao povo e aos nobres em seus cargos. Por outro lado, o desejo do povo florentino era injurioso e injusto, de tal modo que a nobreza preparava sua defesa com maiores forças, e, por isso, chegava-se ao derramamento de sangue e ao exílio dos cidadãos, e as leis depois criadas não miravam à utilidade comum, mas eram ordenadas todas a favor do vencer. Por isso, com as vitórias do povo, a cidade de Roma se tornava mais virtuosa, porque o povo, podendo ocupar a administração das magistraturas, dos exércitos e dos impérios com os nobres, enchia-se da mesma *virtù* que havia nesses, e a cidade, ganhando virtú, ganhava poder; mas em Florença, quando o povo vencia, os nobres ficavam privados das magistraturas e, pra reconquistá-las, precisavam não só ser mas também aparecer semelhantes ao povo no comportamento, no modo de pensar e de viver.” (p. 157-158)

¹⁰¹ *História de Florença*, Livro III, cap. 1, p. 158.

O povo, podendo ocupar a administração das magistraturas, dos exércitos e dos impérios com os nobres, enchia-se da mesma *virtù* que havia nesses, e a cidade, ganhando *virtù*, ganhava poder.

2.4 A virtù do povo e a conservação da liberdade no regime republicano

Já se observou que a *virtù* do povo não se expressa comumente, mesmo no regime republicano, através do exercício direto do poder, e sim através de seus representantes como os tribunos da plebe, e sempre perpassada pelas suas relações conflituosas e institucionalizadas com os *grandi*. Mas é verdade que em determinados momentos de conflito com os *grandi* ou defendendo a pátria de invasores, essa *virtù* se manifesta através de ações diretas. Segundo Maquiavel, isto acontece nas repúblicas nas quais o povo tem a vivência da liberdade. Quando esta é ameaçada ele resiste vigorosamente. Segundo Maquiavel¹⁰²,

(...) quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre, e não a destrói, será destruído por ela, porque ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer.

Não é fácil, pois, para um príncipe conquistar uma cidade que está acostumada com a liberdade. Ou ele a destrói ou é destruído pelo povo em rebelião. Em passagem dos *Discursos*¹⁰³, Maquiavel nos fornece um exemplo de rebelião quando o povo é privado de sua liberdade:

Tampouco é de admirar que os povos se vinguem de maneira extraordinária daqueles que os privam da liberdade. Disso há muitos exemplos, dos quais pretendo referir apenas, um ocorrido em Corcira, cidade da Grécia, nos tempos da guerra do Peloponeso; como aquela província tinha sido dividida em duas partes, das quais uma seguia os atenienses e a outra, os espartanos, das muitas cidades assim divididas algumas tinham amizade por Esparta, outras por Atenas, e, visto que na referida cidade prevaleciam os nobres e que eles haviam sufocado a liberdade do povo, os populares, com a ajuda dos atenienses, retomaram o poder e, pondo as mãos sobre todos os nobres, encerraram-nos numa prisão onde cabiam todos e de onde os iam retirando, oito ou dez por vez, sob pretexto de mandá-los para o exílio em diferentes

¹⁰² *O Príncipe*, p. 22.

¹⁰³ *Discursos*, Livro II, cap. 2, p. 188 e 189.

lugares, mas na verdade os matavam com muitos suplícios cruéis... Ocorreram também naquela província muitos outros casos horrendos e notáveis desse gênero; e assim se vê que com maior ímpeto se vingam a liberdade roubada do que aquela que se quis roubar.

Enfim, seja através de participação indireta, seja por meio da direta, Maquiavel apresenta vários exemplos nos seus escritos de atitudes do povo pelas quais se revela a sua *virtù* enquanto força, potência que objetiva a defesa e conservação da República, a conservação da liberdade. Segundo Maquiavel há tendências positivas no povo que favorecem a efetivação deste objetivo e que são destacadas por ele no capítulo 58 do Livro 1 dos *Discursos*. Escreve ele:¹⁰⁴

Minha conclusão, portanto, contraria a opinião comum, de que os povos, quando são príncipes [têm o poder], são variáveis, mutáveis e ingratos, e afirmo que neles esses pecados não são diferentes dos que se vêem nos príncipes particulares [monarcas]. E quem fizesse as mesmas acusações tanto aos povos quanto aos príncipes poderia dizer a verdade, mas quem excluísse os príncipes se enganaria: porque um povo que comande e seja bem-ordenado será estável, prudente e grato, não diferentemente de um príncipe ou melhor que um príncipe considerado sábio; por outro lado, um príncipe desregrado será mais ingrato, variável e imprudente que um povo. E a variação do proceder não nasce de diferenças de natureza, porque esta em todos é de um só modo – e, se vantagem alguém tiver, esta será do povo -, mas sim do maior ou menor respeito às leis, sob as quais vivem todos. E quem estudar o povo romano verá que, durante quatrocentos anos, ele foi inimigo do título régio e amante da glória e do bem comum de sua pátria; verá nele muitos exemplos capazes de dar testemunho dessas coisas. Quanto à prudência e à estabilidade, digo que o povo é mais prudente, mas estável e de mais juízo que um príncipe. E não é sem razão que se compara a voz do povo à voz de Deus, pois se vê uma opinião universal a produzir efeitos admiráveis nos seus prognósticos, aparecendo que, por alguma oculta *virtù*, ele prevê seu mal e seu bem.

Em decorrência de todas estas qualidades Maquiavel afirma nesse mesmo capítulo que, se os príncipes são superiores aos povos no ordenar as leis, os povos, por sua vez, são superiores para manter as “coisas ordenadas”. Ora, a República é uma das “coisas ordenadas” e os povos são mais aptos para conservá-la. Se a *virtù* pode ser entendida como capacidade de

¹⁰⁴ *Discursos*, p. 169.

atingir determinados objetivos, o povo tem maior *virtù* do que o governante para conservar o regime republicano. Conservação não significa passividade. O povo, não querendo ser dominado pelos grandes, resiste ao seu poder. Esta resistência, expressão da *virtù* popular enquanto potência, provoca uma tensão que resulta para cada momento histórico em leis que expressam o estado atual das relações de força. Ou seja, o ordenamento, ao mesmo tempo em que defende o povo da sanha dominadora dos *grandi*, garantindo-lhe direitos, possibilita a conservação da República enquanto regime caracterizado pela liberdade.

Mas deve-se enfatizar que, se temos um ordenamento a partir principalmente de uma ação de resistência popular, este ordenamento constituído historicamente realimenta a *virtù* do povo. A *virtù* popular cresce em qualidade quando mediada pelas leis. Como afirma Nunes,¹⁰⁵ “a *virtù* popular é fruto também das instituições políticas em sua capacidade atualizada de ordenar a multidão em povo”. Se houver uma boa ordenação o povo terá maior capacidade de agir com “alto grau de acerto e adequação em suas escolhas.”¹⁰⁶ Essa interpretação é sustentada pelas seguintes passagens dos *Discursos*:

Porque um povo que comande e seja bem-ordenado será estável, prudente e grato, não diferentemente de um príncipe ou melhor que um príncipe considerado sábio; por outro lado, um príncipe desregrado será mais ingrato, variável e imprudente que um povo. (*grifo nosso*) (Livro I, cap. 58, p. 169)

Se, portanto, pensarmos num príncipe vinculado às leis e num povo acorrentado a elas, veremos mais *virtù* no povo que no príncipe. (idem, p. 171) (*grifo nosso*)

O contexto institucional educa o povo, dá mais qualidade à sua *virtù*, fazendo com que ele tenha mais afeição às leis e instituições do que às pessoas dos governantes. Nas palavras de Rodrigo:¹⁰⁷

Ao contrário do que ocorre no principado a educação para a cidadania no interior do regime republicano implica em levar o indivíduo a afeiçoar-se mais às leis e instituições do que à pessoa dos governantes e autoridades.

¹⁰⁵ NUNES, Edison. *A política à meia luz – Ética, retórica e ação no pensamento de Maquiavel*. São Paulo: Educ, 2008, p. 85.

¹⁰⁶ FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*. Tese de doutorado defendida em 2007 na USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-140157/pt-br.php>>. Acesso em 14 de janeiro de 2011.

¹⁰⁷ RODRIGO, Lídia Maria. *Maquiavel, Educação e Cidadania*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 89.

Mas a mediação, via instituições, não garante que o povo aja sempre a favor da liberdade. Segundo Bignotto,¹⁰⁸

A existência de mediações na vida política... não transforma os aparelhos jurídicos em mecanismos capazes de garantir a transparência das ações do povo. Por isso, o desejo de liberdade pode estar na origem tanto de uma democracia como de uma tirania, sem que a natureza do desejo popular tenha sido alterada.

No entanto, segundo Maquiavel, se o desejo do povo pode dar origem à uma tirania, isto não acontece de forma intencional. O povo é enganado por uma falsa imagem de bem. Escreve ele:¹⁰⁹

...O povo, muitas vezes, enganado por uma falsa imagem de bem, deseja sua própria ruína, e se alguém em quem ele confie não o convencer de que aquilo é um mal, mostrando-lhe o que é o bem, as repúblicas serão expostas a infinitos perigos e danos.

Esta citação sugere que Maquiavel continua mantendo sua visão positiva sobre o povo, pois, afinal, se o povo se engana é porque visa um bem que é a liberdade. A sua *virtù*, comparada com a do príncipe e dos *grandi* ainda é superior, pois é alimentada e dirigida pela liberdade. Não é por acaso que, para Maquiavel, o povo deve ser o guardião da liberdade. Se por vezes ele é cruel, é porque teme justamente aqueles que querem se apropriar do bem comum.¹¹⁰ Se por vezes comete erros, eles são de menor gravidade e em menor número do que os cometidos pelos príncipes. Por isso, segundo Maquiavel, é mais fácil corrigir o povo do que o príncipe. Segundo ele,¹¹¹

Se para tratar a doença do povo bastam palavras, e se para a do príncipe é preciso o ferro, não haverá quem não conclua que, onde é preciso maior tratamento, são maiores os erros.

¹⁰⁸ *Maquiavel Republicano*, p. 106.

¹⁰⁹ *Discursos*, Livro I, cap. 53, p. 153.

¹¹⁰ *Discursos*, Livro I, cap. 58, p. 172.

¹¹¹ *Discursos*, Livro I, cap. 58, p. 172.

2.5 Virtù do povo, ordenamento e a Fortuna

Segundo Maquiavel¹¹²

A fortuna... demonstra a sua força onde não encontra uma virtù ordenada, pronta para lhe resistir e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para contê-la. (*grifo nosso*)

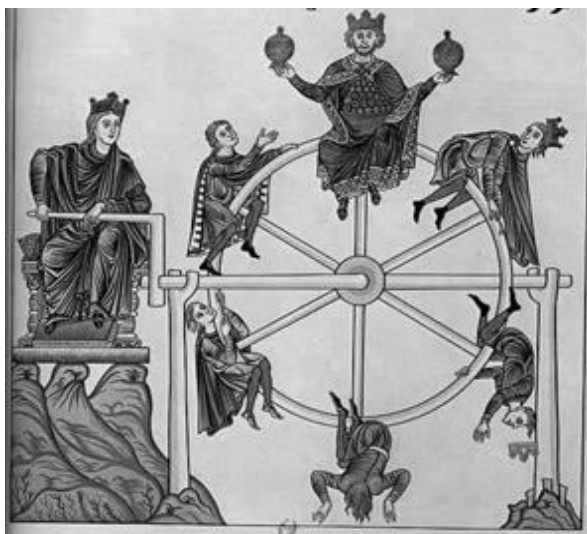
Esta passagem revela que para Maquiavel a *Fortuna*, deusa que personifica as circunstâncias e as contingências históricas, não é uma força que governa de forma inexorável os destinos humanos. É verdade que pode governar os homens em determinados momentos independentemente de suas vontades. Mas o reconhecimento deste fato não implica a afirmação de que a *Fortuna* sempre vença. Através da *virtù* ordenada, ou seja, através da *virtù* mediada pelas instituições e leis, é possível driblar os seus ditames, é possível erguer as barreiras capazes de conter o seu ímpeto.

Esta concepção da *Fortuna*¹¹³ se diferencia daquela hegemônica na tradição ocidental proveniente da Idade Média. Segundo esta a *Fortuna* era vista pela ótica do determinismo já que suas decisões sobre os destinos humanos eram inexoráveis. A imagem da *Fortuna* como uma única roda expressa este determinismo. Bignotto comprova esta diferença com base em uma pequena obra maquiaveliana de título *Di Fortuna*. Contrariando a tradição, Maquiavel não se refere nesta obra a uma única roda da *Fortuna*, como se vê na imagem abaixo¹¹⁴, mas a inúmeras rodas.

¹¹² *O Príncipe*, cap. 25, p. 120.

¹¹³ A visão dos humanistas sobre a fortuna preservava ainda a imagem proveniente da Idade Média. “Vista pelos antigos como deusa do acaso, a Roda da Fortuna na Idade Média representava tanto a Roda da Vida, que elevava o homem até o alto antes de deixá-lo cair de novo, como a Roda do Acaso, que não parava nunca de rodar e indicava a mudança perpétua que caracteriza a natureza humana. Num mundo inseguro como o da Idade Média, onde os homens viviam em constante perigo, com medo dos vivos e dos mortos, acreditava-se que o destino dos homens, mesmo o dos reis e imperadores, era determinado pela Fortuna. O termo parece ser uma evolução de duas diferentes deusas antigas, provindas da cultura greco-romana, Fors (“a que traz”, relacionada ao conceito de providência) e Fortuna (ligada à fertilidade, à agricultura e às mulheres). Esta última tinha traços similares à Tyche, deusa grega associada ao acaso e à sorte. Em algum momento, a distinção entre Fors e Fortuna diminuiu com a criação de uma única deusa, Fors (Fortuna), herdando as noções de sorte, destino e acaso de suas predecessoras. Existiam pelo menos três templos dedicados à deusa Fors em Roma e um festival lhe era dedicado em 24 de junho[4]. Ela era apresentada freqüentemente segurando uma cornucópia e um timão, sobre uma esfera ou uma roda, e simbolizava seu poder sobre a vida das pessoas que consideravam possuir fortuna se tivessem sorte ou infortúnio.” (“Boécio e Ramon Llull: *A Roda da Fortuna, princípio e fim dos homens*”, texto de Ricardo da Costa e Adriana Zierer. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit5/08.htm>>. Acesso em 23 de abril de 2010.

¹¹⁴ Esta imagem da roda da fortuna era uma das imagens ou iluminuras do *Hortus Deliciarum* - obra redigida pela abadessa do mosteiro de Odile (ou Hohenbourg), Herrade de Landsberg (1130-1195), voltada à instrução das monjas de seu mosteiro. (In: “Boécio e Ramon Llull: *A Roda da Fortuna, princípio e fim dos homens*”, texto



Se a imagem de uma roda, como mostra a imagem acima, serviu para indicar a inexorabilidade das decisões da *Fortuna*, a imagem de várias rodas, por outro lado, cria uma ruptura com a suposta submissão inevitável aos ditames dessa deusa.

No entanto, como Maquiavel comenta, a tendência dos homens é serem dominados pela *Fortuna* ao não adequarem suas ações aos tempos,¹¹⁵ e basicamente por dois motivos: primeiramente porque não podem desviar-se daquilo para o qual a natureza os inclina. Em

de Ricardo da Costa e Adriana Zierer. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit5/08.htm>>. Acesso em 23 de abril de 2010.

¹¹⁵ Esta adequação é tão importante que se torna um elemento essencial no entendimento da *virtù*. Não é possível a *virtù* sem a adaptação aos tempos, sem uma ação condizente com as circunstâncias. A *virtù* com esta vinculação possibilita a flexibilidade necessária para mudar as ações políticas quando os tempos assim exigirem. Quanto à esta questão eis o que nos diz Lefort e Skinner a respeito do príncipe:

Para Lefort “O príncipe aparece,, como um ator cuja conduta é determinada pelas exigências da situação e, conseqüentemente, cuja potência é indissociável da inteligência que adquire quanto à relação de potência: é ou não capaz de reconhecer essa ordem e se o conseguir será sob a condição de dominar a confusão dos acontecimentos, de resistir à tentação de utilizar meios que, por serem eficazes a curto prazo, estão destinados a se voltar contra ele. (LEFORT, Claude. *Sobre a lógica da força*. In: *O pensamento político clássico*, organizado por Célia Galvão Quirino e Maria Teresa Sadek R. de Souza. São Paulo: TAQ Editor, 1980, p. 86).

Skinner escreve: “*Virtù* é o nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a ‘fortuna’ e conseguir honra, glória e fama. Mas afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas. Argumenta, ao contrário, que a característica que define um príncipe verdadeiramente virtuoso consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade - independente do fato de ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa - para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, 'virtù' passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe: 'ele deve ter a mente pronta a se voltar em qualquer direção, conforme os ventos da ‘fortuna’ e a variabilidade dos negócios assim os exigiam”. (SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 65.)

Nas próprias palavras de Maquiavel confirma-se a necessidade desta vinculação nesta passagem de *O Príncipe*: “Creio ainda que é feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as exigências do tempo e, similarmente, que são infelizes aqueles que, pelo seu modo de agir, estão em desacordo com os tempos.” (*O Príncipe*, cap. 25, p. 120)

segundo lugar porque, acostumados ao sucesso por seguir determinado caminho, não querem abandoná-lo. Nas palavras de Maquiavel:¹¹⁶

Não há homem suficientemente prudente que saiba acomodar-se a isto, ou porque não consegue desviar-se da linha para onde se inclina sua natureza, ou porque, tendo sempre prosperado trilhando um certo caminho, não pode admitir que se deva afastar dele.

Para Maquiavel, portanto, é quase impossível para um indivíduo superar o seu modo costumeiro de ação. Esta falta de iniciativa muito comum pode ser compensada por uma constituição, um ordenamento com flexibilidade e com uma participação ampla do povo. O melhor regime para isto é a república, não a aristocrática, mas a popular. Nesta um grande número de indivíduos compartilha o poder e em decorrência desta diversidade de cidadãos há assim maior possibilidade de adaptação à variação dos tempos, de vitória diante dos ditames da *Fortuna*. Segundo Maquiavel¹¹⁷,

... as repúblicas têm vida mais longa e mais demorada boa fortuna que os principados, porque podem, mais que os príncipes, acomodar-se à diversidade dos tempos, em razão da diversidade dos cidadãos que nelas há. Porque o homem que está habituado a proceder de um modo nunca muda, como se disse, e, necessariamente, quando os tempos mudam e deixam de conformar-se a seu modo, advém-lhe a ruína.

A flexibilidade possibilitada pelo regime republicano popular favorece a renovação constante das instituições expressando o que Bignotto denomina de “fundação contínua”¹¹⁸ que, como o próprio nome indica, é a volta constante aos valores que guiam a vida dos regimes livres. Segundo Bignotto¹¹⁹,

A fundação contínua, como chama nosso autor (Maquiavel) o processo de retorno ao “começo” das repúblicas, é uma forma de evitar que os povos se esqueçam de suas dificuldades iniciais, de seus desafios e da energia que foi necessária para vencê-los.

¹¹⁶ *O Príncipe*, cap. 25, p. 121

¹¹⁷ *Discursos*, livro 3, cap. 9, p. 352.

¹¹⁸ Segundo Bignotto podemos resumir a problemática da função contínua através destas palavras de Claude Lefort: “Tal é a verdade do retorno às origens: não um retorno ao passado, mas uma resposta no presente, análoga à que foi dada no passado” (*Maquiavel Republicano*, p. 165)

¹¹⁹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003, p. 61.

Desta forma promove uma luta mais eficaz contra a *Fortuna*. É o que sugere esta passagem dos *Discursos*¹²⁰:

E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios. Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram.

Se no regime republicano há facilidade de renovação das ordenações, tal não acontece no contexto do principado onde o poder político é centrado nas ações de um único indivíduo, o que explica todas as suas limitações. A *virtù* de um príncipe em um principado pode até ser excelente, mas não há garantia de que seja herdada pela posteridade, pois morre com seu corpo temporal. Maquiavel ilustra esta situação nos *Discursos* lembrando um fato acontecido entre os hebreus. Segundo ele,¹²¹

Davi, sem dúvida, foi homem excelente nas armas, na doutrina, no juízo; e foi tanta a sua *virtù*, que, depois de vencer e derrotar todos os vizinhos, legou a seu filho Salomão um reino pacificado, que este pôde conservar com a arte da paz, e não com a guerra, conseguindo gozar com felicidade os frutos da *virtù* do pai. Mas não conseguiu legar o mesmo a seu filho Roboão, que, não se assemelhando em *virtù* ao avô e em fortuna ao pai, a duras penas ficou com a sexta parte do reino.

Um pouco antes, neste mesmo capítulo dos *Discursos*, Maquiavel expõe de forma mais clara as suas constatações. Nas suas palavras:¹²²,

Donde se pode notar que um sucessor que não tenha tanta *virtù* quanto o primeiro pode manter um estado graças à *virtù* daquela que o governou antes, sendo possível gozar os frutos de seu trabalho, mas, se ocorrer que sua vida seja longa ou que depois dele não surja outro que retome a *virtù* do primeiro, é necessário que tal reino se arruíne.

¹²⁰ *Discursos*, Livro III, cap. 1, p. 305.

¹²¹ Livro I, Cap. 19, p. 77.

¹²² Livro I, Cap. 19, p. 77.

Diferentemente de outro regime, a república pode conservar a *virtù* tanto do povo quanto a do governante por longo tempo graças à *virtù* de suas ordenações. Mesmo que haja “infinitos príncipes virtuosíssimos em sucessão” uma república bem ordenada pode garantir a permanência da *virtù*.¹²³

Mas o fato de o regime republicano facilitar a flexibilidade do ordenamento de acordo com os tempos, e desta forma driblar mais facilmente as determinações da *Fortuna*, não implica que sempre tenha sucesso. A passagem dos *Discursos, capítulo 37 do Livro I*, no qual Maquiavel discorre sobre a Lei Agrária na Roma antiga republicana, é um exemplo significativo do fracasso de uma lei que não se adequou aos tempos.

A lei agrária, segundo Maquiavel, tinha dois pontos principais: determinava que cada cidadão podia possuir um tamanho máximo de terra e que as terras conquistadas aos inimigos deveriam ser divididas por todo o povo romano. Com isso, atentava contra os interesses dos nobres, pois além de limitar o tamanho de suas propriedades, impedia, com a divisão entre o povo das terras conquistadas pelo exército romano, a expansão de suas terras. Neste contexto, eles, representados pelo senado, procuravam encontrar uma saída para salvaguardar os seus interesses através das seguintes ações: “usando de paciência e habilidade”, pegando em armas, através da cooptação de algum tribuno, cedendo em parte aos desejos do povo, fundando “uma colônia no território que se pretendia repartir”.

Mas não se conseguiu a pacificação da sociedade porque, segundo Maquiavel, a implantação da lei agrária não se deu no momento adequado. Demorou a ser implementada e quando o foi teve caráter retroativo, conflitando com os costumes tradicionais. No momento em que, por intermédio dos irmãos Graco, passou a vigorar, defrontou-se, como escreve Maquiavel, com “o poder dos seus adversários mais forte do que nunca”. As conseqüências foram: acirramento dos ódios, a defesa unicamente dos interesses particulares em detrimento do interesse público, o desejo de exclusividade no poder político em oposição frontal ao ideal republicano.

Neste contexto o humor do povo se igualou ao humor dos *grandi*, os desejos do povo se identificaram com os desejos de dominação dos *grandi*. Qual a conseqüência? Adverse¹²⁴, interpretando Maquiavel, afirma que nesta situação a República se encontra ameaçada, pois

¹²³ Escreve Maquiavel no Livro I, capítulo 20 dos *Discursos*, p. 79: “Mais ainda deve realizar uma república, que pode eleger não só dois, mas infinitos príncipes virtuosíssimos em sucessão, o que deve ocorrer sempre em toda república bem ordenada.”

¹²⁴ ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a República e o desejo de liberdade*. Artigo disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a04v30n2.pdf>>. Acesso em 02 de março de 2011.

Se o povo passa a desejar como os grandes, isto é, quando se torna ambicioso, preocupado apenas em satisfazer seu próprio interesse, em detrimento do bem comum, então a república está com os dias contados. Desfecho catastrófico da oposição fundamental: o humor do povo se igualou ao dos grandes.

Não era mais possível, portanto, o controle e estourou a guerra civil com a vitória da nobreza. Estas comoções criaram novos distúrbios nos tempos de César e Pompeu e foram responsáveis pelo governo tirânico de César. Maquiavel observou que, a partir desta tirania, Roma nunca mais voltou a ser livre.

É verdade que Maquiavel reconheceu pontos positivos nesta lei quando afirmou neste mesmo livro e capítulo:

Se bem seja verdade que a lei agrária quis escravizar Roma durante três séculos, a cidade se teria perdido antes se o povo, por meio dessa lei e de outras reivindicações, não houvesse conseguido refrear a ambição dos nobres.

No entanto, o reconhecimento não dispensou as críticas que fez à forma como foi introduzida. Um dos erros na sua aplicação foi o de não ser implementada desde o início. Ficou hibernando, e, quando entrou em vigor, encontrou o poder dos *grandi* mais fortalecido.

Por isso, para Maquiavel, as leis por si sós não garantem a manutenção do regime republicano. É necessária a *virtù*, tanto a do príncipe quanto a do povo, que adequa a ação política aos tempos. A relutância dos *grandi* em ceder a riqueza é tão grande que, se não se traçar uma estratégia adequada, exigida por uma conjuntura específica, toda lei criada com a finalidade de pacificar a sociedade está fadada ao fracasso.

2.6 Virtù do povo e corrupção no regime republicano

A importância da participação do povo no regime republicano nos permite fazer a partir de agora uma reflexão sobre a relação entre a *virtù* do povo e a corrupção¹²⁵ nas

¹²⁵ Abreu, pesquisando os *Discursos*, relaciona comportamentos que podem ser considerados como fontes de corrupção:

- (I) A conspiração, que se realiza sempre que um cidadão ou um grupo de cidadãos atenta contra alguma instituição da república, o que acontece principalmente quando há mudança de regime e os que foram prejudicados com a mudança tentam restituir as vantagens anteriores;
- (II) As calúnias, que são objeto de um capítulo específico dos *Discursos* (o oitavo), que consiste na denúncia, privada, sem provas, de alguém por outrem, geralmente motivada por inveja, ódio ou algum motivo faccioso;

repúblicas. Para o filósofo florentino se o povo se corromper, não há regime que subsista. Sobre a necessidade de o povo não estar corrompido lemos no capítulo 17 do livro 1 dos *Discursos*¹²⁶

Mas não se vê exemplo mais forte que o de Roma, onde, expulsos os Tarquínios, logo foi possível ganhar e manter a liberdade; mas, morto César, morto Caio Calígula, morto Nero, extintos todos os céсарes, nunca mais se pôde não só manter como também dar princípio à liberdade. E tanta diversidade de acontecimentos numa mesma cidade ocorreu apenas porque, nos tempos dos Tarquínios, o povo romano ainda não estava corrompido, e nos últimos tempos estava extremamente corrompido. (*grifo nosso*)

Contudo, antes de chegar a esta conclusão, ele tenta no capítulo 18 deste mesmo livro encontrar uma alternativa para salvar o regime republicano em uma situação onde também o povo está corrompido. Analisa a possibilidade de se manter um estado livre (republicano) nas cidades corrompidas ou ordená-lo caso não exista. Reconhece que são duas coisas muito difíceis de fazer. Admite que não se pode dar regras definitivas para estas situações, pois é necessário considerar os diversos graus de corrupção. Mas, para melhor avaliar o grau de dificuldade parte, então, de um caso extremo: uma cidade que chegou ao estado máximo de corrupção. Conclui que neste estado, no qual o desregramento é universal, as leis e instituições não conseguiriam reprimir a corrupção, pois,

assim como os bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes.¹²⁷

-
- (III) Formação de lealdades privadas (ex.: poderio militar, aproveitamento de ocupação de funções públicas), daí a necessidade de mandatos temporários, pois a permanência por um longo tempo em funções públicas pode intensificar essas lealdades;
 - (IV) Existência de cidadãos muito mais ricos que outros, na medida em que isto possibilita o suborno de ocupantes de funções públicas e a “compra” dos mais pobres. (ABREU, Maria Aparecida Azevedo. *Conflito e interesse no pensamento político republicano*. Tese de doutorado defendida na USP em 2008, p. 55 e 56.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-05012009-145030/pt-br.php>>. Acesso em 12/01/2011)

¹²⁶ *Discursos*, Livro I, cap. 17, p. 69.

¹²⁷ Aranovich observa que: “as leis e os costumes são inseparáveis, pois as leis que não respondem aos costumes não são seguidas. Isto não faz com que as leis devam ser necessariamente conformadas aos costumes quando eles estão corrompidos, pois na medida em que os costumes não se aperfeiçoam, a adaptação aos costumes corrompidos seria uma corrupção das leis. Mais do que isso, a tendência à corrupção dos costumes não teria lugar em uma concepção na qual as ordenações se adaptam e se aperfeiçoam no decorrer do tempo, posição esta que terá uma longa história a partir do século XVII” (*História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, p. 144)

Além disso, se as leis e instituições estabelecidas na origem de uma república são suficientes para manter a *virtù*, deixam de convir quando grassa a corrupção. É necessária a mudança das instituições e das leis.. Exemplifica com um fato acontecido durante o império romano. Nas suas palavras:¹²⁸

E, para levar a entender melhor essa parte, direi como, em Roma, era ordenado o governo, ou seja, o estado, e como o eram as leis, que com os magistrados refreavam os cidadãos. A ordenação do estado era a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis. Essas ordenações pouco ou nada variaram nos acontecimentos. Variaram as leis que refreavam os cidadãos - tal como a lei dos adúlteros, a lei suntuária, a lei da ambição e muitas outras, à medida que os cidadãos se iam corrompendo. Mas, mantendo-se as ordenações do estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que se iam renovando, não bastavam para fazer que os homens continuassem sendo bons; no entanto, de muito valeriam se, com a sua inovação, também fossem reformadas as ordenações.¹²⁹

Como se apreende da passagem citada, as leis devem mudar e tal aconteceu durante este momento histórico de extrema corrupção. Mas, nesta situação, segundo Maquiavel, não basta a criação de novas leis. Ele comprova com esse exemplo que a mudança das leis não foi suficiente para resgatar a *virtù*. Era necessária a mudança das antigas instituições: “a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis.”¹³⁰ Maquiavel observou que estas “pouco ou nada variaram nos acontecimentos”. Esta foi a causa principal pela qual não foi possível extinguir a corrupção.

Quando a cidade não estava corrompida a forma de eleger magistrados era adequada. Neste contexto em que se mantinha a *virtù*, o consulado e outros cargos superiores da república eram oferecidos àqueles que as solicitavam. Se um cidadão tivesse seu pedido rejeitado ficaria extremamente envergonhado. Por isso, todos se esforçavam para ser dignos praticando o bem. No que diz respeito à legislação, todos os cidadãos podiam apresentar projetos de lei benéficas ao coletivo e tinham liberdade de, após os debates em torno dos vários projetos, optar pelo que julgassem melhor.

¹²⁸ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 73.

¹²⁹ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 73.

¹³⁰ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 73.

Tudo isto era muito positivo para o regime republicano e para a liberdade. No outro contexto, Maquiavel observa que os cargos passaram a ser solicitados pelos mais poderosos que passaram a propor leis que não visavam mais ao interesse público, mas ao próprio interesse. A *virtù* já não era mais condição para a escolha dos cônsules, e sim a popularidade. Escreve ele¹³¹,

Ao conceder o consulado, já não mais tivesse consideração pela *virtù*, mas sim pela popularidade, guindando a tal cargo aqueles que mais soubessem lidar com os homens, e não os que mais soubessem vencer os inimigos.

A situação de corrupção se agrava com a expansão de Roma. Não temendo nenhum inimigo externo e estando seguros de sua liberdade, os romanos decaíram nos seus costumes.¹³² Porém, se não basta a mudança das leis, se é necessária também a renovação das ordenações, como reformá-las? Há duas formas, segundo Maquiavel. Pode-se reformá-las de forma gradual ou de uma só vez. Maquiavel reconhece que a realização de ambas é quase impossível. Na sua concepção, a reforma gradual deve ser feita por homem prudente.

Porque, para que elas sejam renovadas aos poucos, é preciso que isso seja promovido por um homem prudente, que perceba o inconveniente de antemão, quando ele nasce.¹³³

Constata que não é fácil encontrar este homem prudente e mesmo se surgisse não seria fácil colocar os cidadãos no bom caminho, habituados que estão a um modo de viver. Para fazer a reforma “de uma só vez”, Maquiavel prevê a necessidade do uso das armas e a violência. Nas suas palavras:¹³⁴

Quanto a inovar tais ordenações de uma só vez, quando todos reconhecem que não são boas, digo que essa inutilidade, quando facilmente reconhecível, é difícil de corrigir; porque, para tanto, não basta usar medidas ordinárias, visto que os modos ordinários são maus; ruas é necessário recorrer ao extraordinário, como a violência e as armas, tornando-se, antes ele mais nada, príncipe em tal cidade, para poder dispô-la a seu modo.

¹³¹ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 74.

¹³² Para Maquiavel a guerra, com o enfrentamento do inimigo, é um dos fatores para o crescimento da *virtù* do povo. Como afirma Bignotto: “A guerra é ... uma experiência privilegiada, pois é a expressão da forma mais radical de participação do povo nos negócios da cidade”. (*Maquiavel Republicano*, p. 161):

¹³³ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 75.

¹³⁴ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 75.

No entanto, segundo Maquiavel, o uso da violência para a conquista de uma república pressupõe um homem mau. Não há garantia de que este tipo de homem queira fazer o bem alcançado o poder. Por outro lado, se é necessário, como afirma o filósofo, um homem bom para acabar com a corrupção, a necessidade de se fazer uso de meios como a violência para reformar de uma só vez as instituições afastará os cidadãos virtuosos. Leiamos suas palavras:¹³⁵

E, como a reordenação de uma cidade para a vida política pressupõe um homem bom, e tornar-se príncipe de uma república pela violência pressupõe um homem mau, ver-se-á que raríssimas vezes um homem bom queira tornar-se príncipe por vias más, ainda que o fim seja bom; e também é raro que um malvado, tornando-se príncipe, deseje bem obrar e que se lhe incuta no ânimo o bom uso da autoridade que conquistou por meios maus.

Maquiavel conclui que as dificuldades para salvaguardar o governo republicano em uma cidade corrompida (deve-se destacar: onde o povo também se corrompeu) são tão grandes, que é praticamente impossível a manutenção deste regime.

Poder-se-ia evitar o estado extremo de corrupção com o retorno contínuo à fundação que na filosofia maquiaveliana significa o retorno ao momento inaugural “não no sentido histórico, mas sobretudo no que se refere às suas bases simbólicas e imaginárias, conservando o brilho deste primeiro instante.”¹³⁶ Sobre a importância deste retorno, assim escreve Maquiavel:¹³⁷

E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios. Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram. Para renová-los, como dissemos, é preciso fazê-los voltar aos seus princípios. Porque todos os princípios das seitas, das repúblicas e dos reinos não de ter em si alguma bondade, pela qual retomem o prestígio e

¹³⁵ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 76.

¹³⁶ NETO, Manoel de Almeida. *O tempo nos Discorsi de Maquiavel*. Tese de mestrado defendida em 1999. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ARBZ-7FYNFZ/1/disserta_o_manuel_de_almeida_net.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2011.

¹³⁷ *Discursos*, Livro III, cap.I, p. 305-306.

o vigor iniciais. E, como, com o passar do tempo, essa bondade se corrompe, esse corpo haverá de, necessariamente, morrer, se nada ocorrer que o reconduz às condições iniciais.

Mas, como Maquiavel afirma no fim desta passagem, se não houver de tempos em tempos o retorno “às condições iniciais”, a república “haverá de, necessariamente, morrer”. Maquiavel chega a pensar na possibilidade de a monarquia ser uma solução.¹³⁸ Escreve ele no capítulo 18 do Livro I dos *Discursos*:

De tudo o que dissemos acima provém a dificuldade, ou a impossibilidade, de nas cidades corrompidas manter ou criar uma república. Mas, em se precisando criar ou manter uma, seria necessário, antes reduzi-la ao estado régio do que ao estado popular; para que os homens insolentes que não pudessem ser corrigidos pelas leis fossem de algum modo freados por uma autoridade quase régia. (grifo nosso)

Porém, no final deste mesmo capítulo, deixa entrever que tal alternativa só é possível se a corrupção não tiver atingido também o povo. É o que se conclui através desta passagem na qual o termo “sujeito”, ao nosso ver, pode ser substituído por “povo”:¹³⁹

E torná-los bons por outros meios seria empresa cruelíssima ou de todo impossível; como já disse acima, foi o que fizeram Cleômenes, que, para governar sozinho, matou os éforos, e Rômulo, que, pelas mesmas razões, matou o irmão e Tito Tácio Sabino, mas depois usaram bem a autoridade conquistada; entretanto, é preciso notar que nenhum dos dois tinha o **sujeito**¹⁴⁰ maculado por aquela corrupção de que estamos falando neste capítulo, motivo por que puderam desejar e realizar seus projetos. (grifo nosso)

Nota-se claramente o pessimismo de Maquiavel quando nos deparamos com um povo contaminado pela corrupção. Não encontra alternativas de solução. Porém este pessimismo recorda algo positivo: o papel fundamental do povo na preservação do regime republicano. Ou em outras palavras, a importância da *virtù do povo* enquanto ação que preserva o caráter público da república evitando a corrupção.

¹³⁸ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 76.

¹³⁹ *Discursos*, Livro I, cap. 18, p. 76.

¹⁴⁰ Como pode se constatar na página 205 da sua obra “*Maquiavel Republicano*”, Bignotto também entende “sujeito” com o significado de povo.

2.7 A virtú do povo no regime republicano e o exemplo dos antigos

É freqüente nas obras maquiavelianas a exortação a se inspirar na ação dos povos antigos para o enfrentamento dos desafios do presente. Nos *Discursos* o conselho não se dirige somente ao governante, mas também ao povo, tendo em vista que nesta obra Maquiavel manifesta a sua preferência pelo regime republicano de caráter popular. A história e a ação dos grandes líderes do passado e das grandes civilizações são fatores educativos tanto para o príncipe, como para o povo, estimulando a *virtù* de ambos.

Qual o significado propriamente educativo da imitação?

A teoria da imitação tem nas obras maquiavelianas como base de sustentação a imutabilidade dos desejos ou paixões humanas. Sobre esta questão lemos nos *Discursos*:

Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos, e que eles sempre existiram.¹⁴¹

Os homens prudentes costumam dizer, não por acaso nem indevidamente, que quem quiser saber o que haverá de acontecer deverá considerar o que já aconteceu; porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos. Isso ocorre porque, tendo sido feitas pelos homens, que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, tais coisas só poderão, necessariamente, produzir os mesmos efeitos.¹⁴²

Mas não devemos interpretar este recurso ao passado numa perspectiva puramente mimética, não reconhecendo as mudanças provocadas pelo tempo histórico, pois, como afirma o mesmo Maquiavel, novamente nos *Discursos*,¹⁴³

E, pensando no modo como tais coisas acontecem, concluo que o mundo sempre foi de um mesmo modo, que nele sempre houve o bom e o mau, mas que há variações entre este mau e este bom, de uma província para outra, conforme se vê pelo conhecimento que temos dos reinos antigos, que variaram de um para o outro de acordo com a variação dos costumes, embora o mundo permanecesse sempre o mesmo.

¹⁴¹ *Discursos*, Livro I, cap. 39, p. 121.

¹⁴² *Discursos*, Livro III, cap. 43, p. 445.

¹⁴³ *Discursos*, Livro II, Proêmio, p. 178-179.

Ou seja, se é verdade que Maquiavel admite uma invariabilidade nas paixões e desejos humanos, esta admissão não significa que permaneçam sempre idênticos. Não se manifestam sempre do mesmo modo em todas as circunstâncias. Maquiavel reconhece, portanto, que é difícil alcançar uma perfeita imitação da *virtù* dos antigos. Mas entende que sempre haverá um ganho quando se toma como parâmetro de conduta a ação dos grandes homens do passado conforme suas palavras em *O Príncipe*¹⁴⁴

Um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando sua *virtù*, deve pelo menos mostrar algum indício dela e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo.

A imitação da *virtù* dos antigos para Maquiavel não implica a reprodução tal e qual da conduta deles, mas assemelhar-se a eles de acordo com as possibilidades do presente. Se é verdade que a *Fortuna* faz variar as circunstâncias, terá *virtù* aquele que souber, aproveitando os ensinamentos do passado, adequar a novas circunstâncias tipos de conduta que foram positivos no passado. Somente desta forma pode-se enfrentar os desafios do presente com menos percalços, com menos erros e, portanto, com maior capacidade, com maior *virtù* tanto do príncipe quanto do povo.

¹⁴⁴ *O Príncipe*, cap. VI, p. 23.

3. A VIRTÙ DO POVO E A VIRTÙ DO GOVERNANTE

No capítulo 2 discorreremos sobre a *virtù* do povo no regime republicano e procuramos mostrar que é o regime que mais favorece a *virtù* popular. É necessário ainda entender qual é a natureza da *virtù* do povo na sua relação com a do príncipe ou governante. É o objetivo deste capítulo. Adotaremos como referenciais principais de análise as obras *O Príncipe* e os *Discursos*. Entendemos que tanto no *Príncipe* como nos *Discursos*, Maquiavel indica os componentes fundamentais da política, seja no principado, seja na república, pois, como afirma Bignotto: “as condições gerais do exercício do poder não mudam segundo as formas constitucionais”¹⁴⁵, mesmo admitindo as especificidades de cada uma.

Falar em *virtù* do povo na obra *O Príncipe* pode causar um certo estranhamento. Mas a nossa tese é de que mesmo não havendo a expressão “*virtù* do povo” no *Príncipe*, o povo aparece nesta obra também como agente político e, portanto, com capacidade de ação, de influência nas ações do príncipe e nos destinos do principado. Tendo em conta o atributo essencial da *virtù* – a ação positiva, criativa, de transformação - parece-nos que mesmo no contexto político do *Príncipe* o povo exerce a *virtù*.

No entanto, passagens dessas obras parecem confirmar a passividade do povo e, portanto não seria possível falar propriamente em uma *virtù* popular. É o caso de trecho do *Príncipe* em que Maquiavel escreve sobre os dois humores que caracterizam a experiência política. Lemos no capítulo IX de *O Príncipe*¹⁴⁶:

Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo;

À primeira vista pode-se concluir que o humor dos grandes é positivo, pois implica a ação de comandar e oprimir o povo. Já o do povo é negativo, pois o seu desejo é apenas o de não ser oprimido. A suposta negatividade deste desejo levou alguns estudiosos da filosofia de Maquiavel a concluir que, na visão deste filósofo, o povo era passivo. Não tinha, propriamente falando, *virtù*, pois esta é marcada pela positividade. Mesmo quando agia politicamente, sua ação era determinada pela vontade do príncipe ou governante.

¹⁴⁵ *Maquiavel Republicano*, p. 152.

¹⁴⁶ p. 43.

Michel Foucault, por exemplo, durante curso que ministrou no *Collège de France* em 1978 afirmou:¹⁴⁷

Para Maquiavel, no fundo, o povo era essencialmente passivo, ingênuo, ele tinha de servir de instrumento ao príncipe, sem o que ele servia de instrumento aos grandes.

A mesma avaliação tem Mansfield¹⁴⁸:

Para Maquiavel, somente alguns homens são políticos, e eles governam em qualquer regime, não importa como seja chamado. O povo não deseja governar e quando parece governar, está sendo manipulado por seus líderes. Ele é matéria sem forma, corpo sem cabeça. Uma vez que não pode governar, o regime é sempre o governo de um príncipe ou de príncipes.

Sasso¹⁴⁹ segue pelo mesmo viés interpretativo:

Ainda que tenha sido expressa na harmonia da ‘politeia’, a matéria do humor popular permanece, no fundo, alheia ao processo que a torna ativa: o que significa que a ‘virtù’, que por vezes a ilumina, não pertence à matéria – que é por isso privada de luz própria -, é uma ‘virtù’, se assim podemos dizer, de segundo grau.

No entanto outras passagens revelam a positividade da *virtù* popular. Exemplificamos com dois trechos das obras *O Príncipe* e *Discursos* nos quais Maquiavel destaca o vigor da ação popular quando sente a sua liberdade ameaçada. Leiamos:

Quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre, e não a destrói, será destruído por ela, porque ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Apud ADVERSE, José Luiz. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732007000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 20 de maio de 2011.

¹⁴⁸ “... for Machiavelli, only some few men are political, and they rule in every regime, whatever it is called. The people do not wish to rule, and when they seem to rule, they are being managed by their leaders. They are matter without form, body without head. Since they cannot rule, the regime is always the rule of a prince or princes” (MANSFIELD, Harvey. *Machiavelli's Virtue*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998, p. 237)

¹⁴⁹ Citado por Newton Bignotto, in *Maquiavel Republicano*, 2005, p. 106.

¹⁵⁰ *O Príncipe*, cap. 5, p. 22.

Nada deu mais trabalho aos romanos, no seu triunfo sobre os povos vizinhos e em parte das províncias distantes, do que o amor que naqueles tempos muitos povos tinham pela liberdade, e este a defendiam com tanta obstinação que jamais seriam subjugados, senão por excepcional *virtù*.¹⁵¹

Adverse¹⁵² observa que na primeira citação, a do capítulo V do *Príncipe*, Maquiavel fala em rebelião e esta somente pode ser entendida como resistência ativa. E realmente os povos que vivem, que experimentaram a liberdade, sabem das vantagens e proveitos de uma vida livre e por isso são capazes de dar a própria vida para defendê-la. A esse respeito Maquiavel escreve no livro II dos *Discursos*, capítulo 2:

E é fácil entender donde provém nos povos essa afeição pela vida livre, porque a experiência mostra que as cidades nunca crescem em domínio nem em riquezas, a não ser quando são livres..... (p. 186 e 187)

Porque são grandes os proveitos colhidos pelas cidades e províncias que vivem livres em todos os lugares, por serem mais numerosos os povos, já que são mais livres e mais desejáveis os matrimônios, visto que cada um, de bom grado, tem a prole que acredita poder sustentar, sem temer ser despojado de seu patrimônio; ademais, todos sabem muito bem que não só nasceram livres, e não escravos, como também que, se tiverem *virtù* para tanto, poderão tornar-se príncipes. As riquezas multiplicam-se mais, tanto as produzidas pela agricultura quanto as produzidas pelos ofícios. Porque todos procuram multiplicar as coisas e adquirir os bens de que acreditam poder gozar. Por esse motivo, os homens competem pelas vantagens públicas e privadas, e ambas crescem maravilhosamente. (p. 192)

Mas ainda é necessário buscar a positividade da *virtù* popular na sua relação com o príncipe/governante a partir de seu desejo de não ser oprimido. Essa busca pode oferecer uma resposta a todos os intérpretes, como aqueles citados aqui, que vêem o povo como um ente coletivo sem vontade e ação próprias, simplesmente submisso às determinações de quem governa. Enfim, sem *virtù*.

¹⁵¹ P. 186.

¹⁵² ADVERSE, José Luiz. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732007000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 20 de maio de 2011.

Nosso ponto de partida é a recomendação que Maquiavel faz ao príncipe no capítulo IX do *Príncipe*. Nesta passagem selecionada abaixo, recomenda ao governante buscar apoio no povo e justifica. Escreve ele:¹⁵³

Quem chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo, porque o primeiro se vê cercado de muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo. Mas quem chega ao principado com o favor popular encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém ou pouquíssimos que não estejam prontos a obedecê-lo. Além disso, não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais honestos que os dos grandes, visto que estes querem oprimir enquanto aqueles querem não ser oprimidos. Além disso, um príncipe não pode jamais proteger-se contra a inimizade do povo, porque são muitos; no entanto, pode-se garantir contra os grandes porque são poucos. O pior que um príncipe pode esperar de um povo hostil é ser abandonado por ele, mas dos grandes, quando inimigos, deve temer não só ser abandonado, como também que o ataquem, porque, tendo mais visão e astúcia, precavêem-se sempre a tempo de se salvar e procuram aproximar-se daquilo que esperam que vença. Ainda, o príncipe tem sempre de viver com o mesmo povo, mas lhe é perfeitamente possível prescindir dos mesmos grandes, pois pode a cada dia fazê-los e desfazê-los, dar-lhes e tirar-lhes a reputação, a seu gosto.

Nos *Discursos* vai além, ao propor que o povo seja o guardião da liberdade, pois este, diferentemente dos *grandi*, tem um desejo maior de viver livre. Nas suas palavras:¹⁵⁴

Se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes, de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem.

¹⁵³ *O Príncipe*, p. 43.

¹⁵⁴ *Discursos*, p. 24.

Segundo Bignotto, a característica do desejo popular, que é o de não ser oprimido, facilita a manutenção do poder por parte do príncipe/governante, porque não terá no povo um concorrente. Por isto, ainda segundo Bignotto, o povo é “um aliado perfeito para aquele que quer governar, pois ele nunca encontrará em seu caminho alguém que vise ao mesmo objeto.”¹⁵⁵

Sendo assim como se manifesta esta relação?

Como escreve Lefort em *Le Travail de l'oeuvre Machiavel*, “sem dúvida nenhuma o príncipe por sua vez oprime”¹⁵⁶, porém, se o povo aceita esta opressão, é porque a violência do príncipe/governante é diferente da dos grandes. Sua função é justamente por um limite a este desejo de dominação da parte dos grandes. Se o povo se submete sem muitas reservas à sua autoridade política, é porque ele pode responder ao seu desejo fundamental que é o de não ser oprimido pelos *grandi*. Nas palavras de Lefort,¹⁵⁷

O príncipe esboça o quadro de uma sociedade na qual o poder se cinde dos grandes e, em consequência disso, ao mesmo tempo em que oprime o povo, dá uma satisfação ao seu desejo, rebaixando aqueles.

O príncipe não traz uma solução definitiva para o povo, mas uma ordem mais tolerável que justifica sua submissão. Lefort chama a atenção para a originalidade desta submissão popular: é uma submissão que exige uma contrapartida da parte do príncipe, que precisa satisfazer o desejo do povo de não ser oprimido, se quiser se manter no poder. Desfaz-se, portanto, a ilusão do distanciamento.

À primeira vista, parece ser fácil satisfazer o povo se aceitarmos a tese de que ele é ignorante e por isso pode ser facilmente manipulado. Já vimos que para alguns autores contemporâneos, como Mansfield, “o povo não deseja governar e, quando parece governar, está sendo manipulado por seus líderes.”¹⁵⁸ Na época de Maquiavel, como escreve Bignotto,¹⁵⁹ era comum a percepção de que não se podia fundar o poder no elemento popular por causa de sua ignorância. Esta era a percepção inclusive de um escritor amigo de

¹⁵⁵ *Maquiavel Republicano*, p. 116.

¹⁵⁶ LEFORT, Claude. *Le Travail de l'oeuvre Machiavel*. P. 283.

¹⁵⁷ LEFORT, Claude. *As formas da História, Ensaios de Antropologia Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 153

¹⁵⁸ MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's Virtue*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998, p. 237.

¹⁵⁹ BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e Realismo: um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.190.

Maquiavel, Francesco Guicciardini. Para este, o ator político por excelência era aquele de origem aristocrática. Bignotto referindo-se a Guicciardini assim escreve:¹⁶⁰

Procura sempre se apoiar na afirmação da ignorância do elemento popular, para demonstrar a superioridade da prudência aristocrática. Sem se preocupar demais, nesse contexto, com a definição do que seria a prudência, ele assegura apenas que ela é a virtude por excelência do ator político, mas que só pode ser encontrada entre os aristocratas.

Mas nem todo escritor na época de Maquiavel tinha esse preconceito ou considerava o povo ignorante. Para alguns, sua *virtù* tinha mais qualidade que a dos *grandi* e o povo, por isto, deveria exercer um papel relevante na política. É o caso de Leonardo Bruni. James Hankins, especialista no pensamento deste escritor e com artigo já citado no capítulo 1, afirma sobre Bruni¹⁶¹:

Em todas as partes dos doze livros da História ele é um partidário aberto do povo contra uma nobreza sem lei e não patriótica, contra a turba apaixonada e perigosa, e contra todo guibelino.

Segundo Hankins, o exercício político para Leonardo Bruni é posse exclusiva do povo e deveria ser reconhecida pelos magnatas.¹⁶²

No entanto, passagens de obras de Maquiavel, como a que citamos a seguir, parecem confirmar a ignorância do povo. Nos *Discursos*¹⁶³, por exemplo, ele afirma:

O povo, muitas vezes, enganado por uma falsa imagem de bem, deseja sua própria ruína, e se alguém em quem ele confie não o convencer de que aquilo é um mal, mostrando-lhe o que é o bem, as repúblicas serão expostas a infinitos perigos e danos.

Lemos também no capítulo XVIII do *Príncipe*¹⁶⁴

¹⁶⁰ Op. Cit, p. 190.

¹⁶¹ HANKINS, James. *A mirror for statesmen – Leonardo Bruni's History of the florentine people*. Harvard University, 2007.

Disponível em <<http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/2958221/BruniHistoryHJ.pdf?sequence=4>>. Acesso em 20 de abril de 2011.

¹⁶² Pode-se concluir que era partidário, como Maquiavel, de uma República de caráter popular.

¹⁶³ *Discursos*, Livro I, cap. 53, p. 153.

¹⁶⁴ P. 85 e 86.

Os homens, em geral, julgam as coisas mais pelos olhos que com as mãos, porque todos podem ver, mas poucos podem sentir. Todos vêem aquilo que parece, mas poucos sentem o que é; e estes poucos não ousam opor-se à opinião da maioria, que tem, para defendê-la, a majestade do estado. Como não há tribunal onde reclamar das ações de todos os homens, e principalmente dos príncipes, o que conta por fim são os resultados. Cuide pois o príncipe de vencer e manter o estado: os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas, e não há no mundo senão o vulgo; a minoria não tem vez quando a maioria tem onde se apoiar. (grifo nosso)

Observa-se nestas citações que as idéias de imagem, de aparência, estão associadas à forma como o povo vê a política e, em virtude deste modo de ver, se poderia concluir pela sua ignorância. Passagens como essas talvez justifiquem afirmações de autores contemporâneos, como Nunes,¹⁶⁵ quando escreve que “uma das mais significativas diferenças entre os grandes e o povo é que, em geral, os primeiros fazem a política enquanto os demais apenas a assistem.” Ou seja, o povo assiste à política e, se atua desta forma, é porque “não tem acesso a uma parte do objeto do conhecimento da política: precisamente o de como ela é feita! Quem faz política conhece dela o ser e a imagem, isto é, o todo; quem assiste se encontra encapsulado na imagem, na opinião e nas notícias dos eventos.” (grifo nosso)

Por isto, segundo Nunes, o príncipe, como também os *grandi*, em decorrência de uma participação mais direta na política, pode ter um conhecimento maior do funcionamento da política. Segundo este autor, são elementos deste conhecimento a imagem (e portanto o sensível) mas também o ser (o elemento intelectual). O conhecimento do povo inclui apenas o sensível.

Mas o reconhecimento do fato do conhecimento do povo se apoiar na imagem, no sensível, na aparência, revela sua ignorância? Outra passagem dos *Discursos*, na qual se compara o modo de ser do povo com o do príncipe, desfaz esta interpretação. Escreve Maquiavel:¹⁶⁶

... quanto á prudência e à estabilidade, digo que o povo é mais prudente, mas estável e de mais juízo que um príncipe. E não é sem razão que se compara a voz do povo à voz de Deus, pois se vê uma opinião universal a produzir

¹⁶⁵ NUNES, Edison. *A Política à meia luz – Ética, retórica e ação no pensamento de Maquiavel*. São Paulo: Educ, 2008, p. 90.

¹⁶⁶ *Discursos*, Livro I, cap. 58, p. 170-172.

efeitos admiráveis nos seus prognósticos, parecendo que, por alguma oculta *virtù*, ele prevê seu mal e seu bem. Quanto ao julgamento das coisas, são raríssimas as vezes em que, ouvindo dois oradores de tendências diferentes e igual *virtù*, ele deixe de seguir a melhor opinião e não seja capaz de entender a verdade que ouve..... Vê-se também, nas escolhas que os povos fazem dos magistrados, que elas são sempre bem melhores que as dos príncipes, e nunca se persuadirá um povo de que é bom alçar a tais dignidades um homem infame e de costumes corruptos, coisa de que se pode persuadir um príncipe com facilidade e de mil modos. Pode-se ver que um povo começa a ter horror a alguma coisa e que por muitos séculos se mantém na mesma opinião, mas o mesmo não se vê num príncipe. Se, portanto, pensarmos num príncipe vinculado às leis e num povo acorrentado a elas, veremos mais *virtù* no povo que no príncipe; e se pensarmos em ambos irrefreados, veremos menos erros no povo que no príncipe, sendo tais erros menores e mais remediáveis.

Constata-se por esta citação que o povo demonstra ser mais sábio do que o príncipe em muitas situações. O fato de se apoiar no sensível e não ter a conhecimento intelectual do poder político não significa que é um mero assistente, como quer Nunes. Aceitar esta tese é concordar com as interpretações que creditam a Maquiavel a caracterização do povo como um ente coletivo passivo.

Por isso, compartilhamos da tese de Lefort. Segundo sua interpretação, o conhecimento da política para Maquiavel não se revela apenas através do conhecimento intelectual, mas também através do sensível. Lefort vê nos escritos maquiavelianos dois tipos de conhecimento da política: o do entendimento ou conhecimento intelectual, próprio da classe dominante, e outro tipo, próprio do povo, que é o conhecimento sensível e que se exerce na percepção e imaginação.¹⁶⁷ Segundo ele, o fato de o povo permanecer no campo do sensível, não o condena à ignorância.

167 Lefort assim escreve « Nous avons confirmation alors qu'il y a deux modes de connaissance: l'un qui relève de l'entendement et semble le propre des membres de la classe dominante, ou de ceux que tiennent d'elle leur autorité, l'autre qui est celui de la connaissance sensible et s'exerce dans la perception et l'imagination. Ce dernier appartient au peuple. Et, à remarquer qu'il est double, il faut convenir que l'même où le peuple n'est pas éclairé et mis en mesure de bien juger, grâce à la perception de ce qui lui est proche, il garde le pouvoir de diviner. Ce qu'il devine, c'est la faiblesse du pouvoir ; c'est, à Florence, celle du gouvernement de Soderini, à la veille de l'agression espagnole ; et à présent, peut-être, celle du gouvernement medici ; mais ce qu'il devine aussi, comme l'enseignait le dernier chapitre du Principe, c'est la force de celui que vient boluverser l'ordre établi. A tort l'on croirait donc que la masse fait défaut par lâcheté dans une crise ; elle sent le vide politique quand il n'y a personne pour inspirer confiance, mais elle sent aussi la piste nouvelle où s'est engagé un homme de *virtù*. Et celui-ci ne doit jamais désespérer de l'appui qui manquait au gouvernement de la veille. » (LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris : Gallimard, 1972, p. 525-526)

Uma das manifestações da sabedoria do povo no campo do sensível, segundo Maquiavel, é o fato de não se enganar nas coisas particulares mesmo que se engane nas coisas gerais.¹⁶⁸ É o que sugere esta passagem dos *Discursos*:¹⁶⁹

De modo geral, a plebe romana achava que merecia o consulado, porque era maioria na cidade, porque se expunha a maiores perigos na guerra, porque com seus braços mantinha a liberdade de Roma e a tornava poderosa. E parecendo-lhe razoável esse desejo, como dissemos, quis obter essa autoridade de qualquer modo. Mas, quando precisou julgar os seus homens nas particularidades, reconheceu a fraqueza deles e considerou que nenhum merecia aquilo que ela, em conjunto acreditava merecer. Assim, envergonhada deles, recorreu àqueles que o mereciam. (*grifo nosso*)

Se há verdadeiramente esta especificidade do conhecimento do povo com base nas aparências, na visibilidade, no imaginário, enfim no sensível, o príncipe não pode deixar de considerá-la ao se relacionar com o povo. Não observa o povo como pura exterioridade, sem ser afetado. Se o imaginário (sensível) é um elemento essencial do conhecimento que o povo tem da política, o príncipe é obrigado a ter uma imagem de acordo com a aspiração popular. Mas não somente isto. Deve ser capaz de alterá-la, se for necessário, sem despertar o ódio do povo. Adverse¹⁷⁰ observa que, na passagem já citada do capítulo XVIII de *O Príncipe* na qual se afirma “há somente o vulgo”, Maquiavel reconhece que o exercício do poder, “para ser verdadeiramente eficaz, precisa se submeter à avaliação, ao juízo dos súditos”. O povo, então, exerce poder, exerce influência e pressão sobre o príncipe. Como escreve Adverse¹⁷¹,

O ator político, o príncipe, se deseja ver suas aspirações realizadas, se vê obrigado a conformá-las às regras da visibilidade. O *popolo*, por outro lado, exige do ator que aparente determinadas qualidades para que seu próprio desejo seja satisfeito, o que nos permite concluir que não apenas o príncipe assegura seu domínio na e com a aparência, mas também o povo se constitui como tal a partir do estabelecimento dessa dimensão da visibilidade.

L. Vissing¹⁷², citado por Adverse, reforça a constatação da dependência do príncipe em relação ao povo ao afirmar:

¹⁶⁸ *Discursos*, p. 139.

¹⁶⁹ *Discursos*, Livro I, cap. 47, p. 139.

¹⁷⁰ ADVERSE, Helton. *Maquiavel : política e retórica*. São Paulo: Humanistas, 2009, p. 47.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 51.

¹⁷² *Ibidem*, p. 51.

O ilusionismo não é jamais apresentado unilateralmente como um técnica do poder para os governados, servindo para conduzi-los, puxando-os pelo nariz. É preciso manter algumas reservas frente às leituras incorretas dos textos. O parecer provém mais de uma demanda da parte da multidão. Se o príncipe dissimula suas virtudes politicamente eficazes, e expõe aquelas que não o são, é em função de uma exigência que lhe vem da planície. Não é o poder que estrutura os desejos da multidão, ao menos nunca a curto prazo. O desejo de ver o príncipe associado a tal virtude, ante do que a tal outra, tem antes o estatuto de uma lei natural, de um dado primeiro, constituindo por isso uma sólida ancoragem do político no religioso. (grifo nosso)

Mas considerar a imagem, a aparência do príncipe como fundamental na relação com o povo não é abrir caminho para a mentira, a falsidade, por parte do governante? Há uma relação de verdade entre o príncipe/governante e o povo? Ou somente a astúcia do príncipe/governante que pode enganá-lo?

Segundo Lefort, não se trata de descartar a astúcia do príncipe nesta relação.¹⁷³ Maquiavel mesmo a propõe como algo essencial para aquele que exerce o poder político. Mas, como se destacou, a astúcia do príncipe/governante se traduz em uma arte de vincular cada ação sua e cada imagem que suscita a uma boa imagem de sua pessoa. Tal exigência significa que deve regular a aparência e não, ao contrário, ser regulado por ela.

O príncipe é obrigado a manter uma boa imagem perante o povo, se quiser ter o seu apoio. Precisa evitar a sua degradação, pois, se isto acontecer, se deslegitima perante ele. É o que afirma Adverse¹⁷⁴, interpretando Maquiavel:

O cuidado na produção da imagem é..... necessário para aquele que deseja exercer e manter o poder. A insistência de Maquiavel em alertar o governante (sejam em uma república ou em um principado) de que é preciso conquistar a benevolência do povo expressa menos um *parti pris* político do que sua convicção de que o desprezo pelo juízo dos súditos e dos cidadãos é o caminho mais fácil para a ruína política.

Referir-se à necessidade de imagem é o mesmo que chamar a atenção para a necessidade de representação. O príncipe/governante é, pois, um ator. Como todo ator não

¹⁷³ Escreve Lefort: “Sans doute, Machiavel se contente-t-il d'abord d'observer que le prince doit fuir l' « infamie » des vices qui lui feraient perdre l'État, et ne pas craindre d'encourir celle qui lui est nécessaire à sa conservation. Mais l'usage répété de ce terme indique assez que la conduite du prince n'est pas dissociable de la représentation qu'en composent les autres. » (*Le travail de l'oeuvre Machiavel*, p. 404)

¹⁷⁴ ADVERSE, Helton. *Maquiavel : Política e Retórica*. São Paulo: Humanitas, 2009, p. 20.

tem independência total. Depende do julgamento dos espectadores. Como na cena de teatro, são os espectadores que decidem sobre o sucesso ou fracasso de um ator. Bignotto¹⁷⁵ afirma sobre esta questão:

O príncipe é prisioneiro do jogo de produção das imagens, ele mesmo só é príncipe porque os outros o representam como tal. Nesse jogo, pode apenas evitar que suas palavras ou gestos pareçam estar em contradição com a escala de valores tradicionais, que normalmente serve de guia para os julgamentos dos homens. Mas essa escala, sendo ela própria fruto da interação da tradição ética com o presente, não pode ser inteiramente conhecida por ninguém. Ao príncipe resta, então, proteger-se da imagem ruim e espera que sua imagem esteja de acordo com a que os homens fazem do bom príncipe.

Por isto, o príncipe/governante não tem total liberdade de enganar, de mentir ao povo. Deve responder ao que o povo espera dele para não perder sua legitimidade. Ou seja, o povo tem um papel ativo ao obrigá-lo a ter esta atitude. O povo não é um mero assistente, um desinteressado. Exerce verdadeiramente sua *virtù* se a entendemos como capacidade de criação, de transformação, na medida em que influencia no comportamento do governante.

Segundo Adverse¹⁷⁶ talvez o desinteresse que Maquiavel parece atribuir ao povo em determinadas passagens de suas obras não seja atribuível a ele, como autor, mas ao povo florentino. E os dirigentes florentinos não seriam os responsáveis por esta situação já que a qualidade de um povo se mede pelas instituições políticas? O povo, pois, tem interesse já que é a sua vida que está em jogo. Está atento às ações do príncipe/governante no que se refere à realização do seu desejo.

Admitindo-se que o governante precisa satisfazer o desejo do povo, ele não tem domínio completo sobre seus atos. O exercício do poder político não se reduz exclusivamente à coerção sobre os súditos. Exige assentimento. O governante está sujeito, pois, ao assentimento do povo. O problema do poder político é um problema de reconhecimento e este “repousa sobre uma forma de persuasão conseguida através da imagem.”¹⁷⁷ Imagem esta que não está desvinculada de ações reais a favor do povo¹⁷⁸ mesmo admitindo, como já vimos,

¹⁷⁵ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. P. 139-140.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 53.

¹⁷⁷ *Maquiavel. Política e retórica*. P. 61.

¹⁷⁸ No capítulo 32 do primeiro livro dos *Discursos*, p. 101, Maquiavel escreve que para ganhar a afeição do povo é necessário também assisti-lo nas suas necessidades. Condena a efetivação da assistência somente em momentos que o Estado corre perigo como na situação em que é ameaçado por inimigo externo. O povo achará que os benefícios concedidos se devem ao inimigo e quando, cessadas as hostilidades, estes serão retirados. A mesma exigência constatamos em capítulos do *O Príncipe*. No capítulo XIX, p. 90, lemos: “Os estados organizados e os príncipes sábios têm aplicado toda diligência tanto em não exasperar os grandes como em satisfazer o povo e fazê-lo contente, porque esta é uma das principais funções que cabem a um príncipe.” No

que o desejo popular nunca poderá ser realizado plenamente. Percebe-se que a ação daquele que governa está longe de se caracterizar por uma autonomia absoluta. Ela depende de um desejo popular que constantemente se traduz em *virtù* e sobre o qual não tem domínio completo.¹⁷⁹

Não se pode aceitar, portanto, a imagem de um príncipe como um grande homem que dominaria soberanamente a sociedade e a história premeditando ação contra um povo que por natureza seria mau e ignorante. A ação do governante não se dá fora da relação com o povo. Como afirma Merleau-Ponty em suas *Notas sobre Maquiavel*: há uma troca recíproca entre o príncipe e o povo. O comportamento do povo deriva do tipo de relação que o príncipe é capaz de efetivar com ele. Ainda segundo Merleau-Ponty é impossível conferir ao povo uma natureza que o detentor do poder pudesse conhecer do exterior para alterá-lo como bem lhe aprouvesse. Tudo depende do tipo de relação que pode se instaurar entre eles.

As citações a seguir, de Merleau-Ponty, expressam bem essas idéias:

Colocando o conflito e a luta na origem do poder social, (Maquiavel) não quis dizer que fosse impossível o acordo; quis salientar a condição de um poder que não seja mistificante, e que é a participação numa situação em comum.¹⁸⁰

Há uma maneira de afirmar-se que quer suprimir o outro – e que torna escravo dele. E há com o outro uma relação de consulta e de troca que não é a morte, mas o próprio ato do eu. A ferocidade das origens é ultrapassada quando, entre um e outro, estabelece-se o vínculo da obra e da sorte comuns. Então o indivíduo se beneficia das próprias dádivas que fez ao poder, há troca entre eles.¹⁸¹

Se necessariamente há este intercâmbio, podemos retomar o conceito de *virtù* e afirmar que tanto a *virtù* do povo como a do príncipe só pode ser entendida nesta relação. Se a

capítulo X, p. 50, Maquiavel usa o exemplo de cidades da Alemanha para enfatizar esta necessidade. Escreve ele “As cidades da Alemanha são muito livres, têm território pequeno obedecem quando querem ao imperador e não temem nem a ele nem a outros poderosos que estejam ao redor, pois são de tal maneira fortificadas, que todos percebem como deve ser extenuante e difícil expugná-las. Todas possuem fossos e muros adequados, têm artilharia suficiente; têm sempre bebidas, alimentos e combustíveis nos depósitos públicos para o prazo de um ano. Além disso, para manter a plebe alimentada sem prejuízo para a coletividade, têm sempre na comuna trabalhos para lhes dar durante um ano, naquelas atividades que são o nervo e a vida da cidade, e com os quais a plebe subsiste”.

¹⁷⁹ Todas estas considerações atestam porque Maquiavel se diferencia dos humanistas que o precederam imediatamente. Ele não eleva o príncipe/governante ao status de sábio, pois o saber deste nunca será um saber absoluto sobre as suas ações.

¹⁸⁰ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Notas sobre Maquiavel*. In: *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 242

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 241

virtù, como já dissemos, se revela como capacidade de criar, de mudar, uma das formas de sua manifestação ocorre justamente na sua relação com o governante, pois o influencia nas suas ações.

4. VIRTÙ POPULAR, SERVIÇO MILITAR E RELIGIÃO

O poder político não se mantém somente pela força, pela violência bruta. Para Maquiavel a violência pura só pode ser episódica, conforme exigências da situação, pois a sua permanência acarreta a revolta e o desprezo.

O poder político está, como já se observou no capítulo 3, constantemente sujeito à contestação. Não há, portanto, poder absoluto. Sua manutenção, seja em uma república, seja em um principado, exige bases de sustentação. Já vimos que o conjunto das leis e instituições é uma delas. Outras duas bases importantíssimas são a religião e o exercício militar. Não exatamente por elas mesmas, mas sim porque, assim como as ordenações, colaboram para fortalecer a *virtù* do povo e esta gera efeitos que possibilitam a manutenção do regime político. Afinal, para Maquiavel, nenhum regime subsiste apenas pela *virtù* isolada do governante.

4.1 Religião e virtù do povo

Em seus escritos, Maquiavel atribui à religião uma função prática: essencialmente aprimorar a *virtù* do cidadão e do povo para que tenham amor à pátria, às leis e instituições. O destaque é dado ao seu papel político. Afirma nos *Discursos*:¹⁸²

E, embora pareça que o mundo se efeminou e o Céu se desarmou, na verdade isso provém mais da covardia dos homens, que interpretaram a nossa religião segundo o ócio, e não segundo a *virtù*. Porque, se eles considerassem que a religião permite a exaltação e a defesa da pátria, veriam que ela quer que a amemos e honremos, preparando-nos para sermos tais que a possamos defender.

Dividiremos a nossa análise sobre a religião em Maquiavel em duas partes: a) a vivência religiosa na religião dos antigos e na cristã e b) a função da religião para o governante.

4.1.1 A vivência religiosa na religião dos antigos e na cristã

A religião para Maquiavel pode fornecer elementos que fortalecem a *virtù* do povo. Mas para isso é necessário que traga consigo o elemento potência, constituinte essencial da

¹⁸² *Discursos*, livro 2, cap. 2, p. 190.

virtù tanto do príncipe como do povo. Entende-se, pois, o motivo pelo qual Maquiavel elogia tanto a religião dos antigos e por que critica tão veementemente a religião do seu tempo. No livro 2, capítulo 2 dos *Discursos*¹⁸³, indica as diferenças entre uma e outra.

Segundo ele,¹⁸⁴ a religião dos antigos favorecia a *virtù* política do povo. Afinal, suas cerimônias eram marcadas pelo mundano. O sangue corria abundantemente pelo sacrifício dos animais, causando grande impressão aos participantes. Consagravam-se não os fracos e humildes, mas os que realizaram grandes feitos mundanos como a defesa da pátria. Estes, apresentando-se como exemplos de dedicação cívica, faziam com que o povo intensificasse o seu amor à pátria. Por isto, para Maquiavel, a religião dos antigos tornava os homens fortes e com grandeza de ânimo, dando mais qualidade a *virtù* do povo.

Esta vivência era bem diferente da encontrada no cristianismo. Segundo Maquiavel, a religião do seu tempo desprezava as coisas mundanas, incluído o amor à pátria. A valorização do "suportar" mais que do fazer tornava os homens fracos, facilitando sua dominação pelos dos tiranos. Escreve Maquiavel¹⁸⁵

E, se nossa religião exige que tenhamos força é mais para suportar a força de certas ações do que para realizá-las. Esse modo de viver, portanto, parece que enfraqueceu o mundo, que se tornou presa dos homens celerados; e estes podem manejá-lo com segurança, ao verem que o comum dos homens, para ir ao Paraíso, pensa mais em suportar as suas ofensas que em vingar-se.

A religião da época de Maquiavel ao jogar a punição e a recompensa para um mundo espiritual após a morte, influenciava também de forma negativa a ação política. Não se pode negar que a punição pós-morte seja um elemento positivo para incentivar a obediência às leis.

¹⁸³ Escreve Maquiavel: "Pensando, portanto, nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve à mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre a nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre a nossa religião e a antiga. Porque a nossa religião, por mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, leva-nos a estimar menos as honras mundanas, motivo por que os gentios, que as estimavam muito e viam nelas o sumo bem, eram mais ferozes em suas ações. E isso se pode ver em muitos de seus usos a começar pela magnificência dos sacrifícios pagãos e em relação à humildade dos nossos, pois entre nós há alguma pompa mais delicada que magnífica, mas nenhuma ação feroz ou vigorosa. Naqueles não faltavam pompa nem magnificências às cerimônias, às quais se somava a ação do sacrifício cheio de sangue e ferocidade, em que se matava uma multidão de animais, e cuja visão terrível tornava terríveis também os homens. A religião antiga, além disso, só beatificava homens que se cobrissem de glória mundana, tais como os comandantes de exércitos e os príncipes de repúblicas. A nossa religião tem glorificado os homens mais humildes e contemplativos do que os ativos. Além disso, vê como sumo bem a humildade, a abjeção e o desprezo pelas coisas humanas, enquanto para a outra o bem estava na grandeza de ânimo, na força do corpo e em todas as outras coisas capazes de tornar fortes os homens." (p. 189-190)

¹⁸⁴ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Tese de doutorado defendida em 2000. Disponível em: < <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000276981>>, p. 201-202. Acesso em 13 de março de 2011.

¹⁸⁵ *Discursos*, livro 2, cap. 2, p. 190.

Mas no cristianismo há a idéia do perdão. Sempre há a possibilidade de ser perdoado, desde que o crente peça perdão a Deus através dos padres, seus intermediários. Se assim é, os homens podem cometer os maiores erros e mesmo assim ser perdoados. Com o tempo não se temeria tanto a punição divina, já que sempre é possível obter o perdão de Deus. Isso seria prejudicial à vida cívica, à obediência às leis e ao amor à pátria.

No entanto, a religião para Maquiavel, como já se destacou, deveria ser julgada em relação a um fim que não devia ser religioso, mas sim político, que era a dedicação ao bem comum expresso de forma mais elevada através do amor à pátria. A religião deveria ser avaliada pela sua eficácia em conduzir a esse objetivo.

Segundo Maquiavel, para a religião cristã ter a mesma eficácia da religião antiga precisaria ser regenerada. Como regenerá-la?

Para conseguir a regeneração, segundo Maquiavel, a religião deve seguir o mesmo caminho dos regimes políticos. Precisa retornar aos seus princípios, às suas origens. Assim escreve:

E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios. Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram.¹⁸⁶ (*grifo nosso*)

Quanto às seitas, percebe-se que essas renovações também são necessárias pelo exemplo da nossa religião, que, se não fosse levada de volta ao seu princípio por São Francisco e São Domingos, já se teria extinguido. Porque eles, com a pobreza e com o exemplo da vida de Cristo, levaram-na de volta à mente dos homens, onde já estava extinta: e é por serem tão fortes as novas ordenações que a desonestidade dos prelados e dos pontífices religiosos não a arruinam;...¹⁸⁷ (*grifo nosso*)

A volta ao princípio significa o resgate de uma *virtù* semelhante àquela que caracterizou a religião antiga. Mas como será possível, se o cristianismo historicamente desenvolveu um esforço descomunal para extinguir tudo o que lembrava essa antiga *virtù*?

¹⁸⁶ *Discursos*, livro III, cap. 1, p. 305.

¹⁸⁷ *Discursos*, livro III, cap. 1, p. 309.

Segundo Maquiavel, o cristianismo, como toda seita religiosa busca extinguir a que se lhe opõe para ganhar reputação. Nas suas palavras:¹⁸⁸

Quando surge uma seita nova, ou seja, uma religião nova, seu primeiro empenho é extinguir a antiga para ganhar reputação; e, quando ocorre que os ordenadores da nova seita são de língua diferente, facilmente a extingue. E isso podemos perceber considerando o modo como os da seita cristã se opuseram à pagã, eliminando todas as suas ordenações, todas as suas cerimônias e apagando qualquer memória daquela antiga teologia.

Atribuindo esta ação também ao cristianismo, Maquiavel o coloca no mesmo nível das outras religiões. É uma criação humana que em determinado momento surge na história. Poderia ter desaparecido como outras religiões, se outra mais forte o tivesse superado. Se assim é, pode-se compará-lo com outras denominações religiosas e concluir sobre as suas virtudes e sobre os seus defeitos. É isto que se propõe Maquiavel ao elogiar os valores da religião dos antigos. Estes eram superiores aos do cristianismo e poderiam servir de inspiração para a sua regeneração de tal forma que os cidadãos, o povo, pudessem ter uma *virtù* semelhante àquela construída pela religião dos antigos.

4.1.2 A função da religião para o governante

Maquiavel se refere à religião como um instrumento que pode facilitar a criação e a conservação do Estado. O governante, seja quem for, pode valer-se do temor do castigo divino para induzir os súditos ou cidadãos a respeitar as leis civis tanto quanto os mandamentos de Deus.

O resgate do papel da religião na vida cívica como elemento político é introduzido por Maquiavel já no primeiro livro dos *Discursos*¹⁸⁹ quando, remontando à experiência religiosa na Roma antiga, faz referências à sucessão de Rômulo por Numa.

Embora Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele, como se filha fosse, o nascimento e a educação que teve, os céus, julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer

¹⁸⁸ *Discursos*, livro II, cap. 5, p. 201.

¹⁸⁹ *Discursos*, p. 48 e 49.

fossem ordenadas por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se.

A religião proporciona ao governante o máximo de benefícios quando seus preceitos induzem à identificação entre “bons cidadãos” e “homens bons”.

Maquiavel recorda nos *Discursos* como esses recursos eram usados na Roma antiga. Um dos mais importantes e eficazes é o juramento. Sobre este expediente lemos nos *Discursos*¹⁹⁰:

E quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muitos dos romanos de *per si* verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens, como se vê claramente dos exemplos de Cipião e de Mânlio Torquato. Porque, depois da derrota infligida por Aníbal aos romanos em Canas, muitos cidadãos se haviam reunido e, desacoroçoados com a pátria, combinaram abandonar a Itália e ir para a Sicília; Cipião ao saber disso, foi ter com eles e, de espada em punho, obrigou-os a jurar que não abandonariam a pátria. Lúcio Mânlio, pai de Tito Mânlio, que depois foi chamado Torquato, fora acusado por Marcos Pomponio, tribuno da plebe, e, antes de chegar o dia do julgamento, Tito foi ter com Marcos e, ameaçando matá-lo se ele não jurasse que retiraria a acusação feita a seu pai, obrigou-o a jurar; e aquele, tendo jurado por medo, retirou a acusação. E, assim, aqueles cidadãos que não eram retidos na Itália pelo amor à pátria e por suas leis, foram ali retidos por um juramento que foram obrigados a fazer; e aquele tribuno deixou de lado o ódio que sentia pelo pai, a injúria que lhe fizera o filho e a sua honra, para cumprir o juramento feito, o que adveio tão-somente daquela religião que Numa introduzira naquela cidade.

A religião se traduz em estabilidade para o governante que a utiliza como mediadora no gerenciamento dos conflitos entre os segmentos sociais que atuam no campo político. A este respeito, escreve Negri¹⁹¹:

¹⁹⁰ Livro I, cap. 11, p. 49.

¹⁹¹ NEGRI, Antonio. *O poder constituinte*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2002, p. 97

Antes de mais nada, a religião é apresentada como elemento comum, como atmosfera agregadora dentro da qual pode ocorrer a desunião, mas será sempre através do liame religioso que esta atingirá uma dimensão positiva.

Sem ela haveria o perigo de tentar se valer somente da coação violenta e, como já se observou, para Maquiavel é impossível um regime se sustentar com o uso da pura violência. Como afirma Bignotto¹⁹²,

a dimensão simbólica da religião é essencial, à medida que dá profundidade e estabilidade a um poder que, na ausência de mediações, se destruiria no exercício da pura violência.

O governante não podendo se sustentar só pela violência, precisa fazer uso de mecanismos de persuasão. Tem na religião, desde que usada adequadamente, um mecanismo com grande poder persuasivo para que o povo colabore para a sustentação do poder político através do respeito às leis e instituições. De fato, nenhum Estado pode se manter somente com a *virtù* do governante mesmo que seja excepcional.¹⁹³ É necessária a *virtù* do povo.

O par da persuasão é o consentimento. Pelo fato de estar convencido, o povo consente e desempenha determinada ação e desta forma pode manifestar sua *virtù* enquanto ação criadora, de transformação. O governante, apresentando-se como alguém que mantém contato com Deus, faz com que sua palavra e ações tenham força imperativa, pois a ordem que quer introduzir tem o aval de um Deus.¹⁹⁴ O governante apresenta-se assim na imagem de um intermediário entre Deus e os homens com grande poder de persuasão e convencimento.

Não importa se faz uso da religião independentemente do critério de verdade-falsidade. Para Maquiavel, o governante pode inventar fatos religiosos. A sua preocupação deve ser com o seu uso adequado ou inadequado para atingir o objetivo maior que é a segurança do Estado, o amor à pátria, às leis e instituições. No capítulo XIII do livro 1¹⁹⁵ dos *Discursos* encontramos um exemplo. Comandantes do exército romano em uma batalha difícil contra a cidade de Veios, que já estava sitiada por um longo tempo, inventaram um contato com deuses que supostamente vaticinaram que, se os soldados suportassem o fastidioso assédio, teriam a vitória. Assim escreve Maquiavel sobre este acontecimento:

¹⁹² *Maquiavel Republicano*, p. 199.

¹⁹³ Sobre esta questão assim escreve Maquiavel: “Além disso, ainda que um só seja capaz de ordenar, a coisa ordenada não durará muito se repousar sobre os ombros de um só, mas apenas quando for entregue aos cuidados de muitos, e a muitos couber mantê-la” (*Discursos*, Livro I, cap. 9, p. 42)

¹⁹⁴ ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e retórica*, P. 94.

¹⁹⁵ p. 57.

Vê-se também como, na expugnação da cidade de Veios, os capitães dos exércitos se valiam da religião para manter seus homens dispostos às empresas; pois, como o lago albano estivesse surpreendentemente cheio naquele ano, e os soldados romanos estivessem enfadados com o longo assédio, querendo voltar para Roma, os romanos inventaram que Apolo e alguns outros vaticínios diziam que naquele ano expugnaria a cidade de Veios, desde que se vazasse o lago Albano: e isso fez que os soldados suportassem o fastio do assédio, dominados que estavam pela esperança de expugnar a cidade; e prosseguiram contentes, até que Camilo, tornando-se ditador, expugnou a cidade, depois de dez anos de sítio. E assim a religião, bem usada, serviu à expugnação daquela cidade e à restituição do tribunado à nobreza; pois, sem esse meio, dificilmente se teria chegado a qualquer dessas coisas.

Mas deve-se atentar à condição expressa no final da passagem acima. É necessário que a religião seja bem usada.

Quais as condições para o seu bom uso? Uma das condições é a manutenção dos ritos e cerimônias tradicionais. Apesar de a religião ser criação humana, ela não pode ser fabricada a bel prazer pela classe dirigente. Há que se respeitar a tradição religiosa, pois ela guarda elementos que estimulam a *virtù* do governante e do povo. Escreve Maquiavel:¹⁹⁶

Os príncipes ou as repúblicas que queiram manter-se incorruptos devem, acima de tudo, manter incorruptas as cerimônias de sua religião e venerá-las sempre; porque não pode haver maior indício da ruína de um estado do que o desprezo pelo culto divino.

Os príncipes duma república ou dum reino,..., devem conservar os fundamentos de religião que professam; e, feito isso, ser-lhes-á mais fácil manter religiosa e, por conseguinte, boa e unida a sua república.¹⁹⁷

E por que favorece? Segundo Fornazieri porque o seu princípio guarda semelhança com o da política. Segundo este autor,¹⁹⁸

¹⁹⁶ *Discursos*, livro primeiro, cap. 12, p. 52.

¹⁹⁷ *Discursos*, livro primeiro, cap. 12, p. 53.

¹⁹⁸ FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o Bom governo*. Tese de doutorado defendida em 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-140157/pt-br.php>>. Acesso em 13 de abril de 2011.

A força integradora, normativa, ordenadora e organizacional das religiões, que se expressa nos seus valores, ritos, símbolos e linguagem, se funda, quase sempre, no mesmo princípio que funda o poder político: o temor e a esperança. Tal como o poder político, esta força das religiões não permanece apenas condicionada ao seu fundamento, mas se projeta e se enraíza na consciência ética e moral do povo. Desta forma, a religião constitui um ordenamento moral pré-normativo e pré-estatal, tanto no sentido histórico, quanto no sentido lógico.

Mas há outra condição. A manipulação da religião deve visar a um bem coletivo. Quando a religião é usada para servir aos interesses individuais do governante ou dos poderosos abre-se o caminho para a destruição das instituições religiosas, da fé religiosa do povo. E ilude-se o governante que acha que pode enganar o povo por muito tempo. Este acaba percebendo e, se não resistir à efetivação de interesses particulares e salvaguardar o interesse coletivo, desacredita definitivamente da religião, abrindo caminho para a desobediência às leis e o desrespeito às instituições.

Maquiavel nos apresenta um exemplo nos *Discursos* de uso da religião a favor de interesses particulares. Neste caso o povo, descobrindo a fraude, enveredou pelo caminho da descrença nas instituições religiosas, o que gerou o enfraquecimento da *virtù* popular e conseqüentemente o desrespeito às instituições políticas.¹⁹⁹

Como estes (os sacerdotes) depois começaram a falar de acordo com o que queriam os poderosos, e como tal falsidade foi descoberta pelos povos, os homens se tornaram incrédulos e propensos a perturbar todas as boas ordens.

Maquiavel aponta em seu tempo um erro semelhante: o uso político da religião não para um bem comum terreno, como a união das cidades italianas, mas para o favorecimento de interesses particulares de dominação. Por isso não somente Florença, mas toda a Itália teria perdido a devoção e, conseqüentemente a *virtù*, que é a base de sustentação de toda vida cívica. Escreve Maquiavel:²⁰⁰

E, como muitos são de opinião que o bem-estar das cidades da Itália provém da Igreja romana, quero expor as razões que me ocorrem para contrariar tal opinião, alegarei duas fortíssimas razões às quais, parece-me, ninguém se oporá. A primeira é que, pelos maus exemplos daquela corte, a Itália perdeu

¹⁹⁹ *Discursos*, p. 53.

²⁰⁰ *Discursos*, Livro I, cap. 12, p. 54.

toda devoção e toda religião, o que acarreta infinitos inconvenientes e infinitas desordens; porque, assim como se pressupõe todo bem onde há religião, pressupõe-se o contrário onde ela falta. Portanto, nós, italianos, temos para com a Igreja e os padres essa primeira dívida, que é a de nos termos tornado sem religião e maus; mas temos ainda outra dívida, e maior, que é a segunda razão da nossa ruína. É e que a igreja manteve e mantém esta terra dividida. E, realmente, terra alguma jamais foi unida ou feliz, a não ser quando inteiramente submetida a uma só república ou a um só príncipe, como ocorreu com a França e com a Espanha. (grifo nosso)

4.2 A virtù do povo e o serviço militar

Segundo Maquiavel, é defendendo a pátria contra os inimigos externos que o povo atinge o maior grau de participação, de fortalecimento da sua *virtù*. Para ele a guerra é de uma importância ímpar, pois expressa a participação do povo da forma mais radical possível. É um momento ímpar de manifestação da sua *virtù* enquanto potência.

O problema militar foi uma das grandes preocupações de Maquiavel desde 1500 na cidade de Florença quando participando dos combates para a retomada de Pisa durante o governo republicano de Soderini constatou uma grande indisciplina em decorrência do uso de tropas mercenárias. Dessa indisciplina resultaram derrotas humilhantes.

Najemy²⁰¹ nos lembra este fato ao escrever:

O objetivo principal de Soderini foi a retomada da Pisa. Tão importante foi que em 1503-4 a Signoria tinha a parede ocidental da nova "sala grande" do conselho decorada com pinturas representando vitórias militares dos florentinos com o objetivo de inspirar a república na guerra contra Pisa. Ele designou Leonardo da Vinci para pintar a Batalha de Anghiari... e Michelangelo para representar a Batalha de Cascina... "(Infelizmente, Leonardo deixou a sua cena incompleta, Michelangelo só fez o esboço, e ambos os artistas deixaram Florença em 1506.) Mas por vários anos a guerra se tornou um triste fracasso para Florença. Parte do problema foi uma

201 Soderini's major objective was the recapture of Pisa. So important was it that in 1503-4 the Signoria had the west wall of the council's new "sala grande" decorated with paintings of Florentine military triumphs that were meant to inspire the republic in the war for Pisa. It commissioned Leonardo da Vinci to paint the Battle of Anghiari and Michelangelo to depict the Battle of Cascina " (Unfortunately, Leonardo left his scene incomplete, Michelangelo only got as far as doing the cartoon, and both artists left Florence in 1506.) But for several years the war was a dismal failure for Florence. Part of the problem was a complex command structure involving professional soldiers and Florentine civilians. (NAJEMY, John M. A History of Florence 1200-1575. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 410)

estrutura de comando complexa que implicava soldados profissionais e civis florentinos. (grifo nosso)

Esta experiência levou Maquiavel a pensar nas possibilidades de se criar um tipo diferente de exército e uma estrutura de comando não mais vinculada ao mercenário.

Novamente citando Najemy²⁰² :

O problema maior, como os eventos de 1505 demonstraram, foi a falibilidade dos capitães e *condottieri* que podiam, e muitas vezes faziam, escolher e abandonar o campo de batalha quando lhes conviessem. Maquiavel, observando tudo isso como segundo chanceler em negócios do Estado e secretário dos Dieci, começou a ponderar a possibilidade de uma espécie diferente de estrutura de exército e de comando. (grifo nosso)

Maquiavel tinha a convicção de que o interesse dos *condottieri* e suas tropas era apenas o dinheiro e isto explicava porque combatiam tão mal. Nas suas palavras:²⁰³

A razão disto é que não têm outra paixão nem razão que as mantenha em campo senão um pequeno soldo, que todavia não é suficiente para motivá-las a morrer por ti.

O interesse pelo dinheiro explica também porque o condottiero procurava poupar seus soldados. Eles eram seu capital ativo e para evitar que morressem preferia as guerras de manobra. Maquiavel faz comentários irônicos sobre essas batalhas sem mortes, como a de Zagonara. Segundo Maquiavel, nesta batalha “celebrada por toda Itália, não morreu ninguém a não ser Ludovico degli Obizzi juntamente com dois outros seus, os quais, caídos do cavalo afundaram no lodo.”²⁰⁴

Nesta situação próxima do desastre, Soderini autorizou Maquiavel a organizar uma milícia popular, apesar da oposição dos *ottimati*. Para eles a idéia de armar camponeses era uma faca de dois gumes, pois poderiam com o tempo, voltando-se contra a classe dirigente, tornar-se um instrumento de retorno dos Médici ao poder. Isso poria fim ao regime

²⁰² The biggest problem, as the events of 1505 were to demonstrate, was the unreliability of captains and condottieri who could, and often did, pick up and leave when it suited them. Machiavelli, observing all this as second chancellor for dominion affairs and secretary to the Dieci, began to ponder the possibilities of a different kind of army and command structure. (*Ibidem*, p. 410)

²⁰³ *O Príncipe*, cap. 12, p. 58.

²⁰⁴ *História de Florença*, Livro IV, cap. 6, p. 229.

republicano. Receavam também a possibilidade de Soderini se valer deste exército para o estabelecimento de uma tirania.

Mas em fevereiro de 1506 veio a autorização.²⁰⁵

Em dezembro Soderini decidiu fazer um teste e autorizou Maquiavel iniciar o recrutamento de tropas em Mugello e Casentino. Quando, em 15 de fevereiro de 1506, Maquiavel reuniu 400 de seus novos recrutas na praça Signoria, Luca Landucci escreveu que "se considerou que era a melhor coisa já organizada pela cidade de Florença."

E dezembro do mesmo ano, apesar da oposição dos *ottimati*, foi oficialmente instituída através de uma lei escrita pelo próprio Maquiavel.²⁰⁶

Apesar dos protestos, a milícia foi oficialmente instituída em dezembro de 1506 com uma lei (escrita por Maquiavel) que a colocou sob a autoridade de novo conselho civil, os Nove, no tempo de paz e sob a autoridade dos Dieci no tempo da guerra. Maquiavel tornou-se o chanceler dos Nove e ocupou o cargo (com outros dois) até 1512. A milícia era uma força permanente, mas não profissional: os soldados preparados em tempo de paz eram chamados para a ação quando fosse necessário e caso contrário permaneciam civis.

A ação desta milícia apesar de, nesse contexto específico de guerra, não ter sido o fator determinante na vitória contra Pisa, que se rendeu em 1509, colaborou, contudo, para que isto acontecesse. Neste momento o prestígio de Maquiavel e a idéia de uma milícia popular estiveram em alta. Mas não durou muito tempo. Veio a derrota de 1512 que a sepultou definitivamente.

Maquiavel não desistiu, contudo. Segundo Bignotto²⁰⁷ estava cada vez mais convencido de que a fundação e conservação de uma república (e podemos afirmar de qualquer regime) depende também das estratégias para a sua defesa.

²⁰⁵ In December Soderini decided to test the waters and authorized Machiavelli to begin recruiting troops in the Mugello and Casentino. When, on February 15, 1506, Machiavelli mustered 400 of his new recruits in piazza Signoria, Luca Landucci wrote that "it was thought to be the finest thing ever organized by the city of Florence. (Ibidem, p. 411)

²⁰⁶ Over the protests, the militia was officially instituted in December 1506 with a law (written by Machiavelli) that placed it under a new civilian board, the Nine, in peacetime and under the Dieci in time of war. Machiavelli became the Nine's chancellor and held the post (with his other two) until 1512. The militia was a permanent, but not a professional, force: soldiers trained in peacetime were called into action as needed and otherwise remained civilians. (Ibidem, p. 412)

²⁰⁷ *Maquiavel Republicano*, p. 156.

O processo de fundação e conservação de uma república não é independente da escolha de sua estratégia de defesa. A estabilidade de um regime espelha a capacidade de preparar a guerra. Sua legitimidade não decorre, portanto, somente da representatividade e constância de suas instituições, mas também do fato que ele é capaz de resolver o conflito de classes de maneira a tornar possível a conquista e a resistência.

Na sua obra *O Príncipe*²⁰⁸, no capítulo XII, já apresentava esta idéia relacionando a fragilidade e divisão da Itália com o costume de se valer de tropas mercenárias para a sua defesa.

Temos de entender, portanto, como nestes últimos tempos, desde que o Império começou a ser repellido da Itália e o papa adquiriu maior reputação na esfera temporal, dividiu-se a Itália em maior número de estados. Isto ocorreu porque muitas das grandes cidades tomaram armas contra seus nobres, os quais, favorecidos pelos imperadores, antes as mantinham oprimidas, a Igreja as ajudava para aumentar sua reputação na esfera temporal; ao mesmo tempo, em muitas outras cidades, certos cidadãos se fizeram príncipes. A partir daí, tendo a Itália caído quase inteiramente em mão da Igreja e de algumas repúblicas, e sendo os padres e aqueles outros cidadãos pouco habituados ao manejo de armas, começou-se a contratar estrangeiros a soldo. O primeiro que granjeou reputação nessas milícias foi Alberigo da Colonio, da Romanha. Da sua disciplina descendem, entre outros, Braccio e Sforza, que, no seu tempo, foram árbitros da Itália. Depois destes, vieram todos os outros que até nossos dias têm comandado essas armas. O resultado de sua *virtù* foi a Itália ter sido invadida por Carlos, pilhada por Luís, violentada por Fernando e vilipendiada pelos suíços.

Maquiavel, no *Príncipe*, reforça esta visão quando afirma no capítulo XIII:²⁰⁹

sem armas próprias nenhum principado estará seguro; aliás, estará inteiramente à mercê da fortuna, não havendo virtú que confiavelmente o defenda na adversidade.

A criação de uma milícia popular implica para Maquiavel em uma organização na qual a infantaria assume um papel principal. Esta posição se contrapõe à dominante na sua época

²⁰⁸ *O Príncipe*, p. 61.

²⁰⁹ P. 66.

segundo a qual a artilharia era a força determinante em um exército. Expressava a modernidade contra o atraso e insuficiência da infantaria.

Mas interpretar-se-á mal Maquiavel se houver o entendimento de que esta sua posição expressa apenas uma questão técnica. Segundo Ames²¹⁰

A maneira como Maquiavel se aproxima dos problemas militares não é a de um técnico que descreve as particularidades da organização e tática militares. Ele observou o papel decisivo que a atividade militar exerce na política e concluiu disso que um Estado garante sua existência e grandeza somente se o poder militar cumpre sua função no poder político: “um Estado só pode fundar sua segurança nos seus próprios exércitos”, diz ele na *Arte da Guerra*. Este modo de refletir o tema está presente não apenas neste livro, mas também nas demais obras políticas. No *Príncipe*, por exemplo, afirma: “Deve, portanto, um príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina”. Nos *Discursos*, ao termo de sua análise em torno da relação entre a organização militar romana e a elevação de Roma à potência mundial, conclui: “O fundamento de todos os Estados está na boa milícia.

Para Maquiavel a questão militar não pode se descolar de forma nenhuma da questão política. E sobre esta questão da relação entre política e serviço militar, Adverse²¹¹ comenta na sua apresentação da obra maquiaveliana *A arte da Guerra*:

Vida militar e vida política são identificadas no pensamento maquiaveliano, e para provar essa afirmação, bastaria lembrar que com freqüência nos escritos de Maquiavel, especialmente nos *Discursos*, o cidadão mais virtuoso é também o melhor guerreiro..... O que explica esse poder das armas é o fato de elas constituírem a possibilidade privilegiada de participação na vida pública para os cidadãos. Não é difícil ver que Maquiavel está criticando os dirigentes florentinos por suas posições aristocráticas. Embora o medo que eles tinham de armar os cidadãos pudesse ter um matiz patriótica (alguém poderia se servir da milícia para tornar-se tirano), esse mesmo medo afastava da vida pública os cidadãos, os quais raramente encontram melhor oportunidade para exercer sua cidadania do que a guerra. Mas por que a guerra ? Porque nela está em jogo a conservação do corpo político e, por isso,

²¹⁰ AMES, José Luiz. *A função do poder militar na vida política segundo Maquiavel*, Revista *Ética & Filosofia Política* (Volume 8, Número 1, junho/2005). Disponível em:

<http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/8_1_joseluiz.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

²¹¹ Apresentação da Edição brasileira da “*Arte da Guerra*” de Maquiavel, Edição Martins Fontes, 2006, p. XIV.

guerrear é uma maneira de refazer o laço político, repetindo o gesto inaugural da fundação. (grifo nosso)

Não nega a importância da artilharia e nem da cavalaria, mas percebe que é combatendo na Infantaria que o povo expressa melhor a sua *virtù*. Citando Ames²¹²

Ela “é útil para um exército quando com ela vai mesclada a antiga *virtù*, mas sem esta e contra um exército virtuoso resultará totalmente inútil”(Discursos, II, 18). Igualmente, se é preciso “estimar mais a infantaria do que a cavalaria” (Discursos, II, 18), não é porque “os cavalos são desnecessários num exército” e sim porque é preciso compreender que “o fundamento e o nervo do exército, e o que mais deve ser estimado, é a infantaria” (Discursos, II, 18) uma vez que esta expõe de modo mais preciso o que é decisivo numa guerra: a *virtù* dos combatentes.

A guerra é uma ocasião ímpar para a manifestação da *virtù* do cidadão e do povo. Não é sem razão, portanto, que Maquiavel coloca o soldado como modelo de *virtù* para o cidadão.

Escreve no prólogo de sua *A Arte da Guerra*²¹³

E se em qualquer outra ordenação das cidades e dos reinos tudo se diligenciava para manter os homens fiéis, pacíficos e cheios do temor a Deus, na milícia diligenciava-se em dobro, porque em qual homem deve a pátria buscar maior fé do que naquele que precisa prometer-lhe morrer por ela? Em qual homem deve haver mais amor pela paz do que naquele que somente pela guerra pode ser ofendido? Em qual deve haver mais temor a Deus do que naquele que a cada dia, submetendo-se a infinitos perigos, tem mais precisão de sua ajuda? Como essa necessidade era bem considerada tanto por aqueles que legislavam nos impérios, quanto por aqueles que se dedicavam aos exercícios militares, a vida dos soldados era louvada e com grande empenho seguida e imitada pelos outros homens.

De uma forma geral pode-se afirmar que para o filósofo florentino nenhuma mudança na técnica será capaz de gerar mudanças no papel da *virtù* na condução dos negócios públicos.

²¹² AMES, José Luiz. *A função do poder militar na vida política segundo Maquiavel*, Revista Ética & Filosofia Política (Volume 8, Número 1, junho/2005).

Disponível em: <http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/8_1_joseluiz.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

²¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. LXXVIII.

Se a guerra deve estar subordinada ao poder político é justamente este que dará todas as condições para a formação moral do povo aprimorando a sua *virtù* na preparação para o combate e no seu desenrolar.²¹⁴

Inicia-se o processo já no recrutamento. Uma condição importantíssima é a moralidade do soldado.

Devem-se observar sobretudo os costumes, quais seja, honestidade e pudor, pois de outro modo se escolherá um instrumento de escândalo e um princípio de corrupção; pois que ninguém creia que na educação desonesta e na má índole possa habitar alguma virtú que seja de algum modo louvável.²¹⁵

Para que o serviço militar não prejudicasse a *virtù*, Maquiavel recomenda que não seja transformada em profissão e que haja com freqüência uma renovação no exército. Escreve ele:²¹⁶

De sorte que, se um rei na ordenar tudo para que os seus infantes em tempo de paz fiquem contentes em votar a casa e viver de suas artes, necessariamente se arruinará; porque não há infantaria mais perigosa que a composta por aqueles que fazem guerra por arte, pois um rei é forçado a fazer guerra sempre, ou a pagá-los sempre, ou a correr o risco de que eles lhes roubem o reino. Fazer guerra sempre não é possível; pagá-los sempre ninguém pode; eis que necessariamente se incorre no perigo de perder o estado. Os meus romanos, como disse, enquanto foram sábios e bons, nunca permitiram que seus cidadãos tomassem esse exercício por arte, apesar de poderem sustentá-los o tempo todo, porque o tempo todo faziam guerra. Mas para escapar ao dano que lhes podia causar esse exercício contínuo, visto que os tempos não variavam, variavam os homens, e iam adaptando de tal modo suas legiões, que a cada quinze anos as renovavam; e assim se valiam de homens na flor da idade, que vai de dezoito a trinta e cinco anos, tempo em que as pernas, as mãos e os olhos respondem um ao outro; tampouco

²¹⁴ Sobre esta questão Newton Adverse comenta na sua apresentação da obra maquiaveliana *A arte da Guerra*: “Vida militar e vida política são identificadas no pensamento maquiaveliano, e para provar essa afirmação, bastaria lembrar que com freqüência nos escritos de Maquiavel, especialmente nos Discursos, o cidadão mais virtuoso é também o melhor guerreiro..... O que explica esse poder das armas é o fato de elas constituírem a possibilidade privilegiada de participação na vida pública para os cidadãos. Não é difícil ver que Maquiavel está criticando os dirigentes florentinos por suas posições aristocráticas. Embora o medo que eles tinham de armar os cidadãos pudesse ter um matiz patriótica (alguém poderia se servir da milícia para tornar-se tirano), esse mesmo medo afastava da vida pública os cidadãos, os quais raramente encontram melhor oportunidade para exercer sua cidadania do que a guerra. Mas por que a guerra ? Porque nela está em jogo a conservação do corpo político e, por isso, guerrear é uma maneira de refazer o laço político, repetindo o gesto inaugural da fundação. (in Apresentação da Edição brasileira da “*Arte da Guerra*” de Maquiavel, Edição Martins Fontes, 2006, p. XIV)

²¹⁵ *A arte da Guerra*, p. 31.

²¹⁶ *A arte da Guerra*, p. 16 e 17.

esperavam que neles diminuíssem as forças e crescesse a malícia, como cresceu depois, nos tempos corrompidos. (*grifo nosso*)

Retomando o que já se demonstrou em relação a *virtù* popular enquanto potência, a participação na guerra revela que o povo é um agente de transformação e de conservação.

A ação beligerante do povo é fundamental para a conservação do Estado. Bignotto²¹⁷ afirma que com este reconhecimento não se pretende “apagar a diferença existente entre as ações do povo e as dos grandes homens”. Se a guerra é também um dos efeitos da fortuna, há necessidade, para vencê-la, de grandes homens encarnados na figura do príncipe. Porém o príncipe que quer subsistir tem que ter claro que a *virtù* popular exerce um papel essencial na defesa militar do Estado.

Nesta questão como no da religião o consentimento é imprescindível. Porém o povo somente consente em participar da milícia defendendo o Estado se houver uma política que atenda suas necessidades. No capítulo 32 do primeiro livro dos *Discursos*²¹⁸, Maquiavel escreve que para ganhar a afeição do povo o governante tem que assisti-lo nas suas necessidades. O filósofo florentino condena a efetivação da assistência somente em momentos que o Estado corre perigo como na situação em que é ameaçado por inimigo externo. O povo julgará que os benefícios concedidos se devem ao inimigo e quando, cessadas as hostilidades, estes serão retirados.

Portanto, o atendimento das necessidades do povo há de ser constante e não somente em momentos excepcionais. Esta consideração nos faz lembrar da afirmação de Merleau-Ponty no capítulo 3 quando se refere à troca entre o governante e o povo. Esta troca revela que o povo é ativo, exerce sua *virtù* enquanto potência na sua relação com o príncipe/governante, na medida em que exige contrapartida por parte daquele que governa.

Como Maquiavel afirma no capítulo XIX do *Príncipe*, o governante deve evitar também aquelas coisas que o tornem odioso ou desprezível. Desta forma o povo lhe dará apoio, pois ainda segundo Maquiavel,

²¹⁷ *Maquiavel Republicano*, p. 161.

²¹⁸ Escreve Maquiavel: “Porque o povo acreditará que não está recebendo aquele bem de ti, mas sim dos teus adversários, e temendo que, passada a necessidade, voltes a tirar-lhe o que lhe deste por obrigação, não sentirá por ti nenhuma gratidão. E os romanos tiveram êxito nessa decisão porque o estado era novo, ainda não estava firme, e o povo via que já antes haviam sido criadas leis em seu benefício, como a do direito de recorrer à plebe; desse modo, o povo pôde convencer-se de eu, se aquele bem he era feito, o motivo não era tanto a chegada dos inimigos quanto a disposição do senado em beneficiá-lo.” (p. 101)

A melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, porque, ainda que tenhas fortalezas, se o povo te odiar, elas não te salvarão, pois jamais faltam aos povos sublevados estrangeiros que os auxiliem.

A história demonstrou que sem este apoio não há fortaleza material que resista ao inimigo por mais que pareça inexpugnável. Não há verdadeira segurança sem o envolvimento do povo.

E justamente uma das formas de evitar o ódio do povo é depositar confiança nele entregando-lhe armas para que ajude na defesa do Estado. Percebe-se aqui o que já vimos no capítulo 3. Novamente voltamos à questão da relação entre o governante e povo: o príncipe/governante não tem total autonomia nos seus atos. Não é somente o príncipe/governante que exerce poder sobre o povo. Este último exerce também poder sobre as ações daquele que governa, ou seja, novamente considerando a *virtù* como capacidade de ação criativa, de ação transformadora, o povo se revela aqui também como agente político.

CONCLUSÃO

Não seria possível o entendimento da filosofia de Maquiavel sem a decifração do conceito de *virtù* que informa a sua teoria política e de forma particular o seu republicanismo.

Observamos na introdução que esse termo é aplicado por Maquiavel não somente ao príncipe ou governante. Uma cidade, um exército, uma instituição, um povo podem ter *virtù*.

O nosso desafio neste trabalho foi o de entender o significado de *virtù* enquanto atribuída ao povo considerado como segmento social específico. Mais comumente se entendeu a *virtù* como qualidade do príncipe/governante individual. Pouco destaque se deu ao sentido de *virtù* enquanto atribuída ao povo.

No entanto, as muitas reflexões sobre o significado de *virtù* enquanto atribuída ao príncipe/governante serviram de inspiração para entendermos a *virtù* do povo. Este foi o nosso ponto de partida. Quando se poderia afirmar que um príncipe/governante tem *virtù* no sentido maquiaveliano?

Retomando parte da citação de trecho de obra de Skinner²¹⁹ apresentada na introdução lemos que

a característica que define um príncipe verdadeiramente virtuoso consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade - independente do fato de ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa - para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, 'virtù' passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe: 'ele deve ter a mente pronta a se voltar em qualquer direção, conforme os ventos da 'fortuna' e a variabilidade dos negócios assim os exijam.

A *virtù* revela-se permanentemente como processo, ação, criatividade, em um mundo humano marcado pela instabilidade e pelos conflitos. *Virtù* tem conotação de virilidade e por isto carrega também a idéia de potência, de força, de enfrentamento de desafios.

Foram justamente estes atributos apontados como componentes da *virtù* do governante que nos orientaram na pesquisa sobre a *virtù* do povo. A conclusão a que se chegou é que eles estão presentes também na *virtù* do povo.

Tentamos demonstrar que essa *virtù*, com esses atributos essenciais, se manifesta mais plenamente no regime republicano, não de qualquer tipo, mas, como quer Maquiavel, no popular. Por isso é nos *Discursos*, obra na qual Maquiavel revela o seu republicanismo de caráter popular, que ganha mais destaque. A *virtù* do povo, mesmo considerando que

²¹⁹ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Maquiavel é parcimonioso no uso da expressão “*virtù* do povo”, está sempre presente nas suas obras, quando ele se refere às inúmeras ações populares marcadas pelos atributos da *virtù* seja na época antiga, seja na sua.

O regime republicano popular, possibilitando maior liberdade, favorece a participação equilibrada dos segmentos sociais que caracterizam toda comunidade política e que são os *grandi* e o povo. Esta participação não se dá de forma tranqüila, mas, segundo Maquiavel, é sempre perpassada pelos conflitos entre os segmentos sociais em decorrência de interesses diversos.

Este conflito, sendo permanente, força o povo a estar sempre ativo na sua luta contra a tentativa dos *grandi* de oprimi-lo. O conflito acaba se traduzindo em instituições, em leis, que favorecem um equilíbrio de forças. É justamente o povo o maior interessado na preservação das leis e instituições, pois são elas que garantem a sua participação e o protegem da opressão. Têm um caráter educativo na medida em que estimulam sua *virtù*, dirigindo-a para a afeição às leis, ao bem comum, e não à figura do governante.

Se é verdade que nos *Discursos* há uma participação maior do povo, este fato não dispensa a mediação através daqueles que buscam o seu apoio, sejam os tribunos da plebe na Roma antiga, seja o governante em qualquer tipo de regime. Por isto, o estudo da relação do povo com o governante se mostrou fundamental para apreendermos as características da *virtù* do povo na inter-relação com a do príncipe ou governante. Seja nos *Discursos*, seja no *Príncipe*, o povo desempenha um papel ativo na sua relação com o governante. A partir desta verificação procuramos mostrar que exerce a *virtù* enquanto capacidade de ação, capacidade de intervenção nas ações do governante e nos rumos de determinada sociedade política.

Segundo nossa interpretação, inspirada em Lefort e Merleau-Ponty, não é possível atribuir ao povo uma natureza que o poder político pudesse conhecer como num sobrevôo. O lugar próprio do governante, mesmo que seja aquele do principado civil, não se estabelece fora da relação com o povo. Seu poder está inscrito no social. O mesmo se pode dizer do povo. O seu lugar não pode ser conhecido fora da relação com o príncipe ou governante. Há uma influência mútua nesta relação. Ambos exercem poder sobre o comportamento do outro.

A religião e o serviço militar, além das instituições políticas, eram para Maquiavel fatores importantíssimos para dar mais qualidade à *virtù* do povo pois, revigorando sua capacidade de ação, geram vários efeitos benéficos para a preservação da sociedade política.

No caso da religião, a grande inspiração de Maquiavel é a religião dos antigos, que não se descolava da vida social e política e engendrava um homem ativo. Suas normas e

mandamentos educavam os homens para a vida na sociedade política. Tinha uma função de coesão social e por isto era instrumentalizada pelos governantes da antiguidade para dar mais qualidade ao viver cívico através do respeito às leis. Maquiavel propõe mesmo que os governantes devam agir assim em todos os tempos. É uma forma de obter o consentimento, pois na política não se governa apenas com a coerção das leis e das armas. Além disso, as leis sendo humanas e, portanto, imperfeitas, poderiam facilmente ser descumpridas.

Vimos que o consentimento é um componente essencial da segurança do governo e da estabilidade política. Por outro lado, pode-se questionar a autonomia deste consentimento, tendo em vista a manipulação da religião feita pelo governante. Mas a própria manipulação, ou tentativa de manipulação, só é necessária porque o governante não pode prescindir da aceitação de seus propósitos pelo povo, pelo menos se quiser exercer seu poder numa relação estável e pacífica.

Uma relação estável e pacífica possibilita ao povo fazer a experiência de uma sociedade na qual possa viver sem opressão dos *grandi* e conseqüentemente mantendo o seu apoio ao governante.

Poderia o governante ou os dirigentes de determinada religião, usá-la unicamente para os seus próprios interesses? Sem dúvida, segundo Maquiavel. Mas aqui vale o que já vimos no capítulo 3. O povo pode não ter o conhecimento intelectual da política, mas tem o conhecimento sensível que lhe possibilita perceber com o tempo a manipulação vinculada a interesses particulares. A consequência pode ser a descrença da religião abrindo caminho para uma situação perigosa que é o desrespeito às leis, mas pode ser o ponto de partida para que um governante de *virtù* busque a renovação da sociedade com a volta aos princípios tanto do Estado como também da própria religião. Com certeza o apoio do povo neste caso será fundamental. E não será uma tarefa difícil, pois, segundo Maquiavel, o povo tem uma índole que a facilita. Como afirma nos *Discursos*²²⁰ um homem bom pode facilmente reconduzir o povo para o bom caminho. O povo tem determinadas predisposições que facilitam o exercício de sua *virtù* e por conta dela pode participar juntamente com o governante virtuoso na ação de renovação da sociedade.

O serviço militar é outro fator que estimula a *virtù* popular na medida em que o povo, satisfeito na sua relação com o governante que atende suas necessidades básicas e impede que seja oprimido pelos *grandi*, luta com ardor por uma pátria na qual tem garantida sua segurança.

²²⁰ *Discursos*, Livro I, cap. 58, p. 170-172.

Interpretando Maquiavel, conclui-se que é no serviço militar que o povo melhor exerce sua *virtù* enquanto potência. É na infantaria, componente do exército, que a sua *virtù* melhor se qualifica, porque com o enfrentamento direto, corpo a corpo, fortalece o seu ânimo, reforça o seu espírito guerreiro. Não há aqui como no caso da religião uma única direção, do governante para o povo. Se o governante usa o serviço militar como fator educativo para dar mais qualidade à *virtù* do povo, o mesmo povo exerce uma ação em direção ao que governa. Se é necessário o apoio do povo para governar, se é necessário conquistar sua confiança, uma forma de fazer isto é fornecer-lhe as armas para a defesa do Estado. Além disso, o povo não defenderia com ardor uma pátria se o governante não lhe propiciasse condições de vida e de proteção contra os *grandi*. A exigência de contrapartida do governante pelo povo novamente aparece. Como em outras questões, a ação virtuosa do povo está presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Conflito e Interesse no pensamento político republicano**. Tese de Doutorado defendida em 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-05012009-145030/publico/MARIA_APARECIDA_AEVEDO_ABREU.pdf>. Acesso em 13 de março de 2011.

ADVERSE, Helton. **Maquiavel: política e retórica**. Belo Horizonte: Editora Humanistas, 2000.

_____ **Maquiavel, a República e o desejo de liberdade**. Artigo disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a04v30n2.pdf>>. Acesso em 02 de março de 2011.

_____ **Prefácio da Edição brasileira da “Arte da Guerra” de Maquiavel**. São Paulo: Edição Martins Fontes, 2006, p. XIV)

AMES, José Luiz. **Religião e política no pensamento de Maquiavel**. Artigo disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/kr/v47n113/31141>>. Acesso em 23 de março de 2010.

_____ **A função do poder militar na vida política segundo Maquiavel**. Revista Ética & Filosofia Política. Volume 8, Número 1, junho/2005. Disponível em: <http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/8_1_joseluiz.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

_____ **Maquiavel: a lógica da ação política**. Tese de doutorado defendida em 2000. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000276981>>, p. 201-202. Acesso em 13 de março de 2011.

ANDRADE, Regis de Castro. **O indivíduo e o cidadão na história das idéias. (Com um ensaio sobre Maquiavel)**.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000200003#tx93>. Acessado em 20 de maio de 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel, a lógica da força**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. **História e política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

_____ **Projeto de pós-doutorado: As relações de poder na construção da república: as cidades renascentistas italianas e as repúblicas utópicas do século XVII.** Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/df/site/posdoc/posdoc_aranovitch.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2010.

ARAÚJO, Cícero. **Constituição mista e plebeísmo.** Do extrato de tese de livre-docência intitulada “Quod omnes tangit: fundações da república e do Estado”, apresentada na FFLCH-USP, em 2004.

AUDIÉ, Serge. **Machiavel, conflit et liberté.** Paris: Librairie Philosophique Vrin, 2005.

BENEVENUTO, Flávia Roberta. **Virtù e valores no pensamento de Maquiavel.** Tese de mestrado defendida em 2003.

Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ARBZ-7FXMK8/1/disserta__o_flavia_roberta_benevenuto_de_souza.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre liberdade.** Disponível em: <<http://www.institutoliberal.org.br/conteudo/download.asp?cdc=905>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____ **Pensar a República.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____ **Republicanism e Realismo: um perfil de Francesco guicciardini.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____ **A antropologia negativa de Maquiavel.** Disponível em <<http://www.analytica.inf.br/analytica/diagramados/148.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

_____ **Introdução aos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____ **República dos antigos, República dos modernos.** Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/59/04-newton.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

_____ **Maquiavel.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003

CÍCERO, Marcos Túlio. **Da República.** São Paulo: Atena Editora, 1979.

CONSTANT, Benjamim. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos.**

Disponível em:

<http://www.4shared.com/document/scL4ZPSx/Constant_Benjamim_-_Da_Liberda.html>, p.

3. Acesso em 30 de março de 2011.

DE GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no inferno.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

FLORENZANO, Modesto. **Da força sempre atual do pensamento de Benjamin Constant e da necessidade de reconhecê-lo.** Rev. hist., n.145, São Paulo, dez. 2000. Disponível em:

<[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092001000200006&script=sci_arttext)

[83092001000200006&script=sci_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092001000200006&script=sci_arttext)>. Acesso em 02 de abril de 2011.

FORNAZIERI, Aldo. **Maquiavel e o Bom governo.** Tese de doutorado defendida em 2007.

Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-140157/pt-br.php>>.

Acessado em 13 de abril de 2011.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. **Conflit civil et liberté: la politique machiavélienne entre histoire et médecine.** Paris: Honoré Champion, 2004. Disponível em:

<<http://filosofianreloanda.pbworks.com/f/Conflito+Civil+e+Liberdade.pdf> >. Acesso em 14

de janeiro de 2011.

GILBERT, Felix. **Machiavelli e il suo tempo.** Bologna: Il Mulino, 1988.

HANKINS, James. **A mirror for statesmen – Leonardo Bruni’s History of the florentine people.** Harvard University, 2007. Disponível em:

<<http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/2958221/BruniHistoryHJ.pdf?sequence=4>>.

Acesso em 20 de abril de 2011.

HEBECHE, Luiz, H. **A guerra de Maquiavel.** Ijuí: Editora Unijuí, 1988

HELLER, Agnes. **O homem do Renascimento.** Lisboa: Editorial Presença, 1982.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel.** São Paulo: Cia de Letras, 2001.

LEFORT, Claude. **Le Travail de l'oeuvre Machiavel**. Paris: Editora Gallimard, 1972.

_____ **As formas da História**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____ **Pour une sociologie de la démocratie**. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 21e année, N. 4, 1966. Disponível em:

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1966_num_21_4_421419>. Acessado em 10 de maio de 2011.

_____ **Desafios da Escrita Política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

_____ **Sobre a lógica da força**. In: *O pensamento político clássico*, organizado por Célia Galvão Quirino e Maria Teresa Sadek R. de Souza. São Paulo: TAQ Editor, 1980

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

_____ **A arte da guerra**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

_____ **História de Florença**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

_____ **O Príncipe**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

McCORMICK, John P. **Machiavellian Democracy**. Texto Disponível em: <<http://ptw.uchicago.edu/McCormick09.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2011.

MANSFIELD, Harvey C. **Machiavelli's Virtue**. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

MARTINS, José Antonio. **Além do Maquiavelismo**. Revista *Discutindo Filosofia*, ano 1, nº 4, ano 2008.

_____ **Os fundamentos da República e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel**. Tese de doutorado defendida em 2007.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07042008-104136/publico/TESE_JOSE_ANTONIO_MARTINS.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2011

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Notas sobre Maquiavel**. In: *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NAJEMY, John M. **A History of Florence 1200-1575**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2002.

NETO, Manoel de Almeida. **O tempo nos Discorsi de Maquiavel**. Tese de mestrado defendida em 1999.

Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ARBZ-](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ARBZ-7FYNFZ/1/disserta__o_manoel_de_almeida_netto.pdf)

[7FYNFZ/1/disserta__o_manoel_de_almeida_netto.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ARBZ-7FYNFZ/1/disserta__o_manoel_de_almeida_netto.pdf)>. Acesso em 16 de julho de 2011.

NUNES, Edison. **A política à meia luz – ética, retórica e ação no pensamento de Maquiavel**. São Paulo: Educ, 2008.

POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian Moment, Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition**. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

RODRIGO, Lídia Maria. **Maquiavel, Educação e Cidadania**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1999.

_____ **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia de Letras, 1993.

_____ **Maquiavel**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ANEXO

Pesquisando nos *Discursos* (Editora Martins Fontes, 2007) nos três livros constatou-se que o termo povo aparece com o seguinte resultado:

LIVRO 1

a) Civitas: 22 vezes

- cap. 11, p. 49, 2 vezes / p. 50, 3 vezes / p. 52
- cap. 13, p. 1 / pág. 57
- cap. 18, p. 73/ p. 74
- cap. 22, p. 81, 2 vezes
- cap. 24, p. 85
- cap. 25, p. 87, 2 vezes
- cap. 30, p. 98, 2 vezes
- cap. 31, p. 100
- cap. 35, p. 101 / pág. 110, 3 vezes

b) segmento social: 102 vezes

- cap. 2, p. 17 / p. 19, 3 vezes
- cap. 4, p. 22, 3 vezes,
- cap 4, p. 23, 2 vezes
- cap. 5, p. 26
- cap. 6, p. 27 / p. 30 / p. 32
- cap. 7, p. 33 / p. 34
- cap 8, p. 39
- cap. 10, p. 46
- cap. 16, p. 64, 3vezes / p. 65 até 68 , 10 vezes/
- cap. 17, p. 69 / p. 70, 2 vezes
- cap. 18, p. 73 / p. 74, 3 vezes
- cap. 24, p. 87
- cap. 29, p. 92, 2 vezes / p. 93, 2 vezes / p. 95, 2 vezes / p. 96
- cap. 32, p. 101, 5 vezes /
- cap. 34, p. 107
- cap. 39, p. 121 / p. 122, 3 vezes
- cap. 40, pág. 123/ p. 124, 3 vezes / p. 127, 2 vezes / p. 128, 4 vezes
- cap. 44, p. 133
- cap. 45, p. 134, 3 vezes/ p. 134
- cap. 46, p. 136 / p. 137
- cap. 47, p. 138 / p. 139 / p. 140, 4 vezes / p. 142, 2 vezes
- cap. 48, p. 143 / p. 145
- cap. 52, p. 150, 2 vezes / p. 151, 2 vezes
- cap. 53, p. 152, 2 vezes / p. 153, 4 vezes / p. 154, 4 vezes / p. 155, 4 vezes
- cap. 54, p. 157 /
- cap. 55, p. 159
- cap. 57, p. 165 /
- cap. 58, p. 166 / p. 168 / p. 169, 4 vezes / pág. 170, 7 vezes / p. 171, 7 vezes

LIVRO 2

a) civitas: 31 vezes

- cap. 1, p. 181 / p. 182 /p. 183, 2 vezes / p. 184, 3 vezes /p. 185
- cap. 8, p. 207
- cap. 15, p. 230
- cap. 21, p. 258
- cap. 23, p. 265 / p. 267
- cap. 24, p. 270 / p. 271/ p. 273, 2 vezes

- cap. 25, p. 280
- cap. 27, p. 284, 3 vezes / p. 285
- cap. 28, p. 286, 2 vezes
- cap. 29, p. 289 / p. 290, 2 vezes
- cap. 30, p. 295, 2 vezes
- cap. 31, p. 301
- cap. 33, p. 302

b) segmento social: 1 vez

- cap. 2, p. 188/p. 189

LIVRO 3

a) Civitas: 19 vezes

- Cap. 1, p. 306
- cap. 4, p. 316
- cap. 5, p. 318
- cap. 9, p. 351
- cap. 16, p. 374 / p. 376
- cap. 20, p. 383
- cap. 21, p. 387, 2 vezes
- cap. 22, p. 392 / p. 393
- cap. 30, p. 409 / p. 413
- cap. 31, p. 415
- cap. 32, p. 418, 2 vezes
- cap. 38, p. 436
- cap. 42, p. 444, 2 vezes

b) Segmento social: 27 vezes

- cap. 6, p. 334
- cap. 6, p. 340, 2 vezes / p. 342
- cap. 8, p. 347, 2 vezes / p. 348, 2 vezes / p. 350
- cap. 17, p. 377
- cap. 22, p. 394 / p. 396
- cap. 28, p. 406 / 407
- cap. 29, p. 409
- cap. 33, p. 420
- cap. 34, p. 422 / p. 423, 2 vezes / p. 425 / p. 426, 4 vezes
- cap. 35, p. 429
- cap. 46, p. 450 / p. 45